

CLAUDIO RIBEIRO DOS ANJOS

REFORMA AGRÁRIA E PRODUÇÃO CAMPONESA NOS ASSENTAMENTOS
INDAIÁ E LUA BRANCA EM ITAQUIRAÍ/MS: LIMITES E POTENCIALIDADES.

Dourados
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CLAUDIO RIBEIRO DOS ANJOS

REFORMA AGRÁRIA E PRODUÇÃO CAMPONESA NOS ASSENTAMENTOS
INDAIÁ E LUA BRANCA EM ITAQUIRAÍ/MS: LIMITES E POTENCIALIDADES.

Dissertação apresentada como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração: Produção do Espaço Regional, à comissão julgadora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da professora Dr^a. Rosemeire Aparecida de Almeida.

Dourados

2006

FICHA CATALOGRÁFICA

Anjos, Claudio Ribeiro
Reforma agrária e produção camponesa nos assentamentos
Indaiá e
Lua Branca em Itaquiraí/MS: limites e potencialidades. / Claudio
Ribeiro
dos Anjos. -- 2006
130 f. : il.; enc.
Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Mato
Grosso do
Sul - Departamento de geociências. Programa de Pós-graduação em
Geografia.
Anexos: 04
Orientadora: Dr^a. Rosemeire Aparecida de Almeida.
1. Reforma agrária. 2. Organização da produção. I. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

CLAUDIO RIBEIRO DOS ANJOS

REFORMA AGRÁRIA E PRODUÇÃO CAMPONESA NOS ASSENTAMENTOS
INDAIÁ E LUA BRANCA EM ITAQUIRAÍ/MS: LIMITES E POTENCIALIDADES.

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul pela seguinte banca examinadora:

Presidente e orientador: Dr^a. Rosemeire Aparecida de Almeida.

2º Examinador: Dr^a. Marcia Yukari Mizusaki.

3º Examinador: Dr. João Edmilson Fabrini.

Aquidauana, 16 de outubro de 2006

Dedicação especial ao meu pai (Benjamin) e à minha mãe (Terezinha) que são meus referenciais de vida. Devo a eles o exemplo da hombridade, da lealdade, da perseverança, do trabalho...

Agradeço aos que incentivaram e contribuíram para esta dissertação:

- minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Rosemeire Aparecida de Almeida, sempre brilhante;
- Prof. Dr. Luiz Carlos Batista pela cordialidade e dedicação que em muito contribuíram para minha vida acadêmica e pessoal;
- Eng. Agr. Juarez Souza Silva do IDATERRA pela cordialidade e apoio no trabalho de campo;
- colegas de curso; professores e equipe da secretaria do programa de mestrado em geografia da UFMS, sempre amigos e bem humorados;
- Tina, companheira única e paciente;
- à banca de qualificação que trouxe contribuições valiosas para esclarecer e ampliar os resultados da pesquisa;
- meu filho Túlio pelo apoio na execução dos trabalhos de informática;
- Prof^a. Dr^a. Márcia Mizusaki pelas sugestões iniciais que deram suporte à pesquisa;
- enfim, a todos os que forneceram os meios que permitiram a construção desta dissertação.

RESUMO

Por meio deste estudo procurou-se compreender o processo de produção camponesa nos assentamentos de reforma agrária Indaiá e Lua Branca localizados no município de Itaquiraí no Mato Grosso do Sul.

O objetivo central do trabalho é analisar as formas como a produção camponesa se desenvolve e é organizada em dois projetos de assentamentos potencialmente diferentes em termos de estrutura produtiva, uma vez que o primeiro, por ser mais antigo, estaria com sua estrutura produtiva consolidada e o segundo ainda em vias de consolidação.

Geograficamente a escolha do município justifica-se pela relevância dos fatos históricos relacionados à luta pela terra que marcou a região.

Nos primeiros capítulos, enfocou-se o cenário político acerca da questão agrária, os elementos teóricos norteadores, os conceitos para o avanço científico e as formas de organizações da produção existentes no Brasil e propostas pelo MST.

No terceiro capítulo, com o fito de caracterizar o objeto de estudo, foi destacado o desenvolvimento do município, através de sua dinâmica sócio-econômica e a ocupação do território. Em seguida, no quarto capítulo, discutiu-se sobre a formação dos assentamentos estudados e suas forças produtivas.

No quinto capítulo descreveu-se as formas de organização da produção adotadas pelos camponeses, a partir da formação dos assentamentos. O modo de vida dos assentados na área conquistada, suas limitações e possibilidades fazem parte das discussões do sexto capítulo.

Na análise do conjunto das informações obtidas durante a pesquisa foi possível observar que as explorações agropecuárias praticadas nos assentamentos apresentam reduzido índice de produtividade em função da baixa capacidade de investimento do camponês e da ausência de profissional técnico que possa orientar a produção. Além disto, a grande oscilação de preços dos produtos agropecuários gera desestímulo e desconfiança em relação ao mercado capitalista por parte do camponês assentado. Por outro lado, constatou-se a existência de um potencial de forças produtivas latentes responsáveis pela qualidade de vida das famílias cujo projeto, no momento, está centrado no autoconsumo e que, uma vez incentivado, pode ser também gerador de excedente e de renda monetária.

Os sistemas cooperativos criados nos assentamentos passam por um momento de pouca credibilidade em vista dos freqüentes fracassos dessas organizações, entretanto, o fato de existirem diversos sistemas cooperativos sendo (re)organizados, significa um forte indicativo de que os camponeses acreditam no associativismo. A imposição por parte do MST e de outras instituições de um modelo ideal de organização da produção, limita o tempo de funcionamento dessas organizações. Acredita-se portanto que essas organizações que são impostas por indivíduos alheios ao meio rural já nascem fadadas ao insucesso. Por outro lado, aquela organização coletiva que é construída a partir da participação dos camponeses, tem grandes possibilidades de concretizar-se.

Palavras-chave: Camponês. Assentamentos. reforma agrária. Organização da produção.

ABSTRACT

This work was aimed at understanding the production system in the land reform establishments “Indaiá” and “Lua Branca”, at Itaquiraí County, Mato Grosso do Sul State, Brazil.

The main objective was to analyze the how the production is developed and organized through two projects that are different in their productive structure, since the first, being the earlier, had its structure already established and the second was consolidating it.

The county was chosen because in that region there were many historical events related to the struggle for land.

The first chapters deal with the political scenario related to the land question, the theoretical guiding elements, the concepts related to the advancement of science, and the production organization types that exists in Brazil and are proposed by the MST (Landless People Movement).

In the third chapter, aiming at characterizing the study object, the development of the county was highlighted, through its social and economical dynamics, and the region occupation. The fourth chapter deals with formation of the land reform units and their productive forces.

In the fifth chapter, the production organization types adopted by the people are described, from formation of the land reform units. The way of life of the people in the units, their limitations, and possibilities are discussed in the sixth chapter.

By analyzing the total information collected during the research, it was possible to conclude that the agriculture and livestock exploration used in the land reform units show reduced yield indexes due to low investment capacity of the people and lack of technical advice for the production operations. Besides,, the great fluctuation of the prices of the agricultural products generates a lack of stimulus, and untruthfulness about the capitalist market in the mind of the people in the land reform units. On the other hand, it was detected latent production forces which are responsible for the life quality of the families that have projects of subsistence production and, being well stimulated, could generate surplus for sale and generate monetary income.

The cooperative systems created at the land reform units are in a time of low credibility due to frequent failure of this type of organization. However, the existence of several of these organizations being reorganized mean that the people believe in the associative movement. The imposition by the MST and by similar organizations of a model for the production organization limits the lifetime of these organizations. It is thus believed that these organizations that are imposed by people from outside the rural environment are born leading to failure. On the other hand, the organization constituted from the participation of the rural people has great possibility of success.

Key words: Peasant. Settlements. Land reform. Production Organization.

LISTA DE FIGURAS

Figuras	pg
Figura 01. Acampamento de trabalhadores sem-terra.	03
Figura 02. Monumento em Dourados – Transporte de erva mate.	52
Figura 03. PA Indaiá. Curso D'água e inexistência de mata ciliar.	55
Figura 04. PA Lua Branca. Pastagem degradada	56
Figura 05. PA Indaiá. Rio Paraná. Processo de turbidêz devido à erosão	58
Figura 06. PA Indaiá. Lavoura de Mandioca	67
Figura 07. PA Lua Branca. Lavoura de algodão.	69
Figura 08. PA Indaiá. Lavoura de café.	70
Figura 09. PA Indaiá. Lavoura de tomate	74
Figura 10. PA Indaiá. Barracão de frango desativado.	76
Figura 11. PA Indaiá. Gado leiteiro e barracão de bicho-da-seda desativado.	78
Figura 12. Sericicultura. PA Indaiá.	80
Figura 13. PA Indaiá. Assentados transportando peixes.	83
Figura 14. PA Indaiá. Técnico do IDATERRA e assentado pescador.	83
Figura 15. PA Lua Branca. Alunos da Escola Família Agrícola.	96
Figura 16. Santana R. dos Santos mostrando o trabalho do grupo das mulheres do Indaiá.	98
Figura 17. PA Indaiá. Assentados aplicando o agrotóxico sem o EPI (Equipamento de Proteção Individual)	112
Figura 18. Córrego Itaquiraí. Inexistência da mata ciliar.	113

LISTA DE TABELAS

Tabelas	pg
Tabela 01. Estrutura Fundiária do Brasil, 2003.	03
Tabela 02. Brasil – Governo Lula – assentamentos realizados pelo INCRA/MDA – 2005.	07
Tabela 03. Famílias assentadas pelo governo federal de 1995 a 2004.	09
Tabela 04. Microrregião de Iguatemi, MS. População residente e taxa média de crescimento anual – 1980/2000.	36
Tabela 05. Microrreg. de Iguatemi, MS. Pop.Urbana e Rural -1980/2000.	37
Tabela 06. Número total de assentamentos rurais (1980/2005) no MS.	44
Tabela 07. Ocupação de terra e mortes decorrentes de conflitos agrários no período de 1995 a 2005 – Brasil.	48
Tabela 08. A cultura da mandioca nos assentamentos estudados.	67
Tabela 09. A cultura do algodão nos assentamentos estudados.	68
Tabela 10. A cultura do café nos assentamentos estudados.	70
Tabela 11. A cultura do feijão nos assentamentos estudados.	71
Tabela 12. A cultura do milho nos assentamentos estudados.	72
Tabela 13. A pecuária nos assentamentos estudados.	78
Tabela 14. A sericicultura nos assentamentos estudados.	82
Tabela 15. Composição do rendimento médio líquido familiar total – 2003/2004 (Média por lote, em % e em R\$ correntes).	102
Tabela 16. Distribuição de renda por família em R\$ correntes).	104
Tabela 17. Renda média familiar per capita e renda média por trabalhador (em R\$ correntes).	105
Tabela 18. Desempenho dos principais produtos agropecuários dos assentamentos e do município.	106
Tabela 19. Produtos agropecuários identificados nos assentamentos Indaiá e Lua Branca, em Mato Grosso do Sul e freqüência em percentagem de agricultores por produto.	107
Tabela 20. PIB de alguns municípios vizinhos de Itaquiraí e do Estado (MS) a preço de mercado em valores correntes nos anos de 1997 e 2003.	110
Tabela 21. Principais atividades desenvolvidas nos PAs Indaiá e Lua Branca no MS e freqüência em percentagem de agricultores por produto.	114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Famílias assentadas por período

6

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Assentamento Indaiá - parcelamento	61
Mapa 2 Assentamento Lua Branca - parcelamento	64

LISTA DE SIGLAS

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCA – Central de Cooperativas dos Assentados
CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CONCRAB - Confederação Nacional de Cooperativas de Reforma Agrária
CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO – Organização das Nações Unidas para a agricultura e alimentação
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IAGRO - Agencia Estadual de defesa Sanitária Animal e vegetal
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDATERRA – Instituto de desenvolvimento agrário; pesquisa, extensão e Assistência técnica de MS
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MIRAD – Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário.
MLT – Movimento de Luta Pela Terra
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terras
MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
NEAD – Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento
OCB - Organizações das Cooperativas Brasileira.
PA – Projeto de Assentamento
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PNUD – Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PROCERA – Programa de Crédito Especial à Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados

SEMA – Secretaria do Meio Ambiente

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

VBP – Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	01
1.1. Objetivos	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO	12
2.1. Conceito de organização da produção	19
2.2. Conceito de associativismo e coletivo	22
2.3. Principais formas de organização da produção encontrados em assentamentos de reforma agrária no Brasil	23
2.3.1. Cooperativas	23
2.3.1.1. <i>Cooperativas de produção agropecuária (CPAs)</i>	26
2.3.1.2. <i>Cooperativas de comercialização e prestação de serviços (CPSs)</i>	27
2.3.1.3. <i>Cooperativas de produção e prestação de serviços (CPPS)</i>	28
2.3.2. Associação	29
2.3.3. Grupos Coletivos	30
2.3.4. Grupos de família	31
2.3.5. Grupo de produção semicoletivizada (semicoletivos)	31
2.4. Organização do espaço nos assentamentos	32
3. A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO: CARACTERIZAÇÃO E ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO E ENTORNO	34
3.1. Caracterização e dinâmica sócio-econômica do município de Itaquiraí	34
3.1.1. Formação geomorfológica	38
3.1.2. Solos	39
3.1.3. Vegetação	41
3.2. Os conflitos e a luta pela terra no sul de Mato Grosso do Sul	42
3.2.1. A saga dos brasiguaios	49
3.3. A influencia da Cia Mate Laranjeira na Colonização da Região	51
3.4. Uso do solo e meio ambiente nos assentamentos estudados	54
4. A DINÂMICA SÓCIO-ECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS ESTUDADOS	59

4.1 Assentamento Indaiá	59
4.1.1 Caracterização da área e antecedentes históricos	59
4.1.2 Condições do solo	62
4.2 Assentamento Lua Branca	63
4.2.1 Caracterização da área e antecedentes históricos	63
4.2.2 Condições do solo	65
4.3 Caracterização da produção agropecuária dos assentamentos estudados	66
4.3.1 A cultura da mandioca	66
4.3.2 A cultura do algodão	68
4.3.3 A cultura do café	69
4.3.4 A cultura do feijão	71
4.3.5 A cultura do milho	72
4.3.6 Horticultura	73
4.3.7 Fruticultura	75
4.3.8 Avicultura	75
4.3.9 Pecuária	77
4.3.10 Sericicultura	79
4.3.11 Pesca	82
4.4 O trabalho acessório nos assentamentos estudados	84
4.5 Monopolização do território pelo capital: breves considerações	86
5 A COOPERAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS ESTUDADOS	89
5.1 Cooperativa Agropecuária de Itaquiraí - COPRAIL	89
5.2 Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Itaquiraí – COOPERLEITE	90
5.3 Cooperativa Agrícola Sul Matogrossense – COPASUL	90
5.4 Cooperativa dos Produtores de Suínos de Itaquiraí – COPERSUÍ	91
5.5 Colônia de Pescadores Z-13, Z-16 e Z-18	91
5.6 Associação dos Produtores do Assentamento Lua Branca	92
5.7 Associação 24 de Novembro	93
5.8 Associação dos Avicultores de Itaquiraí	93
5.9 Associação dos Produtores do Projeto Indaiá	94
5.10 Associação dos Produtores de Leite do Indaiá	94

5.11 Associação dos Produtores do cinturão verde	95
5.12 Associação dos Pequenos Produtores de Hortifrutigranjeiro do “Cinturão Verde”	95
5.13 Associação da Escola Família Agrícola de Itaquiraí	96
5.14 Grupo Semi-coletivo do cinturão verde	97
5.15 Associação dos Pequenos Produtores do Lua Branca	97
5.16 Grupo das Mulheres do Indaiá	98
5.17 Mutirão	99
6 PROJETO DE VIDA E POTENCIALIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA NOS ASSENTAMENTOS ESTUDADOS	100
6.1 Potencialidades de geração de renda monetária a partir de um ensaio	100
6.2 Os fatores endógenos e o projeto de vida	109
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
8 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS	124
ANEXOS 1 – Questionário.	130
ANEXOS 2 – Mapas.	130

Assentamento (música)

Quando eu morrer, que me enterrem na beira do chapadão.
Contente com minha terra / Cansado de tanta guerra / Crescido de coração / Tôo.

Zanza daqui / Zanza pra acolá / Fim de feira, periferia afora.
A cidade não mora mais em mim / Francisco, Serafim / Vamos embora.
Ver o capim / Ver o baobá / Vamos ver a campina quando flora.
A piracema, rios contravim / Binho, Bel, Bia, Quim.
Vamos embora.

Quando eu morrer / Cansado de guerra / Morro de bem / Com a minha terra:
cana, caqui / Inhame, abóbora / Onde só vento se semeava outrora.
Amplidão, nação, sertão sem fim / Ó Manuel, Miguilim / Vamos embora.
(Chico Buarque)

1 INTRODUÇÃO

A idéia de produzir esta pesquisa se concretizou em função do acirramento do debate em torno da reforma agrária brasileira. Atualmente, significativa parcela da opinião pública se opõe ao movimento dos trabalhadores rurais sem-terras; ao mesmo tempo, especialistas possuem diferentes opiniões sobre a questão agrária em relação ao impacto desta no incremento da produção agrícola brasileira. Neste sentido, muitos dizem que a reforma agrária não cumpre sua função social, que os acampamentos e assentamentos abrigam muita gente sem vocação para a atividade agrícola e que muitos estão ali por serem oportunistas, enquanto outros entendem que a reforma agrária é o caminho para o desenvolvimento econômico e social do país. Enquanto cresce a contenda sobre o assunto, as cidades oferecem cada vez menos oportunidades de trabalho e, não por acaso, crescem ali, assustadoramente, a miséria e a criminalidade.

Para Leite (1998), a questão agrária brasileira retomada com força nos anos 1980 e, sobretudo, na década de 1990 pelos movimentos sociais rurais, vem recebendo tratamento especializado por parte de estudos acadêmicos e programas governamentais, mas tema ainda pouco trabalhado é o impacto que tais iniciativas – criação e implementação de assentamentos rurais em regiões/municípios determinados – têm gerado no contexto que esses núcleos se

originam (LEITE, 1998, p. 37).

Desde meados da década de 1980, a reforma agrária passou a ser foco de análise de vários setores da sociedade. Assim, muito se discute sobre a importância da mudança na estrutura fundiária do país com a redução e/ou desintegração dos latifúndios e a criação de limites no tamanho das propriedades.

A forma de distribuição e acesso à terra no Brasil (Tabela 1) é desigual desde os primórdios de sua colonização. Ainda assim, nas últimas décadas, houve um aumento da concentração fundiária no país. Pequenos agricultores descapitalizados, sem acesso ao crédito rural e assistência técnica, tiveram suas terras empobrecidas física e quimicamente, no mesmo instante que suas famílias aumentavam, tornando difícil a permanência no campo. Muitos agricultores venderam suas terras e foram para as cidades, na ilusão de que conseguiriam fácil trabalho e ainda ganhariam dinheiro com os juros do valor conseguido com a venda de seus lotes. Desta forma, uma parte desses trabalhadores expulsos se transformaram em trabalhadores volantes (bóia-fria) sem qualquer tipo de assistência ou qualificação profissional. Isto resultou em caos social. De um lado, a falta de empregos na cidade; do outro, a produção da monocultura ou a criação de gado no campo, como forma de controle da terra com pouca mão-de-obra. Esses fatores contribuíram significativamente para a dependência do país ao capital externo.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de 2003 (Tabela 1), o número total de estabelecimentos agropecuários no país é de 4,2 milhões e a área ocupada corresponde a 420,3 milhões de hectares. Desse total de estabelecimentos, as propriedades com menos de 100 hectares representam 85.2% do total de estabelecimentos e ocupam uma área que corresponde a 20% do total da área ocupada.

No outro extremo da estrutura fundiária, as grandes propriedades (acima de 1.000 hectares) constituem apenas 1,7% do total de imóveis, ocupando 43,7% do total da área cadastrada.

Tabela 1. Estrutura Fundiária do Brasil, 2003.

Estratos (ha)	área total	imóveis	% dos imóveis	Área total (ha)	% de área	Área média (ha)
Até 10		1.338.711	31,6%	7.616.113	1,8%	5,7
De 10 a 25		1.102.999	26,0%	18.985.869	4,5%	17,2
De 25 a 50		684.237	16,1%	24.141.638	5,7%	35,3
De 50 a 100		485.482	11,5%	33.630.240	8,0%	69,3
De 100 a 500		482.677	11,4%	100.216.200	23,8%	207,6
De 500 a 1000		75.158	1,8%	52.191.003	12,4%	694,4
De 1000 a 2000		36.859	0,9%	50.932.790	12,1%	1381,8
Mais de 2000		32.264	0,8%	132.631.509	31,6%	4.110,8
Total		4.238.421	100%	420.345.382	100%	99,2

Fonte: Cadastro do INCRA – situação em agosto de 2003.

Assim, o grande problema da estrutura fundiária do Brasil é a extrema concentração da propriedade. A maior parte das terras ocupadas encontram-se nas mãos de um pequeno número de proprietários.

Foto: Claudio R. Anjos



Fig. 1 - Acamp. de sem-terra. BR 487. Itaquiraí/MS – Icaráima/PR

Para estudo dos caminhos da reforma agrária no Mato Grosso do Sul, escolheu-se dois assentamentos localizados no município de Itaquiraí/MS. Este município foi escolhido por suas especificidades em termos da questão agrária no Estado: possuindo apenas 0,58% da área do Estado, detém 10,43% das famílias

assentadas, distribuídas em oito assentamentos de reforma agrária. Além disto, possui 4,2% das famílias acampadas do Estado distribuídas em sete acampamentos (figura 1). Esta situação de conflito intenso no município se deve à forma como a terra foi apropriada nesta região com o fim dos contratos de parcerias, arrendamentos e expropriação do campesinato¹. Além disso, o Indaiá² foi o primeiro assentamento do Estado organizado/liderado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terras (MST), pois, até então, as ações do Movimento no Estado estavam sob a tutela da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Conforme argumenta Fabrini (1996), “a ocupação da fazenda Itasul em Itaquiraí foi a primeira organizada pelo MST, em Mato Grosso do Sul, uma vez que as outras lutas e ocupações foram organizadas pela CPT ou por movimentos isolados” (FABRINI, 1996, p. 103). O assentamento Indaiá formou-se na fazenda Itasul.

Este trabalho é composto de sete capítulos. O primeiro contém esta introdução, e os objetivos, no segundo são discutidos os principais conceitos adotados na pesquisa, descreve o arcabouço teórico e a metodologia em que foi apoiado o trabalho.

¹ “Camponês” e “campesinato” são palavras introduzidas no país pelos partidos de esquerda em decorrência das lutas dos trabalhadores do campo nos anos cinqüentas do século passado na tentativa de combater a sua exclusão social. O campesinato refere-se a grupos sociais cuja atividade principal é de base familiar que, com graus diversos de autonomia, se dedicam à atividade agrícola. Para Martins (1981), o trabalhador rural é classificado como camponês a partir dos anos sessentas. A concepção da palavra camponês foi importada de outra realidade histórica, possivelmente da realidade russa por volta de 1900. Esse mesmo trabalhador era chamado de Caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; Caiçara no litoral paulista e Tabaréu no Nordeste. Segundo Martins são palavras depreciativas que tinham um duplo sentido: referem-se aos que vivem lá longe, no campo, fora das povoações e das cidades, e que, por isso, são também rústicos, atrasados ou, então, ingênuos e inacessíveis. Tem também o sentido de tolo e tonto. Às vezes querem dizer também “preguiçoso”, que não gosta de trabalhar. As diferentes palavras, que em diferentes lugares designavam o camponês, tinham um duplo sentido, como disse antes. Definiam-no como aquele que está em outro lugar, no que se refere ao espaço, e como aquele que não está senão ocasionalmente, e nas margens, nesta sociedade. Ele não é de fora, mas também não é de dentro. Ele é, num certo sentido, um excluído (MARTINS, 1981, p. 22-25). Para Almeida (2003), embora o conceito de camponês tenha sido importado pelo partido comunista na década de 1960, o seu uso ainda hoje no Brasil se explica pelo efeito de unidade que carrega, ou seja, é o único capaz de dar visibilidade à classe, ao contrário de trabalhador que é genérico.

² Os movimentos sociais nascem no Mato Grosso do Sul sob a tutela da CPT, posteriormente o assentamento Indaiá passa a ser um marco no sentido da mudança desta orientação, uma vez que é nele que se inicia a atuação do MST no Estado. A partir de 1985 a CPT sai da frente organizativa dos movimentos sociais e passa a dar assistência técnica aos assentamentos no Mato Grosso do Sul (ALMEIDA, 2003)

No terceiro capítulo, com a finalidade de caracterizar o objeto de estudo, considerou-se importante descrever o desenvolvimento do município, através de sua dinâmica sócio-econômica e a ocupação do território. Em seguida, no quarto capítulo, discutiu-se sobre a formação dos assentamentos estudados e suas forças produtivas.

As representações sociais dos assentados na área conquistada, suas potencialidades e limitações fazem parte das discussões do quinto capítulo.

No sexto capítulo procurou-se discorrer sobre as potencialidades de geração de renda monetária e os aspectos relevantes que fazem a realidade das áreas estudadas. Finalizando, no sétimo capítulo, as conclusões.

No sentido de pensarmos as contradições do processo de reforma agrária, destacamos o fato de que o governo federal reconhece a grande contribuição da agricultura familiar³ para o país, através das pesquisas do próprio Ministério da Agricultura⁴.

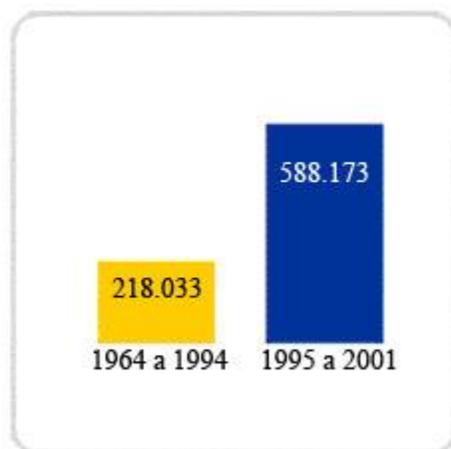
Os programas do governo mostram que o Estado acredita na necessidade da reforma fundiária, mas os resultados alcançados até hoje ainda são tímidos. Talvez porque, ainda hoje, prioriza o agronegócio com a finalidade de conseguir o equilíbrio da balança comercial. Assim, a política de reforma agrária é desenvolvida para resolver conflitos pontuais e não para o desenvolvimento local e a produção de alimentos. Conforme o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), criado em outubro de 1985, a meta estipulada era assentar 1.400.000 famílias até 1989. Foram assentadas apenas 89.945 famílias neste período. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) citado por

³ Conforme as normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), são considerados agricultores familiares os produtores rurais que atendam os seguintes requisitos: sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros. Ou concessionários de reforma agrária; residem na propriedade ou em local próximo; detenham sob qualquer forma no máximo 4 (quatro) módulos fiscais de terra (equivalente a 30 ha em Mato Grosso do Sul) quantificadas conforme a legislação em vigor, ou no máximo 6 (seis) módulos quando se tratar de atividade pecuária (PRONAF, 2005 p. 8).

⁴ A agricultura familiar responde hoje por 38% do VBP agropecuária do Brasil, 84% dos estabelecimentos rurais e por 77% da mão-de-obra do campo. Produz 84% da mandioca, 67% do feijão, 58% dos suínos, 54% da bovinocultura de leite, 49% do milho, 46% do trigo, 40% das aves e ovos e 31% do arroz que chega a mesa do Brasileiro. Cerca de 80% dos municípios são essencialmente rurais abrangendo 50 milhões de pessoas (PRONAF, 2003 p. 2).

Universidade Estadual Paulista (2005), de 1964 (quando foi criado o estatuto da terra em 30 de abril 1964) a 2001 foram assentadas um total de 806.206 famílias. Divididas em dois períodos, o total de famílias assentadas ficaria assim: de 1964 a 1994 foram assentadas 218.033 e de 1995 a 2001 mais 588.173 famílias (gráfico1).

Gráfico 1. Famílias Assentadas Por Período



Fonte: MDA Apud UNESP (2005).

Portanto, passada duas décadas do Primeiro Plano (I PNRA) o resultado continua bem abaixo do que foi programado para aquele período de 1985-1989. Logo, pode-se afirmar que a reforma agrária, conforme foi planejada ainda não foi concretizada. O número de famílias assentadas a partir de 1995 podem ser observados na Tabela 2.

Além disto, Oliveira (2006) afirma que o próprio INCRA deixou de divulgar os dados precisos sobre o que é efetivamente reforma agrária. Para o autor, os dados do INCRA é uma verdadeira “caixa preta” para a sociedade. Em 2005, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e o INCRA anunciaram 127.526 famílias assentadas, mas para chegar a este número foram somados todos os dados das diferentes metas do Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), como se fossem assentamentos novos. Assim, Oliveira (2006) fez uma nova classificação, com dados do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos

(NERA), segundo as seguintes classes e os seguintes resultados.

- Reordenação Fundiária – um total de 47,6 mil famílias.
- Regularização Fundiária – um total de 32,8 mil famílias.
- Reassentamentos Fundiários de famílias atingidas por barragens – um total de 1,6 mil famílias.

Reforma Agrária – um total de 45,5 mil famílias.

Assim, das 127.5 famílias, 82 mil não se referem à reforma agrária de fato (Tabela 2).

Tabela 2. Brasil – Governo Lula – assentamentos realizados pelo INCRA/MDA – 2005.

Regiões	BRASIL	Norte	Nordeste	C.Oeste	Sudeste	Sul
TOTAL GERAL	127.511	58.349	39.735	19.898	6.541	2.988
	100%	45,76%	31,16%	15,61%	5,13%	2,34%
Reassentamentos Fundiários (1)	1.606	220	0	0	806	580
	1,25%	0,17%	0%	0%	0,63%	0,45%
Reordenação Fundiária (2)	47.561	18.070	14.613	10.393	2.703	1.782
	37,30%	14,17%	11,46%	8,15%	2,12%	1,40%
Regularização Fundiária (3)	32.835	29.628	3.057	0	150	0
	25,76%	23,24%	2,40%	0%	0,12%	0%
Reforma Agrária (4)	45.509	10.431	22.065	9.505	2.882	626
	35,69%	8,18%	17,30%	7,46%	2,26%	0,49%

Fonte: www.incra.gov.br/relgeren_127511

Organização e conceituação: OLIVEIRA, A.U., ABRA, USP, IANDÉ, 2006.

(1) Reassentamentos Fundiários de famílias Atingidas por Barragens, proprietárias ou com direitos adquiridos em decorrência de grandes obras de barragens e linhas de transmissão de energia realizadas pelo Estado e/ou empresas concessionárias e/ou privadas.

(2) Reordenação Fundiária - Substituição e/ou reconhecimento de famílias presentes nos assentamentos já existentes.

(3) Regularização Fundiária - Reconhecimento do direito das famílias (populações tradicionais, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, posseiros, etc.) já existentes nas áreas objeto da ação (flonas, resex, agroextrativista, desenvolvimento social, fundo de pastos, etc).

(4) Reforma Agrária - Assentamentos decorrentes de ações desapropriatórias de grandes propriedades improdutivas, compras de terra e retomada de terras públicas griladas.

Observação: Os dados divulgados na listagem não permitem discernir entre desapropriação ou compra e terras públicas.

Alguns autores acreditam que é urgente, no país, a realização de uma reforma agrária ampla e irrestrita, baseada no desenvolvimento social e na sustentabilidade do meio ambiente, que proporcione aos lavradores assistência técnica e que dê conta dos profundos problemas que enfrentam atualmente.

Vários países do mundo tiveram sucesso com a reforma agrária como explica Romeiro (1994 p. 104):

[...] A preferência histórica pela agricultura familiar foi geral nos países capitalistas mais desenvolvidos, durante o séc XX [...].

As experiências radicalmente distintas de desenvolvimento agrícola dos Estados Unidos e do Japão tiveram em comum a garantia de acesso à terra. Nos países europeus com forte tradição camponesa o acesso à terra também foi garantido de modo geral.

(...) Na Coréia do Sul e de Taiwan, a reforma agrária veio evitar que o êxodo rural descontrolado comprometesse a elevação progressista da qualidade de vida da população (...) (ROMEIRO, 1994, p. 104).

O historiador brasileiro Luis Felipe de Alencastro, falando sobre a reforma agrária e, especialmente, sobre a forma como o governo Lula lida com o MST, afirma: “O Brasil é o único dos grandes países que não fez reforma agrária, coisa que os EUA fizeram no seu próprio território em 1862 e impuseram ao Japão, em 1945” (ALENCASTRO, 2003, p. 2).

Mesmo não caminhando conforme o esperado, para muitos a reforma agrária é uma realidade. Leite (1998), argumenta que

Apesar dos resultados ainda tímidos quanto ao número de famílias beneficiadas e o estoque de terras aproveitadas, existe uma realidade agrária “reformada” nada desprezível (mais de 400 mil famílias beneficiadas considerando-se o conjunto de programas implementados após 1970). Além de razoavelmente importante quanto ao número, o processo de assentamentos de trabalhadores rurais é hoje um movimento, até certo ponto irreversível (LEITE, 1998, p. 38).

Tabela 3. Famílias assentadas pelo governo federal de 1995 a 2005.

Período	Número de famílias
1995	30.716
1996	41.717
1997	66.837
1998	98.740
1999	99.201
2000	69.929
2001	73.754
2002	43.486
2003	36.308
2004	81.254
2005	127.511
Total	769.453

Fonte: MDA/INCRA – 2005

Para os que já estão assentados, chega o momento de pôr em prática os seus sonhos. Para Woortmann (1990, p. 14), na concepção camponesa “vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio de família, sobre o qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria”.

Mas a integração no mercado também faz parte do sonho camponês através da venda da produção excedente, e na conjuntura capitalista atual ele enfrentará muitas barreiras para conseguir o sucesso desejado. Mais do que nunca ele precisará se unir, pois o trabalho individual constitui-se num impasse para a sua sobrevivência. Diante desta situação, os camponeses tentam se organizar em busca da melhoria das condições de vida dentro do próprio assentamento.

Neste sentido, o camponês, sob a liderança do MST, tenta se estabelecer diante do avanço do capitalismo no campo, tomando iniciativas organizacionais que através de variadas formas de *cooperação agrícola* pode contribuir para o

aumento da produção e da produtividade do trabalho. Assim, a *organização da produção*⁵ passa a ser uma saída para que a pequena unidade de produção consiga resistir diante das limitações impostas pelo capitalismo.

1.1 Objetivos

O trabalho ora proposto tem por objetivo o estudo da produção camponesa e a organização produtiva de dois assentamentos de reforma agrária no município de Itaquiraí, sendo que um desses assentamentos possui a estrutura produtiva já “consolidada” e, o outro, ainda em vias de consolidação.

Portanto, serão estudadas duas situações “diferentes” em termos de desenvolvimento. Para isto foram escolhidos os assentamentos Indaiá (criado em 1989) e Lua Branca (criado em 2001).

Esta pesquisa se justifica pela escassez de trabalhos que tentam compreender as diferentes formas de organização da produção camponesa e suas características mais relevantes nos assentamentos, por outro lado, pela importância que tais estudos podem trazer para a discussão em torno da viabilidade da reforma agrária em termos que possam extrapolar o discurso economicista e resgatar a terra como patrimônio da família (ativo social) muito mais que mera mercadoria (ativo econômico)

Por conseguinte, este estudo possui os seguintes objetivos específicos:

- descrever e analisar a produção camponesa e as formas de organização da produção em dois Projetos de Assentamentos (Pas) de reforma agrária;
- discutir a evolução das relações societárias ressaltando suas potencialidades, possibilidades e suas limitações;
- diagnosticar a possível existência de atividade não-agrícola e a participação na composição da renda familiar do assentado, analisando a partir desta

⁵ A partir da conquista da terra, os assentados procuram colocar em prática diferentes formas de organização da produção. Geralmente, estas diferentes propostas de produção no campo são gestadas antes da conquista da posse da terra. Assim, é no decorrer da luta pela terra que se desenvolvem novas propostas de produção. (FABRINI, 2001. p 27).

constatação se ela é complementação da renda principal (caráter transitório) ou parte fundamental da renda principal (modo de vida);

2 REFERENCIAL TEÓRICO – METODOLÓGICO

Os assentamentos estudados (Indaiá a Lua Branca) resultaram de conflitos relacionados à propriedade da terra tendo como consequência a desapropriação das fazendas por parte do governo e o assentamento dos trabalhadores sem-terra. São formados principalmente por pessoas que residiam na própria região onde os projetos de assentamentos estão inseridos, mas também de trabalhadores de outras regiões do Estado, do Paraná e até do Paraguai.

A partir do momento que o trabalhador recebe a posse da terra, novos embates são travados em uma nova realidade envolvendo o trabalho no lote, as relações de vizinhança e o associativismo. A vida dos assentados a partir da criação do assentamento assume uma nova dinâmica, com um modelo de organização geralmente diferente do processo anterior de luta pela terra. Algumas formas de organização podem transpor a fase de acampamento e continuar sendo utilizada, mas a maioria acaba se destituindo, dando lugar a outras organizações. Novos desafios surgem, geralmente relacionados a negociações com organismos públicos no intuito principalmente, da obtenção do crédito e da infra-estrutura.

A partir da posse da terra, assumem importância diversas formas associativas, algumas delas quase obrigatórias, como a associação que se constitui em órgão intermediador para que o camponês possa receber os benefícios repassados pelo Estado.

Ao discutir as relações de produção camponesas dentro de um assentamento de reforma agrária, se faz necessário apoiar-se em argumentações de teóricos da área agrária cujos preceitos, ao longo de décadas, foram lançados ao debate e muitos deles, aceitos e considerados importantes para a compreensão da lógica da economia camponesa.

O referencial teórico-metodológico é a base para a compreensão do objeto de pesquisa; portanto sua construção se faz a partir do debate acerca das teorias de explicação do desenvolvimento do capitalismo no campo, bem como da escolha das ferramentas (conceitos) para análise da realidade específica que

pretende-se estudar.

No final do século XIX e início do século XX, surgiram algumas teorias divergentes a respeito do futuro do campesinato ante o avanço do modo capitalista de produção. Assim, Kautsky (1980) é lembrado por apregoar que o campesinato não resistiria ao progresso técnico intensificado pelo sistema capitalista e que a tendência seria o camponês se transformar em burguês ou em proletário.

Já Chayanov (1974) não considera o progresso técnico uma ameaça para o campesinato, pois este poderia resistir através de adaptações em sua dinâmica interna. O autor analisa a forma de produção camponesa das famílias que viviam na Comunidade Rural Camponesa (MIR)⁶ russa no final do século XIX. Explorou situações que podem contribuir para o entendimento das relações camponesas atuais. Ao analisar a dinâmica interna do campesinato, o autor procura demonstrar que o campesinato russo do Mir tinha uma economia baseada no balanço trabalho-consumo. Assim, a família procurava utilizar de atitudes que não demandasse muito esforço na obtenção dos meios de satisfação de suas necessidades.

Kautsky e Chayanov possuem caminho interpretativo divergentes. Enquanto Kautsky (1980) assinala que a grande exploração capitalista triunfaria em relação ao campesinato devido a incapacidade do camponês, Chayanov (1974) acredita na resistência deste pelo seu modo de vida centrado na manutenção da família.

Abramovay (1992) observa que a relevância da obra de Chayanov foi considerar a produção familiar um modelo que pode se adequar a agricultura moderna criando e recriando mecanismos de sobrevivência, como a agricultura em tempo parcial e a organizações em formas associativas.

Chayanov (1974) partiu do pressuposto que o camponês trabalha até um determinado limite o qual julga necessário para sobreviver. Sobre isto Woortmann

⁶ Comunidade rural russa em que a terra era partilhada pelo governo entre os seus integrantes. O TZAR (controladores do MIR), os KULAKS (camponeses médios), a grande assembléia (SKHOD) e os pequenos agricultores, faziam a repartição da terra a cada oito anos, de acordo com as necessidades de cada família. (ALMEIDA, 2003, p. 69)

(2001) comenta:

O modelo de Chayanov partia do grupo doméstico individual cujo objetivo básico seria garantir a satisfação de suas necessidades e não a realização do lucro, razão pela qual o campesinato não deveria ser considerado como uma forma de capitalismo incipiente (WOORTMANN, 2001, p. 3).

Apesar de Chayanov acreditar no dinamismo do camponês, considera o avanço do capitalismo no meio rural e a subordinação do camponês em relação ao mercado, uma ameaça que necessitaria ser interrompida. Para isto, ele sugere que o camponês se integre a sistemas cooperativos.

(...) El Camino de la colectivización cooperativa es el único posible en nuestras condiciones para introducir en la explotación campesina los elementos de la industrialización agrícola en gran escala y la planificación estatal. (CHAYANOV, 1974, p. 317).

Desta forma, Chayanov acredita que o progresso técnico obriga o camponês a integrar-se a um plano organizativo em sua unidade de exploração para adaptar-se à demanda do mercado mundial.

Em relação à importância do cooperativismo para o meio rural, parece haver um consenso entre os pensamentos de Chayanov e Kautsky, pois apesar de Kautsky acreditar que o campesinato não teria futuro histórico, ou seja, estaria fadado ao desaparecimento, também reconhece a importância do cooperativismo no campo:

(...) vão indo muito bem as sociedades de compra para a aquisição em comum de adubos químicos, forragens, de sementes, de gado, de máquinas (...). (...) a luta organizada contra a exploração capitalista desenvolveu as virtudes sociais, a confiança na coletividade dos camaradas (...) (KAUTSKY, 1980, p. 148).

Observe que kautsky (1980) cita algumas formas de cooperação

organizadas pelos camponeses como mecanismo de resistência ao modo capitalista de produção.

Todavia, apesar destas aproximações em torno da questão do cooperativismo são autores de opiniões divergentes.

O fato de usar-se interpretações bastante antagônicas na confecção desta pesquisa se explica devido à complexidade do tema e a necessidade de seu entendimento, conforme explica Almeida:

O desvendamento da lógica da unidade familiar dentro do modo de produção capitalista só é possível pelo acúmulo teórico propiciado pelos estudos destes autores, os quais, de diversas formas contribuem para o avanço do conhecimento propiciado pelo embate profícuo em torno de suas teses (ALMEIDA, 2003, p. 79-80).

A obra de Chayanov foi objeto de muitas críticas de teóricos que acreditavam que o capitalismo estaria prestes a suprimir o campesinato da história, alegando que o autor dedicava-se a uma classe social em vias de extinção.

Neste estudo optou-se por considerar como verdadeiras as proposições de Chayanov já que o autor admitiu a contemporaneidade do campesinato que nos dias atuais tende a se recompor no Brasil.

Outros autores também foram estudados no intuito de compreender a realidade dos assentamentos, bem como planejar os caminhos que pretende-se construir para a investigação do objeto de pesquisa.

Stédile e Fernandes (2000) apresentam uma entrevista, dirigida por Bernardo Mançano Fernandes a João Pedro Stédile, sobre a história do MST no Brasil, de 1979 a 1997. O livro retrata o movimento sem a preocupação de sistematização, nem de elaboração teórica, mas colocando de forma objetiva a história do movimento. Os autores comentam sobre o cooperativismo no assentamento sob a ótica do MST. Segundo os autores, os líderes do movimento, por volta de 1985 se preocupavam em debater teoricamente a importância da cooperação agrícola e chegaram à seguinte conclusão:

(...) temos que estimular a cooperação agrícola. Essa é a meta. Só a cooperação agrícola vai fazer com que possamos desenvolver melhor a produção, introduzir a divisão do trabalho, permitir o acesso ao crédito e às novas tecnologias, permitir e manter uma aglutinação social maior nos assentamentos, criar condições ou facilidades para trazer energia elétrica, água encanada, colocar a escola perto do local de moradia (STEDILE; FERNANDES, 2000, p. 100).

Para Fabrini (2003), os trabalhos associativos e as cooperativas foram priorizadas pelo MST nos assentamentos com ênfase na proposta das Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs).

As cooperativas são concebidas pelo MST como uma forma de integração do assentado no mundo da mercadoria. Entretanto não é uma luta para se integrar ao mundo da mercadoria em si, tornando mais um capitalista, mas para superar as relações de dominação engendrada no processo de acumulação de capital. Assim, o MST acredita que se pode criar condições favoráveis para a luta e superação das relações de dominação capitalista (FABRINI, 2003a, p.10).

Entretanto, Fabrini (2003) destaca que as CPAs são mais importantes como instrumento de organização do assentado, do que um organismo destinado a organizar a produção. O autor ressalta que as cooperativas se destacam mais pelas ações políticas do que organização econômica e produtiva.

Souza (1999) desenvolveu uma pesquisa descrevendo de forma muito objetiva e original as formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do MST. Estudou especificamente os projetos de cooperativas de produção e as áreas individuais que desenvolvem o associativismo do tipo grupos de máquinas e comercialização dos produtos. Para análise utilizou os documentos produzidos pelos vários setores do MST.

Ainda sobre a organização da produção, Martins (1990) mostra como o cooperativismo tem privilegiado certos grupos de produtores atenuando assim o processo de descapitalização por que passam.

Por sua vez Stédile e Görgen (1993) realizaram um trabalho reunindo a experiência de campo do próprio MST. Mostram exemplos bem sucedidos e

indicam rumos de ação. É uma tentativa de reunir em uma única publicação as diversas instruções, táticas e estratégias, para orientar os trabalhadores rurais que conquistarem a terra no assentamento.

Para alcançar os objetivos propostos utilizou-se as formas de levantamento de dados (primários e/ou secundários) visando ao conhecimento da realidade local. Segundo Dragone (2003), dados primários são aqueles gerados por um pesquisador para a finalidade específica de solucionar um problema. A coleta deste dado envolve todas as etapas do processo de pesquisa, que são: definição do problema, elaboração de uma abordagem do problema, concepção da pesquisa, trabalho de campo ou coleta de dados, preparação e análise dos dados e a preparação e a apresentação do relatório. Já os dados secundários são coletados para objetivos que não os do problema em pauta. Podem ser localizados de forma rápida e barata em bibliotecas, centro de pesquisa ou mesmo na Internet (Malhotra Apud Dragone, 2003, p. 24).

Para Malhotra, citado por Dragone (2003), tem-se dentro dos dados primários dois tipos de pesquisa que pode ser utilizados: quantitativo e qualitativo. O método quantitativo é adequado quando se deseja conhecer a extensão do objeto de estudo, do ponto de vista do público pesquisado. Aplica-se nos casos em que se busca quantificar os dados e informações e generalizar os resultados de amostra para a população alvo, valendo-se da coleta de dados de um grande número de pessoas, aplicando-se um questionário contendo questões que o entrevistado responde livremente. Já no método qualitativo busca-se compreender com profundidade a problemática principal do estudo por meio de amostragem com pequeno número de entrevistado. Assim procura-se compreender o contexto do problema. Na análise dos dados a pesquisa qualitativa busca a essência dos fenômenos, interpretação de acordo com o contexto, enquanto a pesquisa quantitativa busca os métodos estatísticos e comparação com outros estudos (MALHOTRA Apud DRAGONE, 2003, p. 24).

Para os objetivos apontados neste estudo, entende-se que a pesquisa qualitativa é a mais apropriada.

Inicialmente este estudo se apoiou em uma revisão bibliográfica feita em

bibliotecas e sites com a finalidade de encontrar material de base técnica e/ou científica sobre o assunto.

Em seguida, procedeu-se a coleta dos dados primários e secundários. As questões utilizadas na pesquisa, bem como a organização do questionário, podem ser verificadas no anexo A.

Com relação à amostra pesquisada, optou-se pela definição de uma fração mínima de 10% das famílias a serem investigadas nas diferentes situações produtivas encontradas. O grande número de famílias e as limitações de tempo para o trabalho de campo contribuíram para esta decisão.

Devido à diversidade de formas alternativas de produção existente, optou-se por uma distribuição proporcional entre as diferentes atividades desenvolvidas, a exemplo dos sericultores selecionando-se 10% das famílias produtoras.

Foram aplicadas as seguintes técnicas para a coleta dos dados: pesquisa bibliográfica, técnica de entrevista e técnica de questionário.

Visando coletar as informações necessárias para responder aos objetivos específicos da pesquisa, foram definidas as seguintes variáveis: formas de cooperação agropecuária em que a família participa; geração de renda; detalhes da unidade de produção e integração social.

Os principais instrumentos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, o questionário (entrevista com os assentados), entrevistas com lideranças sociais, políticas ou profissionais (pessoas que detinham conhecimento sobre os assentamentos) e roteiro de informações secundárias.

Cada questionário foi aplicado ao responsável do lote ou ao integrante da família que possuía discernimento sobre as questões. As informações referem-se à unidade econômica⁷ de produção familiar sob gerência desta família.

Foram realizadas entrevistas com lideranças comunitárias e representantes de órgãos públicos e privados que possuíam conhecimento acumulado sobre os projetos de assentamentos (PAs), objetivando-se construir uma caracterização

⁷ A unidade econômica de produção familiar é um conjunto indissociável onde o trabalho, a terra e o capital sofrem um contínuo processo de modificação, buscando sempre o equilíbrio entre o dispêndio de trabalho e as necessidades de consumo da unidade familiar (CHAYANOV Apud ARMUZ, 2004, p. 72).

geral dos dois assentamentos. Participaram da entrevista presidentes de associações e sindicatos, líderes comunitários, assistência técnica e outros.

As informações secundárias referiram-se aos dados coletados em entidades públicas como a prefeitura, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas também em empresas privadas como o laticínios e as fecularias da região. Essas empresas contribuíram com informações complementares sobre a produção e produtividade e também com dados que ajudaram a caracterizar o município e a região.

As coletas das informações primárias e secundárias foram realizadas principalmente nos três últimos meses de 2004, mas continuou durante toda a elaboração da pesquisa com informações complementares julgadas necessárias para o desenvolvimento do trabalho. Com os dados coletados, procurou-se realizar a análise das respostas com reclassificação e agrupamentos das informações que mereceram destaque.

Ao todo, foram aplicados 76 questionários, sendo 63 no PA (projeto de assentamento) Indaiá e 13 no PA Lua Branca. As análises quantitativas foram feitas a partir de uma tabulação da própria amostragem, calculando-se os números absolutos e as percentagens dentro da amostra levantada.

As primeiras visitas foram feitas no mês de setembro de 2004 e as últimas em junho de 2006. Os questionários foram respondidos na propriedade do agricultor. O uso de gravador mostrou-se eficiente apenas nas entrevistas com as lideranças. Todo o trabalho de coleta de dados foi desenvolvido pessoalmente pelo proponente da dissertação.

O conjunto de informações obtidas foi organizado, analisando inicialmente de forma isolada, e, depois, comparativamente.

2.1 O Conceito de organização da produção

A expressão *organização da produção* deve ser entendida de forma abrangente, já que se inicia com a organização dos produtores. A partir do

momento em que os agricultores sem terras são assentados, surge a necessidade da viabilização econômica da propriedade. No entanto, como acreditam Stédile e Görgen (1991) com o avanço do capitalismo no campo brasileiro ele terá que competir com as grandes propriedades mecanizadas e conviver com a pouca disponibilidade de recursos técnicos e financeiros, bem como com toda a sorte de atravessadores que atuam no setor. Para os autores, a cooperação agrícola é a única saída para o pequeno agricultor conseguir aumentar a produtividade do trabalho, aumentar a produção, e não deixar vencer pelos maiores (STÉDILE; GÖRGEN 1991, p. 137). Sob este ponto de vista, esses produtores somente com a ajuda da família dificilmente sairão do nível de subsistência, em função da baixa produtividade do trabalho. Desta forma, quanto mais o pequeno agricultor ficar sozinho, tanto mais essas dificuldades se multiplicarão. Então, surgem as idéias de que através da cooperação agrícola ele possa sobreviver alcançando uma melhor produtividade. É neste contexto que as formas de organização da produção surgem, isto é, a partir da idéia de cooperação agrícola, seja ela associativa, coletiva, semi-coletiva, enfim, societárias.

Para a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil⁸, CONCRAB (1996), a organização de produtores pode ser entendida como um conjunto de iniciativas buscadas pelos agricultores influenciadas ou não por organismos governamentais, e lideranças políticas e sociais, visando à realização de atividades em conjunto como forma de somar esforços para o aumento da produtividade do trabalho, bem como angariar recursos para a obtenção do melhor resultado produtivo possível. Neste sentido, seriam contemplados aspectos sociais e políticos procurando enaltecer a união das pessoas, contribuindo para o fortalecimento da solidariedade diante da necessidade concreta da transformação da ordem sócio-econômica do campo.

⁸ A CONCRAB é uma instância do setor de produção, cooperação e meio ambiente do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem terras (MST), que tem a função de orientar e organizar os assentamentos de reforma agrária e promover a cooperação garantindo a unidade política e desenvolvendo programas específicos, tais como: experimentação de novas propostas de assentamentos, acompanhamento econômico e organizativo das cooperativas de produção, crédito ou comercialização, capacitação técnica de lideranças e jovens agricultores e estudo de mercado, entre outros (SCOPINHO ; MARTINS Apud SCOPINHO ; MARTINS, 2003 p. 126).

A discussão sobre a organização da produção teve início a partir do crescimento do número de assentamentos rurais no Brasil e a necessidade de viabilizá-los econômica e socialmente. Existe ainda pouca bibliografia especializada a respeito do assunto. Segundo Toledo (2004) este é um assunto complexo, compreendendo várias etapas dos processos de organização e produção, que vão muito além da produção propriamente dita. Abarca inúmeros segmentos de definição dos sistemas agrários, tais como: procedimentos anteriores ao plantio, escolha das culturas, tecnologia a ser utilizada, estocagem, processos de agroindustrialização, aquisição de insumos, mercados, crédito, público consumidor e mecanismo de comercialização, bem como, políticas públicas disponíveis e quais os mecanismos de participação dos agricultores na melhoria das condições de vida nos ambientes rurais. Para o autor, o conceito de organização da produção depende da abordagem e a quem está dirigido:

Para a Agricultura, a organização da produção pode ser definida como um processo de análise e intervenção das potencialidades e limitações dos sistemas agrários, qual seja, agrícola ou pecuário, que antecedem a elaboração de projetos dos negócios rurais, os sistemas de produção, a agroindustrialização e mecanismo de comercialização, ou seja, aquilo que antecede a porteira e depois da porteira. A organização da produção não é um processo que possa ser construído de forma isolada, é necessária a integração e a participação do Estado através de seus mecanismos de fomento e regulação dos setores privados de agroindustrialização, das agroindústrias familiares, dos setores de economias solidárias, integradas aos mercados consumidores, embasados em ferramentas de diagnóstico de análise e de intervenção qualificadas, enfocando as dimensões que dêem sustentabilidade ambiental, econômica, política, social e cultural, aliado com os fatores característicos dos ambientes interno e externo, onde as prioridades estejam focadas no desenvolvimento do território local, mas sem perder de vista as influências positivas e negativas do global (TOLEDO, 2004).

Na organização da produção deverá haver várias formas complementares de produção, todas no sentido de estimular as diversas formas de cooperação agrícola como: cooperativas, mutirões, associações e empresas de prestação de

serviços. Enfim, deve-se estimular as famílias assentadas a agrupar-se de acordo com a realidade regional a fim de se beneficiarem melhor dos bens e atendimento do setor público (como os estímulos da política agrícola e o acesso à saúde e educação), garantindo assim os seus direitos de cidadão. Organizar para produzir somente é possível quando os assentados encamparem esta opção.

Toledo (2004) afirma que quando se fala em organização da produção, não se resume em simples planejamento, é preciso entender que a organização implica em ter presente na mente os aspectos da realidade onde os trabalhadores estão envolvidos em que são levadas em consideração as questões culturais, os conhecimentos empíricos, inclusive no que se refere a experiências na área da produção. A questão do associativismo, da união, é importante. Por exemplo: O que produzir? Para quem? Como produzir? Que tipo de agricultura queremos? Devem ser lembrados a cada instante.

2.2 Os conceitos de associativismo e coletivo

Conforme Carvalho (1998), a expressão *associativismo* é utilizada para dar conta, de maneira genérica, de todas as possibilidades de cooperação organizada entre pessoas físicas para a realização de um determinado objetivo. Isto explica, portanto, a hipótese de que tal cooperação organizada possa ter ou não correspondência com as figuras organizacionais de associação entre pessoas (físicas e jurídicas) previstas em lei. Ademais, o associativismo identificado poderá ter ou não a sua existência legalizada.

A expressão *coletivo* pode referir-se à forma de cooperação no processo de produção, à apropriação da terra, à comercialização de produtos e insumos, ou à repartição do produto do trabalho.

Muitas vezes a expressão coletivo é utilizada para designar uma forma de associação em que todos os envolvidos compartilham de objetivos e de atividades previamente determinadas.

O coletivo, enquanto forma de cooperação do trabalho objetivando a

potencialização das forças produtivas, pressupõe uma divisão técnica do trabalho de maneira que uma atividade complemente a outra numa dinâmica de interdependência (CARVALHO, 1998, p.3).

2.3 Principais formas de organização da produção encontradas nos assentamentos de reforma agrária no Brasil

Os problemas dos sem-terras não se expiram a partir do momento em que são assentados. Pois, na terra, chega o momento de concretizar o seu objetivo maior, que é a obtenção da renda para o sustento de sua família. Neste momento, a produção agrícola se torna o centro das discussões, pois é nela que o agricultor vê a possibilidade da garantia de sua sobrevivência. Mas na conjuntura econômica atual ele terá sérias dificuldades. Para Stédile; Görger (1991, p. 136 -137) o camponês sozinho terá mais dificuldade conseguir o seu objetivo. É neste contexto que as discussões sobre as formas de organização da produção são intensificadas dentro do próprio MST. Para Souza (1999), esta discussão teve início a partir de meados da década de 1980, devido ao aumento do número de assentamentos no país e à necessidade de viabilizá-los econômica e socialmente (SOUZA, 1999, p. 106)

Desta forma, pode-se considerar como exemplos de cooperação agrícola: grupos de famílias, associações, grupos de máquinas, grupos de produção coletivizada ou semi-coletivizada, cooperativas de comercialização, cooperativas de produção agropecuária, e cooperativas de crédito rural (SOUZA, 1999, p. 106).

Segundo a CONCRAB (2005), as principais formas de cooperação agrícola encontradas no Brasil são as associações, os grupos coletivos e as cooperativas. Além dessas, temos: grupos de famílias, grupos de produção semicoletivizada, cooperativas de comercialização e prestação de serviços e cooperativas de produção e prestação de serviços.

2.3.1 Cooperativas

Para a CONCRAB, a melhor forma de organização da produção nos

assentamentos é através do Sistema Cooperativista dos Assentados⁹ (SCA), que tem por objetivo organizar os assentados para obterem com mais facilidade o crédito rural, a assistência técnica e a comercialização; enfim, aproveitar melhor as possibilidades do mercado e os meios de produção disponíveis. Em relação à gestão democrática, são princípios da cooperação no Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA): que todos os associados, legais ou não devem ter os mesmos direitos e deveres, seja participando das decisões, do planejamento, ou da distribuição do lucro (CONCRAB Apud SCOPINHO; MARTINS, 2003, p. 126).

O cooperativismo brasileiro é apoiado pela lei nº 5764 de 16 de dezembro de 1971, que exige um número mínimo de 20 sócios para a sua constituição e é representado formalmente pela Organização das Cooperativas Brasileira (OCB).

Conforme a UNIRCOOP (2003), as primeiras explorações do cooperativismo brasileiro remontam ao século XIX, mas foi a partir de 1932, com o estímulo do poder público, que foi dada ênfase no seu estabelecimento.

A partir desta data, o ramo das cooperativas agropecuárias tem-se destacado em relação às demais, tendo em vista a característica agrícola brasileira.

No Brasil, as cooperativas agrícolas, ao longo do século XX, não apenas se mostraram como as mais importantes em termos de negócios como também foram as principais responsáveis pela difusão do ideário cooperativista no país (UNIRCOOP, 2003 p. 6).

Para os autores, estas cooperativas foram importantes como unidades de comercialização de produtos dos associados, revenda de insumos e assistência técnica. Atendiam tanto o setor agrícola quanto o pecuário.

Neste sentido, até mesmo Kautsky, que acreditava que o campesinato não

⁹ Após longos debates em seminários para discutir a organização econômica dos assentamentos, criou-se a partir de 1989 a necessidade de se implementar o sistema cooperativista dos assentados (SCA) Passados mais de 10 anos de sua organização, o SCA conta com 81 cooperativas distribuídas em diversos Estados brasileiros e divididos em três formas principais em primeiro nível: Cooperativas de produção agropecuária (CPA), cooperativa de prestação de serviço (CPS) e as cooperativas de crédito. (CONCRAB, 2005).

tinha futuro histórico, ou seja, estava fadado ao desaparecimento, reconhece a importância do cooperativismo no campo:

[...] graças às organizações de crédito o camponês levanta dinheiro a uma taxa módica, pagando-o sem arruinar-se, em virtude dos melhoramentos de sua exploração que este empréstimo torna praticáveis. Não há dúvida, as sociedades de crédito são, para os camponeses, sumariamente importante como veículo de progresso econômico [...]. [...] não podemos negar a influência benéfica dessas organizações sobre a agricultura. Elas suprimem as despesas do negócio. Na verdade, o que o lavrador ganha o intermediário perde. (KAUTSKY, 1980, p. 141).

Portanto, o pensamento cooperativo já existia no século XIX. Entretanto, conforme acreditava o autor, o cooperativismo em sua forma mais abrangente ainda estava longe de ser implantado pela individualidade dos camponeses; desta forma, existia uma superioridade da grande propriedade que poderia inviabilizar as pequenas. Para o autor, as vantagens da grande exploração sobre as pequenas são imensas: “economia de homens, de animais e de instrumentos, utilização integral de todos os objetos, a possibilidade de emprego de máquinas, a divisão do trabalho, a direção confiada a agrônomos, a superioridade comercial e maior facilidade para a obtenção de dinheiro” (KAUTSKY, 1980, p. 125).

É indubitável que a evolução moderna da agricultura proporciona à grande propriedade recursos científicos e técnicos extraordinários, que a habilitam, pela formação de pessoal especializado, afirmar a sua superioridade (KAUTSKY, 1980, p. 126).

Assim, para Kautsky, ao adquirir insumos agropecuários o grande produtor obtém vantagens que o pequeno não consegue. Por ter mais poder econômico, o grande proprietário se relaciona melhor com políticos, obtendo vantagens na utilização dos bens de consumo coletivo e na determinação da política agrícola. Além disso, é fato que o camponês possui uma certa resistência ao uso de determinadas tecnologias devido ao seu modo de vida centrado na manutenção da família.

Ao contrário do que intelectuais resistentes à reforma agrária e, portanto à pequena unidade de produção argumentam, a propriedade camponesa não é semelhante à propriedade capitalista. Conforme acredita Almeida (2003), na propriedade capitalista o que se visa é o lucro, sendo a terra um simples instrumento de negócio. Enquanto na pequena unidade de produção a terra é um meio de trabalho, os ganhos do camponês não constituem ganhos de capital, são ganhos do trabalho do camponês e de seus familiares. Daí reside, segundo a autora, o grande problema de Kautsky, pois ao comparar a pequena com a grande propriedade e optar pelas vantagens da última, o autor esquece que elas possuem lógicas internas díspares e, portanto, incomparáveis: uma é *terra de trabalho* (morada da vida), a outra, é *terra de negócio*.

Conforme UNIRCOOP (2003) o cooperativismo brasileiro foi estruturado em 13 ramos pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a saber: Agropecuário, Consumo, Crédito, Educação, Especiais, Habitação, Mineração, Produção, Infra-estrutura, Trabalho, Saúde, Turismo e Lazer, Transporte de Cargas e Passageiros. (UNIRCOOP, 2003 p. 23).

2.3.1.1 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs)

A cooperativa de produção Agropecuária é formada por produtores que se unem com o objetivo do fortalecimento da classe, conseguindo assim maior poder de negociação em todos os elos da cadeia produtiva, além de conseguirem algumas vantagens legais.

Conforme Görden e Stédile (1993), nas CPAs, cada sócio poderá receber os dividendos sempre que sobrar, mas para ser sócio, o trabalhador precisa entrar com uma quota (estipulada pela assembléia). As CPAs devem seguir o estatuto modelo padrão do INCRA. Pagam imposto ao Estado e podem exercer atividades comerciais, conforme suas condições. (GÖRGEN ; STEDILE, 1991 Apud SOUZA, 1999, p. 108).

Segundo o MST, para organizar uma cooperativa de produção agropecuária (CPA), é necessário: que a terra seja coletiva, proximidade do mercado

consumidor, ter um projeto de desenvolvimento previamente elaborado para as áreas, produzir o que individualmente é impossível. (SOUZA, 1999, p. 109).

A partir de 1989 as cooperativas de produção agropecuária (CPAs) despontam como uma forma especial de organização da produção. Uma CPA não se diferencia muito de um grupo coletivo ou de uma associação. O que a diferencia é a personalidade jurídica, pois ela é registrada como uma empresa de cooperativismo e deve ser regida pela legislação cooperativista brasileira.

Nas CPAs a terra permanece sob o controle do coletivo a não ser a pequena parcela destinada à produção de subsistência de cada associado. Segundo a CONCRAB em quase todas as CPAs o título de propriedade ou concessão de uso da terra permanece em nome do indivíduo, que a passa para o controle da cooperativa. Mas pode haver titulação de terra em nome da CPA.

Em relação ao capital, como a cooperativa tem capital social, este é subdividido em quotas-partes que vão sendo integralizadas na conta de cada associado, menos o capital que se torna investimento. Este se torna capital social e não pode ser dividido em caso de dissolução ou desistência.

A CPA organiza o trabalho em setores, a partir da divisão técnica do trabalho, que é determinada pela atividade econômica desenvolvida e pela capacitação técnica dos associados. O trabalho é controlado por hora trabalhada e sua remuneração depende da produção global produzidos pela cooperativa.

Os associados das CPAs normalmente residem em agrovilas.

As cooperativas têm que ser legalizadas obrigatoriamente e, inclusive, com registro na junta comercial (e não no cartório como as associações). Existem leis específicas que regulamentam as atividades das cooperativas (MST, 2005).

2.3.1.2 Cooperativas de Comercialização e Prestação de Serviços (CPS)

Esse tipo de cooperativa tem por finalidade organizar o processo de compra e venda da produção e de bens de consumo para os associados, além da possibilidade de implantar agroindústrias para beneficiar a produção nos assentamentos e, tendo como base estudos direcionados à viabilidade econômica,

definir as linhas de produção a serem desenvolvidas, elaborando um planejamento centralizado da produção vinculada à cooperativa.

Além dessas atividades, a cooperativa de comercialização e prestação de serviços ainda organiza a assistência técnica, por meio do serviço de máquinas e da capacitação técnica dos assentados.

No que tange, especificamente, à organização do trabalho “A CPS não organiza o trabalho familiar, que é uma tarefa dos associados por meio das formas de cooperação nas quais se encontram. Nem organiza diretamente a produção” (CONCRAB, 1997, p.67). Assim, a cooperativa de comercialização e prestação de serviços apenas organiza o trabalho relacionado aos serviços por ela prestados aos associados. As CPSs também são legalizadas na Junta Comercial.

2.3.1.3 Cooperativa de Produção e Prestação de Serviços (CPPS)

A Cooperativa de Produção e Prestação de Serviços (CPPS) acontece quando, para avançar na cooperação, uma Cooperativa de Prestação de Serviços (CPS) começa a desenvolver a produção de um ou mais produtos.

Essa forma de organização do trabalho e da produção deve ser compreendida como uma forma de transição entre uma Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços e a Cooperativa de Produção Agropecuária. Assim, a partir do momento em que uma Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços avança no sentido de acoplar a organização da produção às suas atividades, constitui-se a CPPS. Assim “Isto ocorre quando a cooperativa alcançar um certo nível de desenvolvimento econômico ou pela sua localização ou pelo volume de capital incorporado na mesma. A cooperativa entrará na produção de determinada mercadoria para o mercado” (CONCRAB, 1997, p. 68).

A gestão da terra nessa forma cooperativa pode ser de propriedade do coletivo, podendo se constituir como área de produção coletiva ou então a cooperativa se apropria da terra no qual existem investimentos coletivos e o restante permanece como propriedade familiar. No que tange, especificamente, a

organização do trabalho, as atividades podem ser realizadas pelo trabalho coletivo e uma outra forma é o assalariamento, incorporando um associado para cada posto de trabalho. Essa forma cooperativa também é legalizada e registrada na Junta Comercial.(CONCRAB, 1997, p. 68)

2.3.2 Associações

É uma entidade civil sem fins lucrativos. Presta serviço aos associados. O dinheiro que sobra, ao final do ano, deve ser reinvestido. Não paga imposto para o Estado. Possui estatuto e regimento interno, em caso de associações com muitos sócios. Não tem capital, tem bens (SOUZA, 1999, p. 108).

A Associação pode gerar diversas atividades. Constitui-se, na maioria dos casos, como associações de prestação de serviços. É formada por pessoas que se juntam para resolverem um problema que dificilmente conseguiriam resolver sozinhas. A associação de máquinas é uma das experiências mais desenvolvidas nos assentamentos.

Em caso de associações, a terra continua como um lote individual e o capital pode permanecer em parte com o proprietário e em parte com a associação. Financiamento como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), pode tanto ser investido no individual como na associação, como, por exemplo, para a aquisição de maquinário. No caso de associação de máquinas e implementos permanece a trabalho familiar, sendo que a associação pode, eventualmente, organizar trabalho coletivo, sem que isso signifique divisão social do trabalho.

Quanto ao planejamento da produção, na maioria das associações se dá no lote familiar.

Somente nas atividades coletivas é que a decisão de onde serão plantadas as lavouras fica por conta da associação.

As residências dos assentados são geralmente construídas nos próprios lotes, porém existem diversas experiências de agrovilas planejadas devido a fatores como acesso a bens de consumo coletivo como escola, energia elétrica e posto de

saúde.

Com referência aos aspectos legais, a maioria das associações possuem personalidade jurídica, com estatuto, regimento interno, livros e atas, contabilidade, e são registradas. Apesar de atuarem com o objetivo de elevar a produção e produtividade do trabalho, não são consideradas organizações econômicas (MST, 2005).

2.3.3 Grupos coletivos.

É uma modalidade associativa bastante em voga no movimento devido às iniciativas dos próprios gestores da reforma agrária. Representam um avanço na organização da produção familiar, pois são constituídas por famílias que já estão dispostas a organizar o processo de produção de forma coletiva.

É a forma de cooperação mais simples. Não precisa de estatuto, organizam-se comissões, confeccionam o regimento interno e o plano de produção (GÖRGEN ; STEDILE, 1991 Apud SOUZA, 1999, p. 108).

Neste sistema, o título de propriedade ou concessão de uso permanece em nome do proprietário. O uso da terra fica sob o controle do coletivo. O indivíduo só tem controle da área destinada aos produtos de subsistência da família, mas mesmo esta área pode ser destinada ao coletivo desde que combinado.

Todos os investimentos em meio de produção são feitos coletivamente, ou seja, o capital está sob o controle do coletivo.

A mão-de-obra utilizada está submetida ao planejamento feito pelo grupo, configurando assim uma divisão social do trabalho.

Os grupos são organizados por setores de produção, onde é decidido o que será produzido, bem como a distribuição, organização e especialização da mão-de-obra. Desta forma, o planejamento da produção é decidido pelos sócios, ficando sob o controle coletivo: a terra, o capital e o trabalho.

Na maioria dos casos, os agricultores moram em agrovilas onde dispõem de uma área menor para a produção de alimentos de subsistência, a exemplo da criação de frango e plantio de horta e palmares.

Segundo o MST (2005), o grupo de produção coletivizado é organizado informalmente, ou seja, não é legalizado. Por não ser legalizado não significa que dispensa organização e controle. Os grupos coletivos têm um regimento interno aprovado por seus membros e registram suas decisões em livros de atas. Existem várias normas regulamentando seu funcionamento.

2.3.4 Grupos de famílias

Este tipo de organização é adotado nos assentamentos nos quais os grupos familiares já estão estabelecidos de forma individual, tendo dificuldades em evoluir para experiências associativas consideradas mais avançadas pelo MST do ponto de vista tático e organizativo, que é a propagação da necessidade de implementação do trabalho coletivo. O núcleo de produção é uma fusão de, no mínimo, sete famílias. Como a terra e os instrumentos de produção estão sob o controle individual, o planejamento da produção é realizado individualmente. Normalmente as moradias localizam-se nos lotes individuais, sendo que há autonomia para a formação dos grupos (CONCRAB, 1997, p. 59).

2.3.5 Grupo de produção semicoletivizada (semicoletivos)

Essa forma de organização predominou durante o período de 1985-1988 nos assentamentos. Ela apresenta em sua essência um grau de oscilação constante, ou avançando para um nível maior de coletivização ou retrocedendo para uma individualização cada vez maior do processo de produção, sendo que a dificuldade maior apresentada refere-se à conciliação dos interesses coletivos e individuais. Uma parcela do lote é destinada para o uso coletivo e uma outra parcela é dedicada para o uso individual, sendo que parte do planejamento da produção e o investimento é feito de forma coletiva e outra parte de forma individual. As moradias, geralmente, são construídas em formas de agrovilas.

Esses grupos de organização geralmente funcionam na informalidade,

ficando a elaboração de um regimento interno em condição optativa. Para o MST essa forma de organização já expressa um “avanço” para as formas mais avançada de coletivização. Segundo o MST, os grupos semi-coletivos ocorrem “Quando as pessoas produzem no lote familiar (normalmente a subsistência) e tem uma ou duas linhas de produção em conjunto, voltadas para o mercado.” (CONCRAB, 1997, p. 61)

2.4 Organização do espaço nos assentamentos

Nos assentamentos pesquisados a organização espacial interna obedece a um certo padrão que não difere muito da maioria dos assentamentos instalados no Brasil. As casas estão localizadas nos lotes. Em muitos PAs são encontradas agrovilas projetadas intencionalmente pelo Incra, mas observa-se que a maioria não se desenvolveu satisfatoriamente (LEITE, 2004, p. 81). No assentamento Indaiá, devido à grande extensão da área desapropriada, ocorreram vários recortes que formaram comunidades distintas, principalmente no aspecto religioso, pois em seu interior sempre existe uma igreja. Nos recortes dos lotes, o Incra separou 100 ha para área urbana e industrial. Essas áreas são hoje ocupadas por bosques, pomares e algumas indústrias. As principais comunidades ficaram então assim denominadas: Represa, Cinturão Verde, Farinheira, São Luiz ou Cruzinha, São Roque e Barranca.

O assentamento Lua Branca, devido ao seu menor tamanho, possui uma organização espacial interna simples, sendo que as casas foram assentadas no próprio lote e praticamente existe somente uma comunidade. Porém este assentamento chama a atenção por existir ali uma escola agrotécnica que recebe jovens daquele e de outros assentamentos.

Em relação as principais formas de organização da produção encontradas nestes assentamentos até o período da pesquisa, destacam-se as seguintes organizações e grupos: Cooperativa Agropecuária de Itaquiraí - COPRAIL, Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Itaquiraí - COOPERLEITE, Cooperativa Agrícola Sul Matogrossense - COPASUL, Cooperativa dos

Produtores de Suínos de Itaquiraí - COPERSUÍ, Colônias de Pescadores Z-13, Z-16 e Z-18, Associação dos Produtores do Assentamento Lua Branca, Associação 24 de Novembro, Associação dos Avicultores de Itaquiraí, Associação dos Produtores do Projeto Indaiá, Associação dos Produtores de Leite do Indaiá, Associação dos Produtores do cinturão verde, Associação dos Pequenos Produtores de Hortifrutigranjeiro do “Cinturão Verde”, Associação da Escola Família Agrícola de Itaquiraí, Grupo Semi-coletivo do Cinturão Verde, Associação dos Pequenos Produtores do Lua Branca, Grupo das Mulheres do Indaiá e Mutirão.

3 A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO: CARACTERIZAÇÃO E ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO E ENTORNO

3.1 Caracterização e dinâmica socioeconômica do município de Itaquiraí

A fim de caracterizar o objeto de estudo, considerou-se importante mostrar o desenvolvimento do município de Itaquiraí, através de sua dinâmica sócio-econômica, dados demográficos e sua história. Esses aspectos são considerados correlatos e possibilitam perceber as peculiaridades do município, frente aos outros do Estado.

O município de Itaquiraí, situado no sul de Mato Grosso do Sul, fica distante de Campo Grande, Capital, 387 km e faz parte da microrregião de Iguatemi, que engloba os municípios de Angélica, Coronel Sapucaia, Deodápolis, Eldorado, Glória de Dourados, Iguatemi, Itaquiraí, Ivinhema, Japorã, Jateí, Mundo Novo, Naviraí, Novo Horizonte do Sul, Paranhos, Sete Quedas e Tacuru. O relevo desses municípios apresenta altimetria de 250 a 300 metros. O clima é o subtropical de Mato Grosso do Sul, com época de intensas chuvas de verão seguidas por estiagens, e outra sem período totalmente seco, mas com seca fisiológica provocada por temperaturas baixas no inverno. As precipitações, durante o ano, ficam entre 1.400 e 1.700 mm. Itaquiraí possui área de 2.063,88 km². Essa área corresponde a 0,58% da área total do Estado de Mato Grosso do Sul (ITAQUIRAÍ, 2005).

O município situa-se nas coordenadas geográficas 23° 28' 26" (S) e 54° 11' 06" (W). Pertence às sub-bacias dos rios Amambai e Iguatemi, bacia hidrográfica do rio Paraná. Os principais rios que cortam o município são Paraná, Amambai, Maracaí e Pirajú; os principais córregos são Jaú, Itaquí, Itaquiraí, Guaçú, Guavirá, Pirapó, Toro e Toro-Bum (MATO GROSSO DO SUL apud LAMAS et al., 2000, p. 5).

O município é servido pela BR 163, ficando a 50 km de Naviraí e 160 km de Dourados, que são as duas maiores cidades da Região.

A principal atividade econômica do município é a bovinocultura, em regime extensivo e semi-extensivo, com aproximadamente 231.950 cabeças de gado de

corde em atividade de cria, recria e engorda e 6.618 cabeças de gado de leite, mas destaca-se também em outras atividades. Em relação aos outros municípios do Estado, Itaquiraí é o 2º produtor de mandioca, 3º produtor do casulo do bicho-da-seda, 7º produtor de cana-de-açúcar, 10º produtor de algodão herbáceo, 11º produtor de mel de abelhas, 15º produtor de feijão, 15º efetivo de aves, 18º produtor de trigo e 18º produtor de milho (ITAQUIRAÍ, 2005).

Existem no município: agroindústrias de mandioca (fecularia), laticínios e abatedouro de frangos. Distante 46 km, por estrada asfaltada, existe uma fiação de algodão localizada no município de Naviraí. Estas agroindústrias colocam o município de Itaquiraí numa posição privilegiada no que se refere à absorção da produção (LAMAS et al., 2000 p. 6).

Sendo um dos municípios com maior número de assentamentos de Mato Grosso do Sul, Itaquiraí deposita nas 1.784 famílias de camponeses a mudança de seu perfil econômico.

A população residente em Itaquiraí, segundo o Censo de 2000, era de 15.770 habitantes, dos quais 6.281 residiam na área urbana. Em 1991 a população residente do município era de 13.090 habitantes. Isso denota que em 9 anos o número de habitantes aumentou em 2.680, uma média de 298 habitantes por ano.

A densidade demográfica do município em 1991 era de 6,34 habitantes por km². Em 2000 passa a 7,64 habitantes por km². Esses números são superiores à média do Estado que era de 4,98 e 5,82, respectivamente. A taxa de crescimento anual de Itaquiraí, de 1991/2000, seguindo a mesma tendência, é de 2,09% enquanto a do Estado é de 1,73% (Tabela 4).

Tabela 4. Microrregião de Iguatemi, MS. População residente e taxa média de crescimento anual – 1980/2000.

Municípios	População			Taxa Média de Crescimento a.a.	
	1980	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Angélica	10.534	8.834	7.356	-1,59	-2,01
Coronel Sapucaia	-	11.609	12.810	-	1,10
Deodópolis	18.075	13.713	11.350	-2,48	-2,08
Eldorado	15.311	11.025	11.059	-2,94	0,03
Glória de Dourados	16.195	11.889	10.035	-2,77	-1,87
Iguatemi	24.098	11.100	13.617	-6,80	2,30
Itaquiraí	-	13.090	15.770	-	2,09
Ivinhema	23.605	23.833	21.643	0,09	-1,07
Japorã	-	4.517	6.140	-	3,47
Jateí	6.779	4.986	4.054	-2,75	-2,27
Mundo Novo	31.160	17.900	15.669	-4,91	-1,47
Naviraí	28.564	30.670	36.662	0,65	2,00
Novo Horizonte do Sul	-	8.593	6.415	-	-3,20
Paranhos	-	9.481	10.215	-	0,83
Sete Quedas	-	14.994	10.936	-	-3,45
Tacuru	-	7.233	8.717	-	2,10
Mato Grosso do Sul	1.369.567	1.780.373	2.078.001	2,41	1,73

Fonte: FIBGE- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Elaboração: SEPLANCT

Analisando-se a dinâmica populacional rural (Tabela 5), observa-se que os resultados são bastante expressivos em relação ao Estado. Em 1991, a taxa de população rural de Itaquiraí representava 59,6%, e em 2000 atingiu 60,2%, enquanto no Estado, a taxa de população rural representava 20,55% em 1991 e em 2000 caiu para 15,92%. Assim, enquanto o grau de urbanização do Estado passou de 79,45% em 1991 para 84,085 % em 2000, em Itaquiraí passou de 40,4% para 39,8%.

Tabela 5. Microrregião de Iguatemi, MS. População Urbana e Rural -1980/2000.

Municípios	Urbana			Rural		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Angélica	5.412	6.385	5.692	5.122	2.449	1.664
Coronel Sapucaia	-	5.787	9.472	-	5.822	3.338
Deodópolis	7.297	8.920	8.436	10.778	4.793	2.914
Eldorado	7.584	7.460	8.318	7.727	3.565	2.741
Glória de Dourados	7.820	7.990	7.208	8.375	3.899	2.827
Iguatemi	9.303	6.997	9.259	14.795	4.103	4.358
Itaquiraí	-	5.285	6.281	-	7.805	9.489
Ivinhema	9.522	14.993	15.088	14.083	17.433	6.555
Japorã	-	-	1.205	-	-	4.935
Jateí	1.098	1.347	1.303	5.681	3.639	2.751
Mundo Novo	16.194	15.737	13.612	14.966	6.680	2.057
Naviraí	17.776	25.192	32.662	10.788	5.478	4.000
Novo Horizonte do Sul	-	-	2.326	-	-	4.089
Paranhos	-	5.793	5.795	-	3.688	4.420
Sete Quedas	-	8.532	8.999	-	6.462	1.937
Tacuru	-	3.338	4.380	-	3.895	4.337
Vicentina	-	3.649	3.544	-	3.634	2.235
Mato Grosso do Sul	919.123	1.414.447	1.747.106	450.444	365.926	330.895

Fonte: FIBGE-Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Elaboração: SEPLANCT

Conforme a taxa geométrica de crescimento da população, Mato Grosso do Sul teve entre 1991 e 2000 uma taxa de crescimento rural negativa (-0,52%) enquanto Itaquiraí teve taxa positiva (0,06%) anual. A explicação desse “fenômeno”, inverso à tendência verificada no Estado, pode estar relacionada ao crescimento de assentamentos rurais nesse município.

O município de Itaquiraí (altitude média de 356 metros) nasceu dentro das terras do capitão João Paulo Cabreira, proprietário de extensa gleba na região. Na época, década de 1950, ele fez acordo com migrantes vindos de Estados vizinhos como Paraná e São Paulo e cedeu lotes. Os grupos se estabeleceram e logo perceberam que aquela fazenda poderia prosperar e se tornar o lar para uma nova geração. Decidiram então reservar antecipadamente uma área para a instalação de um novo povoado.

Segundo a história do município, Floriano Carminatti foi o primeiro morador e, por volta de 1959, Antônio de Melo Gonçalves instalou a primeira casa

comercial.

A vila de Itaquiraí foi elevada a distrito pela Lei 2.111 de 26 de dezembro de 1963 e o município foi criado pela Lei 76, de 13 de maio de 1980. (ITAQUIRAÍ, 2005).

3.1.1 Formação geomorfológica

O município de Itaquiraí pertence às sub-bacias dos rios Amambai e Iguatemi, bacia hidrográfica do rio Paraná. O solo foi desenvolvido em sua maioria por sedimentação.

Conforme Mato Grosso do Sul (1990), o relevo foi esculpido em rochas areníticas do grupo Bauru, formação Caiuá de idade cretácea, que originaram principalmente Latossolos vermelhos-escuros Álicos, originalmente recoberto pela floresta estacional semidecidual e em menor grau contato savana/floresta estacional. Nas partes baixas, próximo às encostas dos principais rios (Paraná, Amambai e Iguatemi) ocorrem associações de Solos Aluviais (áreas planas, resultante da acumulação fluvial).

O município pertence à região geomorfológica denominada regiões dos planaltos areníticos-basálticos interiores onde existem as seguintes unidades de relevo:

- a) modelado de dissecação: relevos elaborados pela ação fluvial, apresentando topos colinosos, tabulares definidos pela combinação das variáveis densidades de drenagem e declividade das vertentes. Ocorrem em grandes extensões no perímetro do município;
- b) modelado plano: relevo plano, geralmente elaborada por várias fases de retomada erosiva, aterrada ou não, por coberturas detríficas e/ou de alteração. Observa-se pequena ocorrência entre as unidades tabuliformes;
- c) modelado de acumulação: área plana resultante de acumulação fluvial, sujeitas a inundações periódicas. Ocorrem próximo aos rios principais.

3.1.2 Solos

No município estudado a classe de solo predominante é o Latossolo Vermelho-Escuro álico. É a classe de maior importância na região, hoje em sua maioria utilizados para a prática da pecuária. Pela ordem ocorrem: Latossolo Vermelho-Escuro álico, Podzólico Vermelho-Escuro, Planossolo e Solos Aluviais. Conforme Mato Grosso do Sul (1990), ocorrem as classes de solos discriminadas a seguir.

3.1.2.1 *Latossolo Vermelho-Escuro*

São solos minerais, não hidromórficos, altamente intemperizados, de cor avermelhada e caracterizados por possuírem horizonte B latossólico, com teor de ferro variando entre 8% e 18%, quando argilosos e muito argilosos, sendo inferiores a 8%, quando de textura média. Em geral, são solos profundos a muito profundos, bem acentuadamente drenados, friáveis e muito porosos, sendo encontrados nas áreas mais aplanadas.

Esses solos desenvolveram-se no Brasil a partir de diferentes materiais de origem, como os sedimentos do terciário-quadernário e das formações Aquidauana, Botucatu, Bauru, Ponta Grossa e Furnas, levando-as à ocorrência de texturas variáveis.

3.1.2.2 *Podzólico Vermelho-Escuro*

São solos minerais, não hidromórficos, bem desenvolvidos, profundos geralmente bem drenados. Caracterizam-se pela diferença textural significativa que, na maioria das vezes, apresentam horizonte A e Bt e presença de serosidade no horizonte superficial, tanto nas superfícies verticais como nas horizontais.

Estes tipos de solos variam muito quanto à fertilidade, tendo desde hálico até eutrófico, argila de atividade baixa, abruptas ou não, com textura predominantemente arenosa/média, encontradas em relevo variável, erosão não

aparente e ligeira, formados pela decomposição de materiais diversos do pré-cambriano, sob vegetação de florestas.

Referidos solos são encontrados no município nas vertentes mais declivosas dos principais cursos d'água que deságuam no rio Paraná.

Geralmente o relevo vai desde plano a ondulado e a pecuária representa a maior atividade econômica deste solo, que para melhor aproveitamento de suas potencialidades, requerem adubação para correção da fertilidade natural baixa, e calagem para correção da acidez.

3.1.2.3 Planossolo

São solos minerais, não hidromórficos, geralmente pouco profundos, tendo como característica a mudança textural abrupta entre o horizonte A e Btg, que apresenta cores que diminuem a existência da redução e maqueado, em decorrência da drenagem que apresentam.

A característica distinta marcante é a mudança textural abrupta que, no campo, pode ser constatada pela presença de uma linha ou faixa que separa o horizonte superficial, mais leve, do horizonte subjacente de textura mais pesada, que é observada mais nitidamente quando o solo está seco ou com teores baixos de umidade.

São Alicos ou Eutróficos, com argila de atividade alta ou baixa, plínticos ou não, textura arenosa/média, media ou arenosa/argilosa, encontrados em relevos planos, erosão moderada, formados a partir de sedimentos areno-argilosos do quaternário, sob vegetação de savana.

São encontrados próximo à foz do rio Amambai formado em semicírculo que acompanha o curso d'água.

3.1.2.4 Solos aluviais

São solos não-hidromórficos, pouco desenvolvidos, moderados a bem moderados, textura variável entre as camadas.

O horizonte superficial é freqüentemente moderado possuindo propriedades físico e químicas muito variadas, cuja composição é consequência da natureza dos sedimentos transportados.

São solos álicos, distroficados e eutróficos, com argila de atividade baixa, textura média ou indiscriminada, encontrados em relevos planos, erosão não aparente, formado de sedimentos recentes do quaternário. Encontra-se ao longo dos cursos d'água.

No município ocorre em uma pequena mancha acompanhando o rio Paraná, próximo à ilha grande.

3.1.3 Vegetação

No município, a vegetação foi praticamente toda eliminada devido à ação antrópica, mas as reservas florestais ainda existentes indicam que outrora o solo desta região era coberto, em sua maioria, pela floresta equatorial semidecidual. Segundo Mato Grosso do Sul (1990), predominavam os tipos de vegetação a seguir especificados.

3.1.3.1 *Floresta Estacional Semidecidual (Floresta Tropical Subcaducifólia)*

Este tipo de vegetação dominava grande parte dos solos desta região, porém atualmente a área está bastante modificada pela ação antrópica.

O conceito ecológico desta região relaciona-se ao clima de duas estações, uma chuvosa e a outra seca, ou com acentuada variação térmica. Estes climas determinam uma estacionalidade foliar, os quais têm adaptações ora à deficiência hídrica, ora à queda de temperaturas nos meses frios. No caso da floresta semidecidual, a porcentagem de árvores caducifólia no conjunto florestal e não

das espécies que perdem as folhas individualmente deve situar-se entre 20% e 50% na época desfavorável.

Hoje as pequenas extensões de florestas estacionais semidecíduais existentes correspondem à matas residuais em propriedades privadas.

3.1.3.2 Contato Savana – Floresta Estacional

O conceito ecológico deste tipo de vegetação não difere muito da Floresta Estacional Semidecidual. Está condicionando pela dupla estacionalidade climática: uma tropical, com época de intensas chuvas de verão seguidas por estiagens; e outra subtropical, sem longos período seco, mas com seca fisiológica provocada por temperaturas baixa no inverno.

Ocorrem no município em pequenas manchas principalmente onde o solo se apresenta argiloso.

Em tal tipo de vegetação, a porcentagem das árvores caducifólias, no conjunto florestal e não das espécies que perdem as folhas individualmente, é de 20% e 50%. Nas áreas tropicais, é composta por mesofanerófitos que revestem, em geral, solos areníticos distróficos. Já nas áreas subtropicais, é composta por macrofanerófitos, pois revestem solos basálticos eutróficos.

3.2 Os conflitos, a luta pela terra e a reforma agrária no sul de Mato Grosso do Sul.

Os conflitos sociais no campo não são características apenas do nosso tempo, porém nunca esteve tanto em debate no cenário nacional como agora. As promessas dos candidatos quando eleitos demoram a ser postas em prática ou até mesmo nem se concretizam o que indubitavelmente agrava o conflito no campo. Num contexto de crise urbana (desemprego, miséria, violência) e crise rural (expropriação, conflitos) os movimentos se organizam e conseqüentemente se fortalecem no processo de luta pela terra.

A estrutura fundiária concentradora da terra foi contestada de diversas formas ao longo da história brasileira, mas foi no final do século XX que os

conflitos se intensificaram, sempre com um grau elevado de tensão e violência

Os primeiros registros de conflitos envolvendo trabalhadores rurais em Mato Grosso do Sul estão relacionados aos acontecimentos ocorridos entre fazendeiros e arrendatários das fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá no município de Naviraí no ano de 1979, e, também, um movimento de reivindicação de terras para reforma agrária por parte dos trabalhadores rurais de Batayporã. Portanto, foi na região sul do Estado o marco inicial da luta pela terra em Mato Grosso do Sul. Para Almeida (2003), “essa situação de monopólio da terra e do poder político em Mato Grosso do Sul começa a ser questionada de forma mais específica no final dos anos setenta e início da década de 1980, através do movimento dos arrendatários, no sul do Estado” (ALMEIDA, 2003. p. 120).

O conflito de Naviraí culminou com o assassinato do advogado dos arrendatários e a conseqüente retirada dos colonos das fazendas.

Conforme Fabrini (1996), em 1978 a CPT-MS promoveu vários encontros intermunicipais na região da Grande Dourados, e foi este trabalho de organização do sem-terra pela CPT que deu base para o surgimento do MST em Mato Grosso do Sul. Estas articulações promovidas pela CPT acabou despertando a consciência política dos trabalhadores que, então, intensificaram as lutas nesta região. Para o autor, a primeira ocupação ocorrida, nesta fase da organização, se deu na gleba Santa Idalina, em 28 de abril de 1984, no município de Ivinhema, de propriedade do Grupo SOMECO (Sociedade de Melhoramentos e colonização S/A), envolvendo trabalhadores sem-terra de 11 municípios da região e de Brasiguaios¹⁰. A ocupação das terras do Grupo SOMECO teve grande repercussão na imprensa, tornando público os conflitos e a injusta distribuição de terras na região (FABRINI, 1996 p. 83).

Após a criação do MST no Estado, acontece uma atuação conjunta entre a CPT e o MST até o ano de 1986, quando ocorre a separação. Conforme o autor, a

¹⁰ Agricultores brasileiros que se mudaram para o Paraguai a partir da segunda metade do século XX devido ao processo de expropriação do campesinato ocorrido no Paraná e que por sofrerem injustiças naquele país resolveram voltar e montar acampamento no sul de Mato Grosso do Sul reivindicando os benefícios da reforma agrária prometidos pelo governo brasileiro principalmente a partir do lançamento do I PNRA em 1985. (ANJOS ; SILVA, 2005, p. 5)

ocupação da fazenda Itasul pelos sem-terras no município de Itaquirai, em 1989, foi a primeira organizada pelo MST em Mato Grosso do Sul. (FABRINI, 1996, p.84).

Visando reduzir os conflitos, alguns assentamentos foram criados pelo governo: em 1984 foi criado em Nioaque o assentamento Padroeiro do Brasil, por iniciativa do Estado de Mato Grosso do Sul, para assentar as famílias despejadas da ocupação da fazenda da SOMECO em Ivinhema. O assentamento se constituía de lotes de 3 e 4 ha, área insuficiente para trabalhar sob o ponto de vista dos agricultores.

Em 1987 foi criado o assentamento da Gleba Santo Inácio para atender os trabalhadores de 13 acampamentos em todo o Estado, inclusive os brasiguaios. Devido ao excesso de família na área, o assentamento mais parecia um acampamento. Do assentamento Santo Inácio, atual Marcos Freire, desmembraram-se vários outros assentamentos: Monjolinho em Anastácio, Taquaral em Corumbá, e Casa Verde em Nova Andradina, municípios de Mato Grosso do Sul (BATISTA, 1994 p.13).

Hoje, os sem-terras continuam pressionando o governo para a efetivação da reforma agrária. Em Mato Grosso do Sul o número de famílias acampadas é de 20.574 em 128 acampamentos.

Tabela 6 - Mato Grosso do Sul: número total de assentamentos rurais (1980/2005)

<u>Assentamento</u>	<u>N</u>	<u>Município</u>	<u>Nº. de Famílias</u>	<u>Área (ha)</u>
Tamarineiro I	01	Corumbá	134	3.812,1735
Padroeira do Brasil	02	Nioaque	243	2.500,0000
Canaã	03	Bodoquena	235	4.360,0000
Retirada da Laguna	04	Guia Lopes da Laguna	90	2.163,9709
Sucuriú	05	Chapadão do Sul	239	15.978,3376
Nioaque	06	Nioaque	371	10.587,4535
Urucum	07	Corumbá	87	1.962,4549
Guaicurus	08	Bonito	129	2.772,3164
Novo Horizonte	09	Novo Horizonte do Sul	757	16.580,3788

Nova Esperança	10	Jateí	113	2.757,0121
Ita	11	Bela Vista	47	1.503,9075
São José do Jatobá	12	Paranhos	136	2.530,9273
Marcos Freire	13	2 Irmãos Buriti/Anastácio	187	5.269,9403
Campo Verde	14	Terenos	61	1.918,5467
Mato Grande	15	Corumbá	50	1.264,3543
Colônia Nova	16	Nioaque	88	1.314,1489
Casa Verde	17	Nova Andradina	471	29.879,9889
Pedreira	18	Ribas do Rio Pardo	10	87,9214
Monjolinho	19	Anastácio	285	9.525,2207
Capão Bonito	20	Sidrolândia	133	2.585,3984
Indaiá	21	Itaquiraí	633	7.340,6719
Taquaral	22	Corumbá	394	10.013,9698
Sumatra	23	Bodoquena	149	4.719,8113
São Manoel	24	Anastácio	147	4.321,0281
São Luiz	25	Batayporã	114	1.599,6128
Tamarineiro II	26	Corumbá	319	10.621,0775
Santa Rita do Pardo	27	Santa Rita do Pardo	47	1.482,1449
Carlos R. S. Melo	28	Sonora	204	6.253,1888
Paiolzinho	29	Corumbá	70	1.196,7523
São João	30	Batayporã	58	856,1606
Mutum	31	Ribas/Sta. Rita/Brasilândia	340	15.831,6943
Mercedina	32	Batayporã	56	803,2433
Andalucia	33	Nioaque	166	4.815,1088
Sul Bonito	34	Itaquiraí	421	6.375,9385
Tupanceretan	35	Bela Vista	81	2.546,4421
Patagônia	36	Terenos	128	3.502,8887
Nova Alvorada	37	Nova Alvorada do Sul	86	3.000,8266
Corona	38	Ponta Porã	58	1.095,8569
Campina	39	Bodoquena	76	2.408,8339
Capão Bonito II	40	Sidrolândia	308	8.231,4968
Floresta Branca	41	Eldorado	185	4.980,9931
Lagoa Grande	42	Dourados	151	4.071,4428
Primavera	43	Jaraguari	71	2.535,1451
Campanário	44	São Gabriel D'Oeste	132	2.851,0325
Nova Querência	45	Terenos	157	3.864,6132
Santa Clara	46	Bataguassu	156	4.353,3284
Serra	47	Paranaíba	116	2.986,0267

Triangulo	48	Rio Brilhante	50	927,1312
Santa Guilhermina	49	Maracajú/Nioaque	224	7.994,7290
Amparo	50	Dourados	67	1.126,8933
Paraíso	51	Terenos	98	3.308,4025
Tupambaê	52	Miranda	130	1.869,6828
Guaçu	53	Itaquiraí	134	2.678,9794
Santa Rosa	54	Itaquiraí	200	4.048,1606
Palmeira	55	Nioaque	112	4.172,7154
Córrego Dourado	56	Santa Rita do Pardo	49	1.399,9700
Montana	57	Bataguassu	70	1.567,7738
Taquara	58	Rio Brilhante	67	1.550,2765
Caracol	59	Bela Vista	152	6.326,5804
Fortuna	60	Rio Brilhante	108	2.383,1961
Aldeia	61	Bataguassu	217	10.718,2345
Santa Amélia	62	2 Irmãos do Buriti	74	2.029,8995
Rio Feio	63	Guia Lopes da Laguna	72	2.344,7747
São Judas	64	Rio Brilhante	187	4.155,3658
72	65	Ladário	85	2.343,4143
Santa Paula	66	Bataguassu	89	590,0000
Santa Catarina	67	Aral Moreira	78	1.958,6037
Tamakavi	68	Itaquiraí	120	3.383,5670
Santa Lúcia	69	Bonito	36	1.026,7440
Bandeirantes	70	Miranda	45	2.033,4466
Pam	71	Nova Alvorada do Sul	115	5.029,9237
Savana	72	Japorã	212	5.674,7702
Boa Sorte	73	Itaquiraí	65	1.498,0306
Boa Esperança	74	Nioaque	126	3.945,5065
Uirapuru	75	Nioaque	290	7.067,8847
São Pedro	76	Sidrolândia	295	8.592,2341
N. Sra. Auxiliadora	77	Iguatemi	252	8.707,5818
São Sebastião	78	Ivinhema	100	2.967,6652
São Cristóvão	79	Paranhos	34	947,8198
Conquista	80	Campo Grande	64	1.557,9073
Bonsucesso	81	Rio Brilhante	27	664,7972
Fortaleza	82	Rio Brilhante	14	384,9028
Vista Alegre	83	Sidrolândia	49	1.030,8248
Boa Vista	84	Ponta Porá	50	2.165,2940
Vacaria	85	Sidrolândia	48	1.067,0000

Santa Irene	86	Anaurilândia	77	2.473,2570
Santa Renata	87	Tacuru	35	960,3712
Gibóia	88	Sidrolândia	263	7.877,7365
Indianópolis	89	Japorã	65	1.758,4500
Nova Era	90	Ponta Porã	105	2.848,1074
Guardinha	91	Jardim	36	980,0000
Mambaré/Pedro Ramalho	92	Mundo Novo	72	1.948,6004
Cantagalo	93	Maracajú	60	1.250,0271
N. Sra. Do Carmo	94	Caarapó	44	1.201,1558
Dorcelina Folador	95	Ponta Porã	270	8.118,3095
São Tomé	96	Santa R.Pardo	110	2.870,4530
Terra Solidária	97	Sidrolândia	38	1.285,000
Pontal do Faia	98	Três Lagoas	45	1.458,5000
Margarida Alves	99	Rio Brillhante	120	3.429,1890
Itamarati	100	Ponta Porã	1.145	25.508,000
Gerado Garcia	101	Sidrolândia	181	5.775,213
Aliança	102	Itaquiraí	38	1.101,6902
Lua Branca	103	Itaquiraí	124	2.425,3962
Santa Terezinha	104	Sidrolândia	64	1.537,9131
Valinhos	105	Maracaju	86	2.033,8089
Rancho Lomba	106	Iguatemi	107	2.512,3789
Juncal	107	Naviraí	113	2.605,8889
Vicente de P. Silva	108	Paranhos	40	1.129,1287
Silvio Rodrigues	109	Rio Brillhante	120	3.182,3314
Guanabara	110	Amambai	98	2.660,2299
Ressaca	111	Bela Vista	28	1.549,8185
Recanto do rio Miranda	112	Jardim	80	1.071,3041
Teijin	113	Nova Andradina	700	28.497,8194
São João	114	Nova Alvorada do Sul	240	3.905,2374
Bebedouro	115	Nova Alvorada do Sul	110	1.429,3318
Santa Olga	116	Nova Andradina	213	1.488,3000
Colorado	117	Iguatemi	70	1.349,1320
Esperança	118	Anaurilândia	270	4.074,5600
Itamarati II	119	Ponta Porã	2.048	24.614,9130
Novo Panambizinho	120	Juti	49	1.681,8214
Padre Adriano Van de Vem	121	Juti	80	1.243,3760

Nery Ramos Volpatto	122	Bela Vista	160	2.314,0500
São Francisco	123	Maracajú	07	140,0000
Paulo Freire	124	Dois irmãos do Buriti	61	1.525,3456
Terra Solidária II	125	Sidrolândia	20	607,0000
Sebastião Rosa da Paz	126	Amambaí	50	1.427,7818
Aroeira	127	Chapadão do Sul	59	1.855,6096
Capão Bonito III	128	Sidrolândia	23	600,0000
TOTAL	128		20574	529.354,4498

Fonte: INCRA-MS. Dados atualizados até 2005

Esses dados demonstram que, no ritmo que segue as desapropriações, os conflitos agrários no Estado tendem a permanecer por um longo tempo.

Conforme a CPT (2005), os conflitos e a violência no campo se mantêm em patamares elevados. Em 2004 foram registrados 1.801 casos, o maior número dos últimos 20 anos, envolvendo 1.083.232 pessoas (número só inferior a 2003 e 1998). Dados referentes as ocupações de terras e mortes relacionadas aos conflitos agrários, podem ser observados na Tabela 7.

Tabela 7 - Ocupação de terra e mortes decorrentes de conflitos agrário no período de 1995 a 2005 – Brasil.

ANO	Nº de ocupações	Nº de mortos
1995	145	41
1996	397	54
1997	455	30
1998	445	47
1999	502	27
2000	236	10
2001	158	14
2002	103	20
2003	222	42
2004	327	16
2005 (até maio)	112	3
TOTAL	3,103	304

FONTE: MDA, 2005

Desde 1995, as ocupações de terras e mortes decorrentes de conflitos

agrários no País vêm demonstrando constantes oscilações, porém, com alto índice de ocorrências.

3.2.1 A saga dos brasiguaios

Merecem menção especial os acontecimentos relacionados com os agricultores brasileiros conhecidos como brasiguaios.

A luta dos brasiguaios deverá fazer parte da história do Brasil, como mais uma forma de resistência do homem do campo em permanecer na terra. Para Batista (1995), a maior parte dos camponeses que chegaram no Paraguai foi no período de 1975 a 1979, atingindo aproximadamente 46%. Mas foi ainda antes, a partir de 1950, que se iniciou a emigração. (BATISTA, 1995 p.23).

Os brasiguaios aparecem no cenário político brasileiro no início da nova república, em 1985. Ficaram conhecidos como trabalhadores humildes que, sem terra para trabalhar no Brasil, foram expropriados pelo processo de modernização da agricultura em expansão no oeste e sudoeste paranaense, que obrigou os camponeses a atravessar a fronteira para viverem no Paraguai.

O processo de expropriação do camponês paranaense foi intensificado quando os cafezais do Paraná cederam lugar às culturas de soja e trigo, favorecidos pelo incremento da mecanização agrícola, pelo desenvolvimento de novas tecnologias de produção adaptadas ao médio e grande produtor e pelos incentivos federais. Constantes geadas na década de 1970 também contribuíram para este processo. O destino principal destes trabalhadores era o norte de Mato Grosso e o Paraguai.

Para Batista (1995), foi no período do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), de 1975 a 1979, que se iniciou o mais forte movimento emigratório de brasileiros para o Paraguai, principalmente a partir do Tratado da Amizade e Cooperação Econômica, assinado pelo presidente Geisel do Brasil e Stroesner do Paraguai. Este tratado previa a colaboração brasileira no campo tecnológico e da segurança continental (o maior projeto deste tratado foi com a Itaipu Binacional). O tratado previa também a colonização da fronteira paraguaia

(BATISTA, 1995 p. 22).

A escalada para o Paraguai foi favorecida em parte devido a propagandas das companhias colonizadoras que agiam no Oeste paranaense. Para SPRANDEL (1994), os corretores dessas companhias tinham o cuidado de divulgar as facilidades então oferecidas pelo governo paraguaio (isenção de impostos e crédito bancário) e as vantagens do tratado entre os dois países (SPRANDEL, 1994, p. 22).

Para Batista (1995), o Tratado da Amizade também previa a colonização da fronteira paraguaia por brasileiros:

Para assegurar a presença do povoamento na fronteira, pretendia-se ocupar uma área de 121.889 km², ou seja, 33% do território Paraguaio e transferir 1.120.000 habitantes do território brasileiro para o Paraguai, o que representaria 45% da população daquele país na época. (BATISTA, 1995 p 22).

Assim, o grande contingente de brasileiros que se dirigiram para o Paraguai a partir de 1970 deveu-se aos incentivos do governo dos dois países.

Os dados são impressionantes, considerando que na década de 1970 os registros demográficos já acusavam 15% da população brasileira na população total do Paraguai. Batista (1994), admite que emigravam para o Paraguai, a partir de 1975 de 8 a 10 famílias por dia (BATISTA, 1994, p.5).

Mas os brasiguaios não estavam satisfeitos por lá. Muitos reclamavam de pressão exercida pelos campesinos (camponês) paraguaios para deixarem as terras, e reclamavam também do alto valor cobrado para legalização dos imóveis, enfim, acusavam exploração por parte dos paraguaios.

A notícia de que o governo brasileiro realizaria a reforma agrária fez com que muitos agricultores retornassem ao Brasil no início dos anos oitentas. Em 1985 o governo brasileiro lançou o I PNRA, renovando a esperança dos agricultores na conquista da terra em solo brasileiro. A partir desse ano, se intensificou o movimento de retorno dos brasileiros que se instalaram em acampamento no sul de Mato Grosso do Sul, primeiramente no município de

Mundo Novo, e depois nos municípios de Sete Quedas, Naviraí e Eldorado¹¹.

Fato importante ocorreu com a chegada dos brasiguaios nos acampamentos. Visando minimizar os conflitos, o governo brasileiro deu prioridade de assentamento aos brasiguaios, desde que estes apresentassem o *permiso*¹². Para organizar os grupos de pessoas, o MST, a CPT e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Mundo Novo e Eldorado dividiram os sem-terras em brasiguaios e brasunidos (sem terra que morava no Brasil). Assim, vários trabalhadores, que viviam no Mato Grosso do Sul, resolveram se dirigir ao Paraguai e ocupar as terras desocupadas pelos brasiguaios na tentativa de conseguir o “*permiso*” e voltar. (BATISTA, 1994, p.13).

Os movimentos de ida e volta de brasileiros continuaram até mesmo após estes estarem assentados. Conforme Sprandel (1994), alguns acabaram retornando sazonalmente ao Paraguai para trabalhar nas colheitas e dessa forma obter um excedente monetário, outras por estarem descontentes com a “terra fraca” dos assentamentos ou pela falta de assistência do governo brasileiro. (SPRANDEL, 1994, p. 25)

3.3 A influência da Cia Mate Laranjeira na Colonização da região

A colonização desta região, hoje Mato Grosso do Sul, iniciou-se com as incursões da Cia Mate Laranjeira em busca da exploração da erva-mate (*Ilex paraguayenses*), uma planta nativa desta região muito apreciada por grande parte dos sul-americanos. Os principais acionários desta empresa eram Thomaz Laranjeira e Joaquim Murtinho, pessoas de elevado poder político na região que alguns anos depois (1889) seria o Estado de Mato Grosso. Para Rosa (2004), Thomaz Laranjeira, nascido no Rio Grande do Sul, era um homem de sorte. Terminada a guerra do Paraguai, em 1870, após Brasil e Paraguai firmarem um tratado sobre a fronteira, foi formado uma comissão para demarcar os limites entre

¹¹ A respeito do retorno dos brasiguaios ver também Sprandel (1992)

¹² Através do *permiso migratório* – permissão – um trabalhador podia ingressar no país com sua família em um período específico para um empreendimento específico. (BATISTA, 1994 p.13).

os dois países. Thomaz Laranjeira fazia parte desta comissão e era encarregado da condução de víveres para o comboio. Nesta ocasião Thomaz Laranjeira descobriu os ervais e percebeu a potencialidade de fazer dinheiro no negócio. Segundo o autor, terminado os trabalhos, Laranjeira recebeu como parte do pagamento três carretas de bois e começou, desde então, trabalhar na elaboração da erva mate. (ROSA, 2004, p. 120).

Foto: Claudio R. Anjos



Fig. 2 – Monumento em Dourados.
“Mineiro” transportando o raído (feixe de ervas)

Como os negócios com a erva-mate iam muito bem, Thomaz Laranjeira resolveu legalizar os seus trabalhos, e então, junto à Corte Imperial, obteve a concessão de grandes extensões de terras no sul de Mato Grosso do Sul e estabeleceu a sede na fazenda Campanário no município de Caarapó. Esta fazenda possuía uma vila dotada de infra-estrutura moderna para a época: hospital, farmácia, jardins, campos de futebol, luz e telefone (ROSA, 2004, p.121). Ainda hoje, na sede da fazenda, pode-se observar instalações e objetos utilizados na época.

Mas Thomaz Laranjeira também tinha concorrentes, sendo um deles Ernesto de Castro Moreira, que conseguira também uma concessão do Império para explorar a erva-mate. Para Bianchini (2000), além dos concorrentes, o

próprio negócio do mate era oscilante; assim, Thomaz Laranjeira se viu na necessidade de ter sócios que tivesse dinheiro para aplicar no negócio, fato que o levou a estabelecer sociedade com a família Murtinho. Joaquim Murtinho, carioca, médico e senador da república fazia parte da mais tradicional oligarquia cuiabana possuidora de grande influência política e muitos bens. A sociedade se traduziu em fortalecimento do grupo, que passou a deter o controle acionário da Cia Mate Laranjeira. Com isto, a companhia passou a englobar o equivalente a quatro e meio milhões de hectares situados nos cone sul de Mato Grosso, entre a fronteira do Paraguai e o rio Paraná. Batista (1995) afirma que o poder da CIA Mate Laranjeira era tão significativo que atingia rendimentos seis vezes maior que a receita do Estado de Mato Grosso. Em 1924 o orçamento do Estado foi de 5 mil contos de réis e o da companhia atingiu 30 mil contos de réis, permitindo inclusive fazer empréstimo ao próprio Estado (BATISTA, 1995^a, p 7).

Segundo Batista (1995), durante a vigência do decreto que criou o Território Federal de Ponta Porã, foram contestados os arrendamentos da Mate Laranjeira. Entretanto, a empresa manteve a propriedade de 200.000 ha, embora assegurasse arrendamentos de até um milhão de ha (BATISTA, 1995^a, p.11). Assim, ao se aproximar a primeira metade do século XX, o setor agrário do sul de Mato Grosso proporcionou o fortalecimento político de um grupo composto por grandes proprietários rurais cuja atividade era a pecuária.

O sul de Mato Grosso do sul foi também colonizado por empresas como a SOMECO (Sociedade de Melhoramentos e Colonização S/A), a CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), a Vera Cruz - Mato Grosso, e o projeto de colonização Iguatemi (FABRINI, 1996 p. 50). Além disso, o Barão do Rio Branco concedeu terras às firmas belgas e francesas que construíram a Rede Ferroviária Federal, (BATISTA, 1995 p. 11). A maioria dessas áreas também transformou-se em grandes latifúndios.

Almeida (2003) destaca também a presença significativa da colonização privada e estatal após a primeira guerra mundial, bem como seu fracasso:

Inicialmente, na política de nacionalização das fronteiras impetrada pelo Estado Novo de Vargas, teremos, na primeira

metade do século XX, uma política de colonização estatal voltada a estimular a formação de pequenas propriedades no sul de Mato Grosso, como exemplo temos a CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Entretanto, o isolamento aliado à falta de recursos financeiros levou ao fracasso a maioria destas colônias agrícolas nacionais. (ALMEIDA, 2003, p.113).

Portanto, mesmo com os programas voltados à pequena propriedade implantados pelo governo na primeira metade do século XX, perpetua em Mato Grosso do Sul uma estrutura fundiária concentradora.

3.4 Uso do solo e meio ambiente nos assentamentos de reforma agrária

Devido à forma de exploração agropecuária desenvolvida, os assentamentos de reforma agrária se tornam áreas altamente sujeitas à degradação ambiental, se constituindo em um dos maiores problemas enfrentados pelos assentados. Nos PAs estudados onde 88% dos assentados praticam a pecuária, a maioria das áreas encontra-se em algum estágio de degradação. Este problema afeta diretamente a sustentabilidade da agropecuária local. Para Macedo et al. (2000), a produção animal em uma pastagem degradada pode ser seis vezes inferior ao de uma pastagem recuperada ou em bom estágio de manutenção.

A degradação das pastagens é um processo evolutivo de perda de vigor e produtividade forrageira, sem possibilidade de recuperação natural, que afeta a produção e o desempenho animal, e culmina com a degradação do solo e dos recursos naturais em função de manejos inadequados (MACEDO et al., 2000 p. 2).

A degradação ambiental nos assentamentos não se deve apenas ao modo como os assentados usam a terra. Os problemas se acentuam devido à forma em que o INCRA recorta os lotes, pois, muitas vezes, não obedece à legislação ambiental e os demarcam até junto às margens. Sobre isto, argumentam Dullely e Carvalho (1994):

A pressão social para ampliar o número de beneficiários e a dimensão do lote leva à ocupação de áreas de preservação trazendo à luz a contradição entre o interesse social imediato e o de longo prazo (DULLEY ; CARVALHO, 1994, p. 149).

A relação entre a questão ambiental e os assentamentos de reforma agrária já se define, portanto, desde o início, pela maneira como o Estado os implanta. O tipo de recorte dos lotes leva os agricultores a estabelecer suas explorações até próximo das margens dos cursos d'água, assoreando-os, contrariando a legislação ambiental que prevê a preservação permanente dessas áreas.

Foto: Claudio R. Anjos



Fig. 3 – PA Indaiá. Curso D'água. Inexistência de mata ciliar.

Para Macedo et al. (2000) a degradação ambiental atinge níveis críticos, impondo elevados custos à sociedade, pela perda de solo agricultável, através da erosão, causando a redução da capacidade produtiva do solo, o assoreamento dos cursos d'água e, conseqüentemente, o empobrecimento do produtor rural, com reflexos negativos na economia nacional (MACEDO, 2000, p. 2).

Tanto no PA Indaiá como no PA Lua Branca ocorre grande degradação devido à utilização inadequada do solo; no PA Lua Branca os problemas são maiores devido ao solo arenoso e a declividade do terreno. Neste Assentamento nota-se restrições ao uso da terra no que se refere a aspectos químicos (baixa fertilidade) e físicos (solo arenoso com alta declividade na maioria dos lotes).

No PA Lua Branca houve um longo processo de empobrecimento do solo devido aos constantes cultivos de cana-de-açúcar para a indústria antes da desapropriação da terra para assentamento. Dullely e Carvalho (1994) afirmam que "essas condições iniciais de solo, somadas ao baixo nível técnico e financeiro dos assentados, além da insuficiência do apoio do Estado, praticamente inviabilizaram a recuperação e adequação do solo à instalação de uma atividade economicamente sustentável. (DULLEY ; CARVALHO, 1994, p. 148).

As queimadas constantes para a efetivação da colheita e a retirada do produto (cana-de-açúcar) podem ter influenciado na modificação da atividade biológica e alterado os teores de nutrientes. Após a última retirada do canavial, quando se encerram os contratos de arrendamento, as indústrias não efetuam a correção do solo e assim o devolvem aos proprietários.

Foto: Claudio R. Anjos



Fig. 4 – PA Lua Branca. Pastagem degradada.

Nos dois assentamentos estudados os produtores não conseguem efetuar a correção da acidez e da fertilidade do solo por possuírem baixa capacidade de investimento, fato considerado um entrave visto que acabam não conseguindo boa produtividade.

Conforme Yoshii et al (2000), a erosão pode ser considerada o impacto de maior amplitude sobre os solos com utilização agrícola, pois quanto mais acentuada for, maior seu poder poluente, como transporte de inseticidas,

fungicidas, herbicidas, corretivos e fertilizantes. A poluição das águas superficiais ocorre pelas partículas transportadas que, dependendo de suas características, afetam com maior ou menor intensidade a via aquática e o leito dos mananciais (YOSHII et al., 2000, p. 23). A erosão, ao remover a matéria orgânica do solo, retira os nutrientes necessários ao desenvolvimento das culturas e os transportam para os cursos d'água causando o assoreamento e a eutrofização (crescimento excessivos de algas, tendo como principal fator causador o acúmulo de nutrientes nos corpos d'água).

Para Nascimento (2003), as matas ciliares são consideradas áreas de preservação permanente pelo código florestal brasileiro, lei nº 4471/65, respaldada pela lei nº 7803, de 18 de julho de 1989, e compreendem a área localizada em terreno que inclui tanto a ribanceira do rio, como, também, a planície de inundação (NASCIMENTO, 2003, p. 9).

No PA Indaiá, os cursos d'água vêm sendo degradado praticamente em todo seu curso com a prática da agropecuária em suas margens. Nas proximidades do rio Paraná também se observa o uso indevido do solo.

A falta de esclarecimento da importância da floresta, principalmente a ribeirinha, bem como a forma incorreta do uso do solo, pode gerar perda de grande escala aos agricultores. Sem a presença da mata ciliar, o carreamento dos materiais da encosta pela enxurrada poderá causar o atordoamento dos leitos dos rios. Para Nascimento (2003),

“todo processo de desmatamento da vegetação nativa na bacia hidrográfica, principalmente nas nascentes de um rio, traduz-se em gravíssimo impacto ambiental, propiciando a redução ou eliminação da vazão pela baixa infiltração da água da chuva até o lençol d'água, tendo como consequência a interferência na manutenção de fluxos d'água, provocando, desta forma, a morte dos afluentes e, posteriormente, do rio principal” (NASCIMENTO, 2003, p. 15).

Na Figura 5 observa-se o rio Paraná sendo severamente poluído devido a precipitações pluviométricas ocorrida nas encostas de um afluente do lado paranaense. A parte azul do rio refere-se à parte ainda não poluída.

Foto: Claudio R. Anjos



Fig. 5 – PA Indaiá. Processo de turbidêz relativo à erosão. Rio Paraná.

4 A DINÂMICA SÓCIO-ECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS ESTUDADOS

A formação de um assentamento de reforma agrária resulta em geral de conflitos que vão se manifestando em decorrência principalmente da concentração fundiária da região. Fabrini (1996) destaca que em Itaquiraí, bem como em todo o Mato Grosso do Sul, são duas as causas principais do surgimento de trabalhadores sem terra: a primeira é de caráter histórico, já que os trabalhadores não tiveram acesso à terra devido a forma como a mesma foi apropriada e ocupada na região, ou seja, com grandes propriedades destinadas à atividades pecuária. A segunda razão, bem mais recente, tem raízes externas a região, envolvendo causas estruturais e o projeto de desenvolvimento adotado para a agricultura brasileira, que culminou com a presença dos brasiguaios no município de Itaquiraí e entorno (FABRINI, 1996, p.109).

4.1 Assentamento Indaiá

4.1.1 Caracterização da área e antecedentes históricos

O assentamento Indaiá está localizado no município de Itaquiraí-MS, na Microrregião Homogênea de Iguatemi, no Sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Foi implantado em 1990, sendo constituído de 633 lotes (Mapa 01) destinados a 632 famílias sendo que um lote foi ocupado com as instalações de um conjunto de irrigação e ainda 100 ha foram reservados para urbanização.

A ocupação da Fazenda Itassul é resultado das lutas empreendidas pelo MST que tem como estratégia definir “áreas prioritárias”, segundo o ponto de vista do movimento. As ocupações têm como regra atingir terras ociosas, improdutivas ou propriedades incorporadas por “grileiros” (pessoas que através de meios escusos, apropriam-se de terras pertencentes ao poder público falsificando títulos de posse).

Conforme argumenta Fabrini (1996, p. 103) a ocupação da fazenda Itassul foi a primeira organizada pelo MST no Estado de Mato Grosso do Sul, uma vez

que as outras lutas e ocupações até então ocorridas, foram organizadas pela CPT ou por movimentos isolados.

A ocupação ocorreu no dia 12/02/1989 por trabalhadores rurais de vários municípios do Estado e por brasiguaios.

A fazenda Itassul pertencia a Serafim Rodrigues de Moraes e outros. Possuía 13.993,4 ha dos quais apenas 7.340 ha foram desapropriados, sendo insuficientes para assentar todas as famílias cadastradas. Assim, das 1.280 famílias que inicialmente ocuparam a fazenda, apenas 632 foram assentadas. Há que se destacar também que muitas das famílias acampadas não passaram no cadastro (“lista negra”) por não apresentarem perfil de trabalhador rural. Segundo Fabrini (1996, p.128), dos 633 lotes do assentamento, 348 possuem área inferior a 10 ha; 280 lotes variam entre 11 e 20 ha e apenas quatro lotes variam entre 21 e 32 ha.

Devido ao excesso de famílias cadastradas, optou-se pelo recorte de áreas menores do que o planejado inicialmente, com o intuito de assentar o maior número possível de famílias, o que ocasionou na criação do “distrito verde” que compreende parcelas de quatro hectares. A efetivação deste parcelamento contou com a influência do então prefeito de Itaquiraí, Renato Tonelli e de técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (EMPAER). Entretanto, estas pessoas não levaram em conta o fato dos camponeses não possuírem perfil para a prática hortifrutigrangeira; além do que, o local é distante de potenciais mercados consumidores. O assentado Gonçalo Jesus Batista que possui uma área de quatro hectares diz que se considera ainda um sem-terra visto que a área de sua propriedade é insuficiente para as atividades que gostaria de implantar.

O PA Indaiá é banhado pelo rio Itaquiraí do lado Sul, pelo córrego São Luiz do lado Norte e pelo rio Paraná, do lado Leste, sendo que seu interior é ligado à sede do município. Sua parte Oeste é dividido pela fazenda Itaquiraí, parte da fazenda Itassul que não foi desapropriada.

O assentamento é um dos maiores do Estado ocupando 3,7% da área total do município.

A maior parte dos assentados vieram dos municípios vizinhos de Itaquiraí, porém outra parcela vieram de municípios distantes do Estado, do Estado do Paraná e do Paraguai (brasiguaios). A maioria destes trabalhadores, apesar de serem de origem rural, nunca foram necessariamente proprietários de terras. Conforme Fabrini (1996), dos assentados, apenas 17,5% já foram proprietários de terras e foram expropriadas. Os principais municípios de origem são: Itaquiraí, Glória de Dourados, Anastácio, Japorã, Mundo Novo, Sete Quedas, Naviraí, Novo Horizonte, Ivinhema, Angélica e Deodópolis além dos que vieram do Paraguai (FABRINI, 1996 p. 103-109).

4.1.2 Condições do solo

No PA Indaiá a classe predominante de solo é o Latossolo Vermelho-escuro Alico, de textura mista. É a classe de maior importância no assentamento sendo que, em menor grau, ocorrem manchas de solo Podzólico Vermelho-escuro. A topografia, por ser suavemente ondulada, oferece boas condições para a prática agrícola.

A região onde foi instalado o assentamento, permaneceu coberta pela Floresta Estacional Semidecidual até a década de sessenta. Nesta época, os proprietários da fazenda resolveram explorá-la mais intensamente, primeiro entregando o trabalho de desmatamento à arrendatários, que exploravam a terra por um período. Após esse período devolviam com a pastagem formada, que passava então a ser explorada pelo proprietário, com a criação extensiva do gado. Para isto utilizavam os serviços de trabalhadores assalariados.

A partir da implantação do assentamento, vários empreendimentos foram iniciados. Como as terras apresentavam vários níveis de fertilidade, optou-se por parcelar lotes maiores onde haviam maiores limitações quanto ao uso agrícola. Entretanto, como os assentados não dispunham de recursos imediatos para uma boa exploração pecuária, parte dessas áreas foi utilizada com lavouras. Cultivou-se principalmente mandioca e milho, intensificando o esgotamento do solo, devido às exigências nutricionais destas culturas. Atualmente, a maior parte das áreas do

assentamento apresenta aspectos restritivos ao desenvolvimento das plantas proporcionando resultados insatisfatórios nas culturas implantadas. Entretanto as terras possuem condições físicas e relevo apropriado à implantação de lavouras e criações de animais, desde que seja analisado, corrigido e preparado corretamente conforme as exigências de cada exploração.

4.2 Assentamento Lua Branca

4.2.1 Caracterização da área e antecedentes históricos

O Projeto de Assentamento Lua Branca está localizado no município de Itaquirai, em Mato Grosso do Sul, situado a aproximadamente 2,5 km da sede do município em direção ao Norte, limitando-se a Leste com a rodovia BR 163.

O Assentamento foi instalado em 03/04/2001 na antiga fazenda Paraíso, de propriedade de Carlos Eduardo Pinto Rochelle Junior e outros, espólio de Carlos Eduardo Pinto Rochelle.

O PA Lua Branca localiza-se em uma região do Estado onde ocorreram muitos conflitos agrários, com grande número de invasões a propriedades rurais, mandatos de reintegração de posse e acampamentos às margens de rodovias. A fazenda Paraíso foi ocupada no final do ano de 1999 e em seguida, foi decretada pela justiça a reintegração de posse, com a conseqüente retirada dos trabalhadores rurais da área do imóvel, que então se dirigiram para um acampamento à beira da estrada.

A área registrada da fazenda era de 2.425,4 ha, porém após o levantamento, realizado sob o comando do INCRA, constatou-se uma área de 2.635 ha. No interior da fazenda há uma residência de bom padrão, com área total construída de 404,53 m², onde atualmente funciona a Escola Família Agrícola de Itaquirai (EFATAQ).

O Assentamento possui uma população composta de antigos moradores da fazenda e de trabalhadores rurais sem-terra, remanescentes de diversos acampamentos da região.

A área é banhada internamente pelo córrego paraíso, a Leste pelo córrego Cai-Cuê, e a Oeste por pequeno córrego sem denominação. Estes córregos drenam no sentido Norte, desaguando no rio Maracaí, principal curso d'água local. O rio Maracaí drena no sentido Leste, desaguando diretamente no rio Paraná, fora dos limites do imóvel.

Foram assentadas 124 famílias (Mapa 02) em lotes de 15,5 ha, sendo que 678 ha ficaram destinados a área de reservas assim constituídas: área de reserva legal (464,6 ha); área de preservação permanente (107,7 ha); área núcleo (54,6 ha); área de corredores internos (50,6 ha); e área de recomposição (57 ha) (IDATERRA, 2002 p. 18).

4.2.2 Condições do solo

A classe predominante do solo do PA Lua Branca é o Latossolo Vermelho-escuro Álico, tomando aproximadamente 53% da área. Em seguida aparece o Solo Podzólico Vermelho-escuro Álico com 25% e Solos Aluviais com 12%, além de pequenas manchas de Areia Quartzosa Hidromórfica e Latossolo Vermelho-escuro Eutrófico. A textura predominante é média com manchas médio/arenosa. O relevo é suavemente ondulado e em pequena parte ondulado. Nas áreas de Solos Aluviais e Areia Quartzosa o relevo é plano.

Anteriormente ao assentamento, o imóvel era explorado pela Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar de Naviraí (COOPERNAVI), situada a aproximadamente 40 km do local. Em parte da área, o proprietário também cultivava cana-de-açúcar visando o fornecimento de alimentação para animais.

Um dos maiores entraves do PA Lua Branca é a baixa fertilidade natural de suas terras, que se acentuou devido aos sucessivos cultivos de cana-de-açúcar. A declividade alta existente em alguns lotes, aliada a textura arenosa da terra torna essas áreas sujeitas à erosão, o que exige cuidados especiais no preparo do solo. Considerando esses fatores, pode-se afirmar que a maioria dos lotes apresentam-se praticamente, improdutivos já que o agricultor não dispõe de recurso financeiro e tecnologia para efetuar a recuperação.

É importante destacar que a cana-de-açúcar é uma cultura altamente desgastante do solo, exigindo constantes correções entre uma safra e outra, operações que não foram realizadas após a última safra colhida.

4.3 Caracterização da produção agropecuária dos assentamentos estudados

No PA Indaiá existe relativa diversificação de atividades. Em relação aos produtos agrícolas, destaca-se a cultura da mandioca, e em menor escala, o algodão e o café; sendo que são cultivados também de forma representativa a amoreira, a cana-de-açúcar e o capim elefante, estes destinados à sericultura e ao arraçamento de animais. Em relação aos produtos pecuários destacam-se a produção de leite e a sericultura.

Quanto ao PA Lua Branca, sua economia está baseada principalmente na produção do leite e mandioca.

Em relação aos produtos agrícolas, tanto no PA Indaiá como no PA Lua Branca a principal cultura é a mandioca, responsável por aproximadamente 20% da renda do camponês; porém, outras culturas são observadas no assentamento tais como o algodão, o milho e o feijão. A seguir, apresenta-se um breve relato das principais atividades desenvolvidas nos dois assentamentos.

4.3.1 A cultura da mandioca

A cultura da mandioca possui um peso bastante significativo na economia dos camponeses. É responsável por aproximadamente 21% da renda dos assentados do PA Lua Branca e 19% do PA Indaiá. São aproximadamente 92 ha (média de 0,74 ha por produtor) no primeiro assentamento e 300 ha (média de 0,47 ha por produtor) no segundo.

Tabela 8. A cultura da mandioca nos assentamentos estudados.

Assent/Qtide produtores		PA Indaiá	Qtide produtores	PA Branca	Lua	Qtide produtores
Produto	Unidade	Total	%	Total		%
Mandioca	ha	300	25	92		30

Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

No caso da quantidade de produtores, não considerou-se as famílias que praticavam a atividade somente para consumo próprio.

A Tabela traz a listagem dos produtos, as unidades de medida utilizados, o total e a percentagem de produtores que praticam no total dos PAs.

A mandioca é amplamente cultivada nos campos brasileiros por ser uma cultura rústica e por ser facilmente adaptável às diferentes regiões do País, suportando relativamente bem a diferença climática que ocorre entre o inverno e o verão e possuindo boa tolerância à seca.

Foto: Claudio R. Anjos



Fig. 6 – PA Indaiá. Lavoura de mandioca e ao fundo Rio Paraná.

A cultura possui um importante papel social nos assentamentos de reforma agrária da região onde estão inseridos. Destaca-se tanto para o comércio, já que existem agroindústrias que processam as raízes, como para o consumo. Assim, a lavoura é importante não somente em relação ao consumo próprio, mas também como importante fonte de renda para as famílias; além do que também é comum a utilização dos resíduos na ração animal.

Entretanto, a forma como é conduzida a cultura, utilizando baixa tecnologia,

limita consideravelmente o seu potencial produtivo. Desta forma, observa-se uma produtividade nesses assentamentos de apenas 17 t/ha. Para Oliveira (1995), em condições favoráveis de clima e solo, já foram registradas produtividades de até 71,4 t/ha de raízes frescas. Para Otsubo e Lorenzi (2004), a adoção de tecnologias mais modernas, por menor que seja, tem elevado a produtividade da cultura. Práticas como a utilização de espécies adequadas, correção da fertilidade do solo, melhoria na qualidade dos ramos, introdução de variedades mais produtivas e tolerantes às principais doenças que afetam a cultura, determinação do espaçamento ideal e controle biológico de lagartas, não requerem aumento significativo no custo de produção e podem elevar consideravelmente a produtividade da cultura nos assentamentos. (OTSUBO; LORENZI, 2004, p. 45-46). Para isto, é importante a presença de assistência técnica de qualidade nos assentamentos, visto que são práticas desconhecidas pela maioria dos camponeses.

4.3.2 A cultura do algodão

O algodão é uma das culturas mais tradicionais da pequena agricultura brasileira; entretanto, seu cultivo está sendo reduzido gradativamente nas pequenas propriedades. Adotam esta prática 6,2% dos camponeses do PA Indaiá e 3,2% do PA Lua Branca, em área de 82 ha no primeiro assentamento e 5 ha no segundo.

Tabela 9. A cultura do algodão nos assentamentos estudados.

Assent/Qtide produtores		PA Indaiá	Qtide produtores	PA Lua Branca	Qtide produtores
Produto	Unidade	Total	%	Total	%
Algodão	ha	82	6,2	5	3,2

Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

A Tabela traz a listagem dos produtos, as unidades de medida utilizados, o total e a percentagem de produtores que praticam no total dos PAs.

Nos dias atuais, a cultura do algodoeiro tende a ser reduzida ainda mais na pequena agricultura brasileira, principalmente devido a exigência de alta

tecnologia de produção que a cultura requer. Para Barros e Santos (2001), nos últimos anos ocorreu uma migração do algodão de áreas tradicionais em São Paulo e Paraná – na maioria, pequenas lavouras de agricultura familiar – para culturas extensivas de terras planas no Centro Oeste, marcando uma nova fase da cotonicultura brasileira, com o seu deslocamento em direção ao Norte brasileiro. Para os autores este deslocamento ocorre principalmente em virtude desta região apresentar melhores condições de clima, topografia e tamanho da propriedade, condições que facilitam o emprego de tecnologia avançadas, apesar de possuir solos menos férteis do que nas antigas áreas (BARROS; SANTOS, 2001, p. 40).

Foto: Claudio R. Anjos



Fig. 7 – PA Lua Branca. Lavoura de algodão.

Nos assentamentos de reforma agrária, a cultura do algodão poderia ser uma boa opção, devido à disponibilidade de mão-de-obra local, mas o camponês, não tendo acesso a variedades modernas, agrotóxicos e corretivos, aliado à escassez de assistência técnica, não consegue obter lucros. Isto explica, em parte, a pouca adoção desta prática agrícola pelo camponês.

4.3.3 A cultura do café

O café é a cultura permanente mais difundida nos campos brasileiros, constituindo-se por muitos anos na base econômica das pequenas propriedades. A cultura é mais uma alternativa para o camponês, visto que pode ser conduzida

com técnicas que englobam desde a tração animal até a mecanização quase total.

Foto: Claudio R. Anjos



Fig. 8 – PA Indaiá. Lavoura de café.

Na safra 2003/2004 constatou-se área de 11 ha de café no PA Indaiá cultivado por aproximadamente 4% dos produtores. No PA Lua Branca não foi constatada a existência desta cultura na época do levantamento.

Tabela 10. A cultura do café nos assentamentos estudados.

Assent/Qtide produtores		PA Indaiá	Qtide produtores	PA Lua Branca	Qtide produtores
Produto	Unidade	Total	%	Total	%
Café	ha	11	4,0	0	0

Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

No caso da quantidade de produtores, não considerou-se as famílias que praticavam a atividade somente para consumo próprio.

A Tabela traz a listagem dos produtos, as unidades de medida utilizados, o total e a percentagem de produtores que praticam no total dos PAs.

Ainda que o café seja pouco plantado, a cafeicultura é uma boa opção para o camponês, haja vista a disponibilidade de mão-de-obra, e a ocupação de pequenas áreas que exige. As lavouras existentes são conduzidas de modo convencional, sem o uso de tecnologias modernas; por isto, a produtividade normalmente é baixa. Para Martinez et al. (2004), tecnologias como o café adensado e plantas tolerantes ao nematóide poderiam ser utilizados, sem

umentar significativamente o custo de produção. A cultura do café, pelas suas características, se desenvolve satisfatoriamente com o emprego de tecnologia reduzida embora não alcance alta produtividade. Além de ser uma cultura perene, favorece a conservação do solo e dos recursos naturais (MARTINEZ et al., 2004, p. 12).

4.3.4 A cultura do feijão

A cultura do feijão é economicamente importante nos assentamentos de reforma agrária da região, pois além de fazer parte do prato principal da família camponesa, oferece a possibilidade da comercialização do excedente.

Apesar da importância, em vista de suas características protéicas e energéticas, a cultura não é praticada pela maioria das pessoas nos dois assentamentos estudados. Constatou-se apenas 20 ha plantados no PA Indaiá e 3 ha no PA Lua Branca, com frequência de 12% dos camponeses no primeiro assentamento e 2% no segundo.

Tabela 11. A cultura do feijão nos assentamentos estudados.

Assent/Qtide produtores		PA Indaiá	Qtide produtores	PA Lua Branca	Qtide produtores
Produto	Unidade	Total	%	Total	%
Feijão	ha	20,0	12	3	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

No caso da quantidade de produtores, não considerou-se as famílias que praticavam a atividade somente para consumo próprio.

A Tabela traz a listagem dos produtos, as unidades de medida utilizados, o total e a porcentagem de produtores que praticam no total dos PAs.

Por ser uma cultura altamente exigente em tratamento fitossanitário, a mesma requer conhecimento técnico na sua condução, o que poucos produtores dispõem. Este é um dos principais fatores limitantes da produção.

Outro entrave para a adoção da cultura é que o produto possui uma comercialização instável devido a sua rápida perda de qualidade e sofre grande influência de atravessadores no preço do produto.

Assim como as outras culturas, é conduzida com tecnologia rústica em solo

desgastado além do que a maioria dos camponeses não utiliza calcário e fertilizante, ou os empregam em baixas dosagens, em apenas partes das áreas cultivadas. O controle fitossanitário também deixa a desejar. Para Yokoyama e Stone (2000), estes fatores combinados são determinantes para o insucesso na cultura do feijoeiro. (YOKOYAMA; STONE, 2000, p. 43).

Apesar de pouco plantado, o feijoeiro pode tornar-se uma boa opção para o assentado, em vista de sua excelente adaptação ao clima, podendo o seu cultivo ser realizado durante todo o ano, além de permitir o plantio tanto em monocultivo como consorciado.

4.3.5 A cultura do milho

O milho é cultura quase que obrigatória nos assentamentos estudados, por ser usado tanto no consumo próprio como para ração animal. Entretanto, para fins comerciais poucos camponeses o cultiva devido as constantes frustrações de safras ocorridas nos últimos anos. O plantio é praticado por 6% dos assentados do PA Indaiá e 8% do PA Lua Branca.

É uma lavoura que não vem apresentando resultado satisfatório nos assentamentos estudados por ser uma cultura de alto risco, pois além de ser altamente exigente em fertilidade do solo, é frágil em condições adversas de clima, principalmente na safrinha (2ª safra), que está sujeita a longos períodos secos e geadas. Na safra 2003/2004 foram cultivados em torno de 108 ha no PA Indaiá e 17 ha no PA Lua Branca.

Tabela 12. A cultura do milho nos assentamentos estudados.

Assent/Qtide produtores		PA Indaiá	Qtide produtores	PA Lua Branca	Qtide produtores
Produto	Unidade	Total	%	Total	%
Milho	ha	108	6,0	17	8,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

No caso da quantidade de produtores, não considerou-se as famílias que praticavam a atividade somente para consumo próprio.

A Tabela traz a listagem dos produtos, as unidades de medida utilizados, o total e a percentagem de produtores que praticam no total dos PAs.

Segundo Amaral Filho et al. (2005), para que a cultura proporcione lucratividade é necessário que o produtor realize uma melhoria na qualidade do solo visando uma produção sustentada (AMARAL FILHO et al. 2005, p. 468). Práticas como a rotação de culturas, plantio direto e manejo da fertilidade não são efetuados pelos camponeses. O IDATERRA nos últimos anos tem incentivado através da doação de sementes, o plantio de milho variedade em substituição às sementes híbridas, como forma de diminuição do custo de produção. São sementes que o camponês pode guardar de uma safra para outra não precisando assim dispor de recursos financeiros para sua aquisição, como relata Oliveira¹³.

Se a gente perder um plantio pode plantar de novo porque já temos a semente, além do que a gente pode plantar em épocas diferentes para garantir a colheita, por que os bichos precisam comer.

4.3.6 Horticultura

No início da formação do assentamento Indaiá, a horticultura criou uma grande expectativa de geração de renda devido à criação do “Cinturão Verde”.

O “Cinturão Verde” se constitui de 48 lotes de quatro ha cada, situado ao lado da sede do município, todos dotados de infra-estrutura para a irrigação, como rede de distribuição de água, e equipamento de irrigação, abastecido por uma caixa d’água com capacidade para 540.000 litros.

Este parcelamento foi a forma encontrada pela Prefeitura municipal em conjunto com a EMPAER para possibilitar o assentamento de um número maior de pessoas, visto que a área desapropriada era insuficiente para assentar todas as famílias cadastradas para este fim.

Em 1992, os assentados formaram a Associação dos Produtores do Distrito Verde, com o objetivo de viabilizar a liberação junto ao Banco do Brasil de verbas destinadas ao sistema de irrigação. Segundo Fabrini (1996, p. 149), o “Cinturão

¹³ Assentado PA Indaiá

Verde” passou a se destacar no assentamento com uma surpreendente produção de hortaliças deixando os camponeses esperançosos, porém, a euforia durou apenas até a primeira safra, mesmo com a formação de um grupo semi-coletivo. Para o autor, o sucesso do “Cinturão Verde” esbarrou-se na comercialização da produção devido a grande distância de potenciais mercados consumidores e devido também à herança cultural e ideológica do assentado, já que todos estavam acostumados a lavouras temporárias e permanentes.

Foto: Claudio R. Anjos



Fig. 9 – PA Indaiá. Lavoura de tomate.

No PA Indaiá, na safra 2003/2004 havia pelo menos dois camponeses que tinham a horticultura como atividade principal. No Pa Lua Branca não se constatou o plantio de horticultura para fins comerciais. Constatou-se, porém, que a atividade é bastante praticada para autoconsumo em ambos os assentamentos. São cultivados principalmente verduras, batata e abóbora.

O cinturão verde foi feito pra trabalhar com hortifrutigranjeiro e foi feito toda a infra-estrutura. Energia, água... Tem a rede lá embaixo, tem o motor que joga água pro reservatório que é de 540.000 litros. Produzir produziu bem, mais na ponta faltou a comercialização (GONÇALO¹⁴).

¹⁴ Assentado PA Indaiá

4.3.7 Fruticultura

A fruticultura comercial não tem expressividade nos assentamentos estudados visto que a maioria dos camponeses só plantam para consumo próprio. As frutas mais comuns são a banana, a laranja, o abacate e a manga. Os camponeses alegam que não adotam a atividade para fins comerciais porque, além de não possuírem perfil para a atividade, necessitam do ingresso rápido de renda na propriedade e no caso da fruticultura, o tempo de espera para a primeira colheita é longo.

Dos camponeses que se dedicam à fruticultura, a maioria opta por culturas anuais como a melancia e o maracujá. Esta prática é favorecida devido a não necessidade de mão-de-obra externa em função da disponibilidade desta, além do que a cultura não requer grande extensão de área.

O acesso a formas cooperativas poderia proporcionar melhores resultados a esta prática agrícola, pois a mediação de uma cooperativa seria fundamental já que a mesma poderia se encarregar, por exemplo, da comercialização da produção além do que poderia viabilizar o processamento do produto como forma de agregar valor a produção.

Embora a fruticultura comercial seja adotada por um reduzido número de camponeses, estes o praticam em função da necessidade da diversificação das atividades diante dos constantes baixos rendimentos e das variações de preços das atividades tradicionais desenvolvidas.

4.3.8 Avicultura

A avicultura de corte no Brasil é uma das atividades mais avançadas tecnicamente e por isto conta com excelentes índices de produtividade. Apesar de a atividade requerer conhecimento técnico, existem alternativas nas quais os criadores se integram a uma determinada indústria que lhe fornece os pintos, os insumos e a assistência técnica além de efetuar compra dos frangos.

Para Mizusaki (2003), a empresa se responsabiliza em fornecer os produtos

como ração, pintos, assistência técnica e venda de insumos, e o avicultor entra com a infra-estrutura e os custos de manutenção nos cuidados com a criação.

Os tipos de construção dos aviários são determinados pela indústria integradora e por isto tem um padrão específico como cobertura de telha de barro, silos para ração, e equipamentos tais como comedouro, bebedouro e aquecedores.

Foto: Claudio R. Anjos



Fig. 10 – PA Indaiá. Barracão de frango desativado.

Esta atividade deveria se constituir em uma excelente alternativa para os assentados tendo em vista a disponibilidade de mão-de-obra local e por não exigir grande área para as instalações; entretanto, devido a crise conjuntural por que passa a atividade, a insatisfação é geral. Os criadores alegam que a atividade remunera muito pouco, muitas vezes proporcionando uma receita líquida muito próxima de zero. Não bastasse isto, nos assentamentos estudados, a integradora parou de fornecer aos criadores, que tiveram que parar a criação. Neste negócio, o produtor não trabalha como quer, sendo comum a existência de conflitos entre o produtor e a empresa integradora. Ele é apenas o executor das tarefas relacionadas à produção sob orientação de tal empresa. Para Gordin e Oliveira (2003) o integrado apenas produz, ignora o preço da venda, não pode crescer na atividade, não detém informações, e nem mesmo sabe como se compõe o preço final de seu produto. (GORDIN; OLIVEIRA, 2003, p. 9). Para Misusaki (2003) o

avicultor entra com todas as despesas de custeio de manutenção, sendo apenas o depositário e não o proprietário das aves.

Verifica-se que os riscos são transferidos para o avicultor camponês, incluindo questões trabalhistas. Neste tipo de relação, o capital se apropria da renda da terra sem se tornar proprietário da terra. No entanto, sujeita essa renda ao capital, através de relações não capitalistas. O avicultor, através do seu trabalho e da família, produz renda que é transformada em mercadoria e depois em dinheiro, sendo assim, apropriada pelo capital (MIZUSAKI, 2003, p. 114).

Nesta relação, a empresa integradora recebe o produto do camponês, sem a utilização de trabalho assalariado, evidenciando a total dependência do camponês a estas empresas.

Esta atividade foi encontrada apenas no PA Indaiá, no final de 2004, porém em vias de extinção por opção da empresa integradora.

4.3.9 Pecuária

Desenvolve-se nos assentamentos a exploração pecuária mista, com rebanho principalmente da raça girolanda, sendo que a maior fonte de renda está na produção de leite seguido da venda de bezerros e animais não produtivos. Do assentamento Indaiá, 21% da renda dos camponeses provêm da venda do leite e 7% da venda de bezerros, enquanto que do PA Lua Branca são 41,8% com a venda do leite e 11% com a venda de bezerros. Nos dois assentamentos, a produção diária por cabeça gira em torno de 3,5 litros.

Foto: Claudio R. Anjos



Fig. 11 – PA Indaiá. Gado leiteiro e barracão de bicho-da-seda desativado.

Mesmo com a baixa produtividade, a renda dos camponeses está baseada principalmente nesta atividade embora o valor recebido pela venda do leite esteja muito aquém do valor esperado pelo camponês. Do PA Indaiá 81% dos agricultores adota esta exploração, enquanto que do PA Lua Branca são 95%. A explicação pela opção dos camponeses pela pecuária não se refere a apenas um fator, por exemplo, aptidão do solo, mas devido à conjuntura econômica e social que os envolve e que os impede de investir em outra atividade de maior risco de insucesso.

Tabela 13. A pecuária nos assentamentos estudados.

Assent/Qtide produtores		PA Indaiá	Qtide produtores	PA Lua Branca	Qtide produtores
Produto	Unidade	Total	%	Total	%
Leite	Litro/ano	3.294.000	81	768.600	95
Rebanho Bovino	Unid/animal	14.536	81	1900	95

Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

A Tabela traz a listagem dos produtos, as unidades de medida utilizados, o total e a percentagem de produtores que praticam no total dos PAs.

Apesar da atividade pecuária também exigir investimento, inclusive na melhoria do solo, no ponto de vista do camponês, é uma atividade de menor risco, visto que a lavoura está mais sujeita a perdas por condições climáticas adversas.

Um dos motivos desta opção está na modernização da agricultura brasileira

onde sempre são necessárias produtividades mais elevadas em função dos altos custos de produção decorrentes. Assim, a maioria dos camponeses não consegue preparar e corrigir o solo como exigem as lavouras tradicionais.

Na pecuária de leite, o fator alimentação é o ponto crítico da produção, especialmente no período seco, onde as forragens são mais escassas tornando os animais debilitados. Uma das formas de minimizar o problema seria a implantação de campineiras (cana-de-açúcar ou capim elefante) manejadas de forma adequada, tecnologia que poucos camponeses adotam.

Atualmente, os assentamentos contam com resfriadores coletivos, o que permite um incremento no preço do produto e conseqüentemente agregação de valor a produção. Com os resfriadores, o custo do transporte é reduzido, por ser dimensionado a partir da capacidade de transporte dos caminhões. Os resfriadores também fazem parte das exigências da nova lei (normativa 51/2002 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) que aprovou os regulamentos técnicos de produção, identidade, qualidade, coleta e transporte do leite.

4.3.10 Sericicultura

A sericicultura se destaca no município de Itaquiraí por ter a seu favor o “baixo” custo da implantação o que possibilita os camponeses a se inserirem na atividade. O custo da implantação é relativamente baixo porque a construção não requer mão-de-obra especializada e podem ser construídos de madeira e a amoreira exige manejo simples com pouco ou nenhum uso de defensivo agrícola.

Foto: Claudio R. Anjos



Fig. 12 – Sericicultura. PA Indaiá.

No município de Itaquiraí a atividade funciona em um sistema integrado com a fiação de sedas BRATAC, uma das três maiores empresas do ramo no Brasil, de quem os camponeses recebem os insumos e as larvas e vendem os casulos de seda. A empresa leva o nome da antiga Sociedade Colonizadora do Brasil (Burajiro Takushoku Kumiai), instituição que apoiou a colonização japonesa no Brasil. A sericicultura brasileira está concentrada no Estado do Paraná que conta com aproximadamente 82% da produção brasileira de casulo. O sistema brasileiro de produção é totalmente oligopolizado em mãos atualmente de três empresas: a BRATAC, a KANEBO e a KOBES, a primeira de capital nacional e as duas últimas de capital japonês.

A infra-estrutura utilizada pelos camponeses consiste em uma área de amoreira de aproximadamente 2,5 ha, um barracão de 30m x 7,5m e uma máquina de pré-limpeza do casulo. O barracão é de madeira, coberto de telha de barro, com as laterais fechadas com cortina de plástico e o chão de terra batida. Essa estrutura é suficiente para trabalhar com três ou quatro caixas de casulo e produzir aproximadamente 196 Kg de produto por mês (conforme levantamento feito junto aos produtores). Apesar do bom resultado produzido nos assentamentos os camponeses mostram-se descontentes devido ao preço do produto, que há vários anos não é reajustado. Segundo os técnicos da integradora, a valorização do produto depende de organismos internacionais, além

de que está sujeito a medidas protecionistas dos países importadores.

(...) é incipiente o mercado de fios de seda no Brasil, o que lança os produtores em um circuito ainda mais instável, em vista das crescentes medidas protecionistas adotadas por parte dos países consumidores, na política de importação (PAULINO, 2003, p. 144).

Apesar dos resultados obtidos, a criação do bicho-da-seda sofre muita rejeição dos camponeses. Isto se dá devido à excessiva atenção que a atividade requer, exigindo dos trabalhadores cuidados constantes, todos os dias da semana no período diurno e em parte do período noturno. Geralmente envolve toda a unidade familiar, viabilizada justamente por este envolvimento que atinge crianças e adultos, independente do sexo. Enquanto os homens trabalham no corte e transporte da amoreira, as mulheres e crianças se ocupam do trabalho interno do barracão. Assim, a sericicultura demanda atenção e cuidados extremos, visto que cada atividade tem sua hora marcada de execução, sob pena de causar o insucesso da produção. As exigências da atividade são tantas que a sua viabilidade depende exclusivamente dos cuidados especiais de toda a família camponesa. Por estes motivos é comum encontrar nos assentamentos famílias em fase de implantação da atividade e outras em fase de desativação.

O bicho da seda dá atividade constante. Se quiser passear, hoje é sábado, não dá. Subiu o bicho você tem que estar lá junto, não tem como. Tem muita gente que acha que o bicho-da-seda é muito trabalhoso, então abandona (PITORES¹⁵).

A sericicultura deriva-se do bicho-da-seda (*Bombyx mori*) cujas lagartas alimentam-se exclusivamente de folhas da amoreira. Para Tinoco (2000), a mariposa, estágio adulto do inseto, desova entre 400 e 500 ovos que se transformam em larvinhas de cerca de 1mm. Quando as larvas atingem o tamanho máximo de 80 mm de comprimento, em cerca de 30 dias passam a produzir o casulo. Dentro do casulo a larva se transforma em crisálida e com 10 a 12 dias, esta se transforma em mariposa. Ainda segundo o autor, as larvas ficam na

¹⁵ Assentado. PA Indaiá (Cinturão Verde)

empresa integradora até a idade de sete dias, depois são entregues ao produtor que os leva para o barracão e os coloca nas “camas” (compartimento onde o bicho-da-seda é alimentado). Após aproximadamente 16 dias o bicho-da-seda esta pronto para subir no “bosque” (estruturas especiais geralmente de papelão ou plástico usado para o encasulamento dos animais) e fazer o casulo. A partir deste dia, ele leva oito dias até chegar à fábrica de fiação. Cada “tirada” (período de produção de casulo) leva aproximadamente 28 dias (TINOCO, 2000, p. 40).

No PA Indaiá aproximadamente 10% dos camponeses adotam esta prática, com 66 barracões de bicho-da-seda enquanto que no PA Lua Branca são 2,4 % dos camponeses com três barracões.

Tabela 14. A sericicultura nos assentamentos estudados.

Assent/Qtide produtores		PA Indaiá	Qtide produtores	PA Lua Branca	Qtide produtores
Produto	Unidade	Total	%	Total	%
Sericicultura	Kg	12.152	10	588	2,4

Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

A Tabela traz a listagem dos produtos, as unidades de medida utilizados, o total e a percentagem de produtores que praticam no total dos PAs.

4.3.11 Pesca

O assentamento Indaiá possui bom potencial para a atividade pesqueira visto que situa-se à margem do rio Paraná. Peixes como o armado e o barbado existem em abundância. Embora seja uma atividade potencialmente executável por parte do camponês, somente uma pequena parte (os que moram próximo ao rio) a pratica.

Foto: Claudio R. Anjos



Fig.13 – PA Indaiá. Assentados transportando peixes.

O rio Paraná, principal formador da grande Bacia do Rio da Prata, drena o centro sul da América do Sul, desde a Serra do Mar. É um dos principais rios brasileiros. Por ser um rio de planalto e com grande volume de água sofreu inúmeros represamentos para a geração de energia elétrica. Existem mais de 130 represas de médio e grande porte em sua bacia formando uma sucessão de grandes lagos. Por possuir grande densidade demográfica no trecho brasileiro o rio apresenta problemas de poluição e assoreamento e conta com reduzida porção de matas ciliares.

Foto: Claudio R. Anjos



Fig.14 – PA Indaiá. Técnico do IDATERRA e assentado pescador.

A pescaria no PA Indaiá não é desenvolvida durante todo o ano, pois o

pescador deve respeitar período da piracema (quando os peixes entram em período de desova). A cada ano, entre os meses de outubro e novembro, são emitidas portaria pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para definir o período de “defeso” (ação de proteção às espécies de piracema) da piracema para cada bacia hidrográfica.

Existem cerca de 20 pescadores no PA Indaiá, todos associados a colônia de pescadores situadas no Estado do Paraná. Esse tipo de organização é obrigatória para os pescadores, pois é através dela que têm sua situação legalizada como pescador, além do que, auxiliam na comercialização do pescado e garante o seguro desemprego nos meses de pesca fechada.

4.4 O trabalho acessório nos assentamentos estudados

Nos últimos anos, diversos estudiosos da área agrária dedicam-se ao estudo do trabalho acessório (hoje conhecido como pluriatividade) na agricultura familiar brasileira.

A pluriatividade compreende a combinação de trabalho agrícola e não-agrícola pelos membros de uma mesma família de trabalhador rural. Assim, são consideradas famílias pluriativas, aquelas em que pelo menos um de seus membros combine atividade agrícola com trabalho assalariado, dentro ou fora da propriedade. Para SCHNEIDER (2003), a pluriatividade refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômica e produtiva, não necessariamente ligada à agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2003, p.4).

Schneider e Radomsky (2003, p.15), acreditam que a pluriatividade é um fenômeno positivo em vista da força desempregadora da mecanização no campo, podendo contribuir para a manutenção e geração de novas oportunidades de ocupação no meio rural.

É preciso notar, que a pluriatividade acontece na maioria das vezes, em

decorrência do crescimento das famílias camponesas, e do crescimento das atividades não agrícolas no meio rural. Para Chayanov (1974), as famílias rurais vão modificando suas estratégias produtivas e profissionais, conforme a evolução demográfica dos membros da família. Assim, uma família recém formada ou idosa tende a permanecer no trato agrícola, enquanto que uma família constituída de filhos jovens, é aquela que se volta para trabalhos não-agrícolas, no sentido de buscar de forma mais rápida o equilíbrio no balanço trabalho-consumo.

(...) Cuando La Tierra es insuficiente y se convierte en un factor minimo, el volumen de la actividade agricola para todos los elementos de la unidad de explotación se reduce proporcionalmente, em grado variable pero inexorablemente. Mas la mano de obra de la familia que explota la unidad, al no encontrar empleo em la explotacion se Vuela, (...) A otras actividades no agricola (...) (CHAYANOV, 1974, p. 101).

É interessante evidenciar que Chayanov (1974) na análise do campesinato russo do final do século XIX já evidenciava o trabalho acessório, ou seja, é uma estratégia que faz parte do modo de vida do camponês não tendo uma relação direta com o estágio do desenvolvimento do capitalismo como muitos autores pensam, mas, sim, com as estratégias da lógica de reprodução da unidade de produção camponesa.

Analisando as teorias de Chayanov (1974) pode-se entender que a pluriatividade não é um caminho à acumulação de capital, mas um recurso utilizado pelas famílias assentadas para enfrentar os baixos rendimentos das atividades essencialmente agrícolas.

O grupo de mulheres do Indaiá que trabalha com artesanato é um exemplo de trabalho acessório existente nos assentamentos estudados.

São encontrados nos assentamentos professores, pedreiros, carpinteiros, poceiros, trabalhadores público municipal, trabalhadores de comércio, e principalmente diarista rural.

4.5 Monopolização do território pelo capital: breves considerações

Neste estudo, julga-se oportuno comentar, sobre a subordinação da renda dos camponeses em relação ao mercado.

Verifica-se que a maior parte da renda camponesa é apropriada pela indústria, de forma predatória, principalmente através da depreciação dos produtos que o camponês coloca no mercado.

As atividades em que mais se observa essa subordinação da renda nos assentamentos estudados estão relacionadas à sericicultura, a pecuária leiteira e a avicultura. Entretanto, é importante lembrar que os mecanismos de apropriação da renda da terra não estão restritos a apenas estas situações como destacou Paulino.

Ao entregar barato o produto do seu trabalho, seja vendendo diretamente aos consumidores, seja repassando-os aos capitalistas, o camponês estará doando à sociedade como um todo uma parte do seu trabalho, a renda da terra (...) há outras esferas em que a renda camponesa é apropriada, como na intermediação do capital comercial, na ação do capital financeiro, no mecanismo de preços estabelecidos pelas indústrias de insumos e máquinas, enfim, são diversas as situações em que essa transferência se dará (PAULINO, 2003, p. 111).

Nesta relação, a indústria converte o trabalho excedente do camponês e sua família em renda capitalizada utilizando-se desta relação sem remunerá-la. Para Oliveira, a indústria está se apropriando da renda sem ser proprietária da terra (OLIVEIRA, 1990, p. 52).

Para a indústria é vantajoso a utilização da mão-de-obra familiar, pois estas atividades não têm horário fixo e são praticadas por toda a família, inclusive mulheres e crianças reduzindo drasticamente o custo social. Para o camponês, na conjuntura atual, acaba sendo uma opção para se manter no campo. Esse aspecto é classificado por Martins (1981) como sujeição da renda da Terra ao capital.

(...) o capital não se torna proprietário da terra; mas cria condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe. (MARTINS, 1990, p. 175).

A renda da terra está contida nos produtos vendidos pelos camponeses, portanto, gerados pelo trabalho na unidade familiar.

A indústria recebe o produto do camponês sem a remuneração de trabalho assalariado, pois o camponês trabalha com a família, o que configura então a sujeição da renda da terra ao capital. Desta forma, o camponês está inserido, ainda que em situação de proprietário, na lógica de exploração do sistema capitalista. Ele produz, mas não tem poder para definir o preço do seu produto e muitas vezes, como na avicultura, não decide nem quando vai entregar o produto.

Paulino (2003, p. 120) afirma que há conveniências recíprocas entre integrado e integradora, ainda que em diferentes medidas. “Aí está em jogo uma questão essencial: a sobrevivência”.

Mesmo havendo esta sujeição da renda da terra ao capital, verificou-se que a sericultura tem proporcionado melhores condições de vida ao trabalhador do que as atividades tradicionais, ainda que para isto ele tenha que se sujeitar a uma atividade que demanda atenção e cuidados extremos de toda a família, visto que cada atividade tem sua hora marcada de execução, sob pena de causar o insucesso da produção.

Isto significa dizer que eventualmente alguns camponeses podem se dar bem nesta relação. O sucesso ou fracasso do camponês neste negócio está intimamente ligado a relação entre a demanda, e a procura de um produto. Em períodos que se tem uma grande demanda por um determinado produto, os preços tendem a subir. Assim, diante de um aumento significativo do preço da matéria-prima, o camponês pode progredir; obviamente desde que, a taxa de lucro das indústrias estejam mantidas.

Embora haja camponeses conformados, a maioria demonstra uma grande indignação, principalmente em relação ao preço pago pelo seu produto. Assim, depara-se com um cenário totalmente injusto, em que mesmo se mantendo na atividade não desconhece sua exploração e é por isso também que na primeira

oportunidade desativa, por exemplo, os barracões de bicho-da-seda.

5 A COOPERAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS ESTUDADOS

Conforme exposição realizada na introdução desta pesquisa foram dois os assentamentos onde se realizou a coleta dos dados referentes aos sistemas de cooperação.

Neste capítulo procurou-se descrever e analisar as formas de organização da produção adotadas pelos camponeses, a partir da formação dos assentamentos, bem como discutir sua evolução ressaltando suas limitações e possibilidades de ruptura das relações societárias dominantes.

Essa análise refere-se ao conjunto de informações obtidas no trabalho de campo que proporcionou a sintetização de algumas características de cada forma de cooperação destacando alguns elementos que influenciam no rumo dessas organizações. Essas informações estão contidas a seguir.

5.1 Cooperativa Agropecuária de Itaquirá - COPRAIL

Esta cooperativa foi fundada em julho de 1991 e atuou até 1994 voltando a funcionar em 1997 e paralisando definitivamente em 2005.

Sua última atuação referia-se quase que exclusivamente ao atendimento a sericultores através do fornecimento de produtos como formol, lona, bosque, cal e cartela. A cooperativa sobrevivia com a margem de lucro auferido pela venda destes produtos, já que não cobrava taxa dos associados.

Antes da desativação, a cooperativa possuía 180 associados cadastrados sendo que desses, aproximadamente 60 eram atuantes nas decisões da cooperativa.

Segundo o senhor Manoel Ranulfo da Silva, último presidente, o que causou o desinteresse dos sócios foi o acordo firmado entre a BRATAC e o comerciante Nelson Hirata (proprietário da loja Hirata Ferragens). Segundo conta, os assentados entendem que o comerciante oferece mais vantagens aos sericultores, pois entrega os produtos em domicílio e recolhe o casulo.

5.2. Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Itaquiraí - COOPERLEITE

Esta cooperativa foi fundada no ano de 2003 tendo como presidente o Sr. Antonio Bispo. Possui 42 sócios. Tem como sede o assentamento Sul Bonito, porém possui cooperados também nos assentamentos estudados. É uma cooperativa jovem, portanto ainda em formação. Segundo o presidente, a cooperativa atua na comercialização de sal comum, sal mineral e medicamentos para o rebanho bovino e na negociação do leite e manutenção de resfriadores.

Segundo o presidente, a cooperativa pleiteia junto a políticos do Estado de Mato Grosso do Sul a aprovação de uma emenda parlamentar visando a aquisição de veículo, máquinas e equipamentos.

5.3 Cooperativa Agrícola Sul Matogrossense - COPASUL

A Copasul, com sede na cidade de Naviraí, a 40 km dos assentamentos pesquisados foi criada em dezembro de 1978 com o propósito de beneficiar e comercializar a produção de seus associados. A Copasul é uma cooperativa de grande porte, com unidades em vários municípios de Mato Grosso do Sul, possuindo inclusive usina de beneficiamento de algodão e indústria de fios. A unidade de Itaquiraí, fundada em 1990 como diz o presidente Sakae Kamitani, foi criada com o objetivo principal de atender à demanda dos cotonicultores do município que, em sua maioria são produtores voltados para a agricultura familiar. Assim, a cooperativa tem como objetivo incentivar o plantio, oferecer assistência técnica e insumos.

A cooperativa tem como âncora de seus negócios o algodão. Financia o plantio desta cultura, com recursos próprios e também através de convênio com o Banco do Brasil, limitado a R\$5.000,00 por CPF. Mas não são todos os agricultores que conseguem o financiamento, pois além do rígido controle de seleção, poucos assentados podem associar-se já que a taxa única de R\$600,00 necessárias à adesão não está ao alcance da maioria deles. Para os plantadores de algodão que não são associados, a cooperativa, apenas compra a produção,

ainda que para isto o produtor tenha que entregar em nome de um associado.

5.4 Cooperativa dos Produtores de Suínos de Itaquiraí - COPERSUÍ

Esta cooperativa foi criada em 2002 tendo toda a documentação formalizada legalmente. Contou inicialmente com mais de 400 pessoas cadastradas e com 38 sócios efetivos. Segundo o presidente Ademir Dalgallo a cooperativa foi criada no intuito de desenvolver um grande projeto de suinocultura. Alguns agricultores chegaram a construir os barracões de criação, porém a primeira iniciativa do grupo de tentar conseguir junto a prefeitura a construção de uma fábrica de ração falhou. Não obtendo êxito neste empreendimento a cooperativa não conseguiu ir adiante, paralisando suas atividades.

5.5 Colônia de Pescadores Z-13, Z-16 e Z-18

As Colônias de Pescadores são entidades sem fins lucrativos, de apoio e normatização da pesca, ligadas ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgão do Ministério do Meio Ambiente (MMA) onde as atividades de pesca precisam ser legalizadas como podemos verificar nas palavras de Monteiro¹⁶: “Nós precisamos ter a carteirinha que dá autorização para a pesca”.

Neste negócio é necessário que se defina sobre quem é pescador e quem é agricultor, sendo que o agricultor só pode pescar para consumo próprio e o pescador tem que apresentar junto ao IBAMA uma série de documentos, além de duas testemunhas comprovando que é pescador profissional, isto é, faz da pesca o seu meio de vida.

Aos pescadores profissionais são asseguradas algumas vantagens tais como o seguro desemprego referente a um salário mínimo no período de “defeso” (meses de pesca fechada, que vai de março a outubro) e outros benefícios da previdência social, como o auxílio maternidade, auxílio doença, e pensão por

¹⁶ Monteiro. PA Indaiá.

falecimento.

A Colônia de Pescadores Z-13 se localiza no município de Guaira-PR, a 85 km de Itaquiraí. Possui aproximadamente 600 pescadores cadastrados. Segundo o presidente José Cirineu Machado, para a abertura de uma colônia de pescador são necessários pelo menos 100 cooperados.

A Colônia de Pescadores Z-16 se localiza na cidade de Autônia-PR, a aproximadamente 78 km de Itaquiraí. Segundo o presidente Antonio José Capati a organização possui aproximadamente 200 pescadores cadastrados.

A colônia de Pescadores Z-18 se localiza na cidade do Porto Camargo, no Paraná, situado a 80 km de Itaquiraí. Segundo o presidente Paulo Sérgio Alves, a colônia possui aproximadamente 140 pescadores cadastrados. Assim como as colônia Z-13 e a colônia Z-16, possui filiados nos assentamentos estudados.

Esse tipo de organização é obrigatória para os pescadores, pois é através dela que têm sua situação legalizada como pescador. Através dela, os pescadores conseguem financiamento com recurso do PRONAF modalidade pesca, destinada a financiar barcos e motores, com teto máximo de R\$9.000,00. O benefício tem oito anos de prazo para pagar com taxa de juros de 3% ao ano.

Os cooperados declaram-se satisfeitos com as ações das entidades.

5.6. Associação dos Produtores do Assentamento Lua Branca

É uma associação jovem, criada em fevereiro de 2006. Possui atualmente 63 sócios cadastrados, que pagam R\$0,01 por litros de leite comercializados para os sócios produtores de leite e R\$3,00/mês para os demais associados.

Segundo o assentado e presidente da associação Luiz Alberto Fink, a idéia de se criar esta organização partiu da necessidade de adequação à Normativa 51 do Ministério da Agricultura, que impõe regras para a produção do leite. A lei exige, por exemplo, que o leite seja resfriado na propriedade, a coleta seja feita a granel e o gado seja examinado por um médico veterinário.

Luiz Alberto Fink relata que o principal desafio da associação é reunir as pessoas para definir os rumos a serem seguidos e que encontra muitas barreiras

na falta de conhecimento associativo dos assentados.

5.7 Associação 24 de Novembro

Esta associação foi criada no ano de 2001, logo após o estabelecimento do assentamento Lua Branca. No auge das atividades, a associação contava com 24 sócios que pagavam R\$3,00 por mês.

É uma associação que não chegou a consolidar-se pois competia com outra associação no assentamento, o que levou ao fechamento de suas atividades no ano de 2003. O presidente José Maria Castilho não reside mais no assentamento.

Alguns assentados estão pensando em formar uma nova diretoria para reabrir a associação, sendo que, para isto é necessário o pagamento de uma taxa de R\$280,00 para a sua legalização.

5.8 Associação dos Avicultores de Itaquiraí

Esta associação foi criada em setembro de 1995 por 22 agricultores integrados ao Abatedouro de Aves Frandelle de Itaquiraí. Cada associado era obrigado a pagar uma taxa de R\$20,00 por período de produção.

As principais atuações da associação se referia à compra em conjunto de equipamentos para a criação (telhas, bebedouro, comedouro, ventiladores e mangueiras). Segundo o presidente Dercílio Cipriano, a associação também era necessária para que os produtores pudessem angariar financiamentos junto aos bancos.

A associação encerrou suas atividades no ano de 2004 em decorrência da retirada da indústria integradora, que parou de fornecer os meios (pintos, ração e assistência técnica) para a criação, levando os produtores à falência.

Atualmente, os produtores estão negociando a entrada de outra empresa no negócio para então reiniciar os trabalhos da associação.

5.9 Associação dos Produtores do Projeto Indaiá

Fundada em 1991, a associação chegou a possuir mais de 400 sócios. Era a associação mais atuante do município, mantida com uma pequena taxa cobrada dos associados (R\$1,50/mês) e com recurso das prestações de serviço das máquinas. Segundo o último presidente Sr. Cícero Rodrigues da Silva, as principais atuações eram no sentido de conseguir financiamento para os assentados. Com os cinco tratores adquiridos com o recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO) a associação realizava serviços de preparo do solo para os assentados. A utilização desses maquinários era motivo de intrigas dentro da associação, e mesmo existindo uma lista de prioridades, as lideranças eram taxadas de paternalistas. Quando as máquinas estavam ociosas eram aproveitadas pelos assentados não sócios que pagavam uma taxa maior pela sua utilização; eram também utilizados fora do assentamento nas mesmas condições.

Segundo o associado Laércio Bueno de Oliveira, cada diretoria que saía causava um “racha” na associação, fato que contribuiu para sua falência. Assim, a associação teve seus trabalhos paralisados no ano de 1999.

Em 2006, um grupo de assentados tentou reabrir a associação, mas a iniciativa esbarrou na taxa de aproximadamente R\$4.000,00, (encargos atrasados) necessária para a sua legalização.

5.10 Associação dos Produtores de Leite do Indaiá

Esta associação foi criada em junho de 2006. Possui 34 sócios que pagam uma taxa de adesão de R\$20,00 e mais R\$3,00 por mês. O assentado e presidente da associação Moacir Barbosa Bueno afirma que a organização atua na aquisição de medicamento para o gado e na negociação do preço do leite e tem como meta viabilizar a recuperação de pastagens que em sua maioria encontram-se degradadas.

É uma associação recente, com boas expectativas de concretização no

assentamento já que foi criada a partir dos interesses dos associados.

5.11 Associação dos Produtores do “Cinturão Verde”

Esta associação foi criada em 1992 sob forte influência da agência local do Banco do Brasil, que exigia a criação da associação para liberar as verbas destinadas ao sistema de irrigação. Mas o recurso acabou sendo liberado através da Associação dos Produtores do Projeto Indaiá. Com os recursos sendo liberados foi montado o sistema de irrigação, mas foi logo desativado, porque os assentados não conseguiam saldar seus débitos com o fornecimento de energia elétrica (FABRINI, 1996, p.148). Segundo os camponeses, a associação desestabilizou-se devido ao fracasso da produção de hortifrutigranjeiros, que esbarrou na comercialização da produção e no aspecto cultural e ideológico do assentado, que até então era acostumado a cultivar lavouras brancas (milho, arroz, feijão, mandioca), culturas que geralmente não dão resultados satisfatórios em área de dimensão reduzida.

Segundo o último presidente, José Sales, a associação organizava e mantinha a feira do produtor de Itaquiraí, mas as atuações foram ficando escassas a partir de 1994, devido a pouca participação dos assentados.

Atualmente a associação está desativada. Um grupo de assentados tentou ativá-la, porém os documentos não foram encontrados.

5.12 Associação dos Pequenos Produtores de Hortifrutigranjeiro do “Cinturão Verde”

A Associação dos Pequenos Produtores de Hortifrutigranjeiros do “Cinturão Verde” foi criada no mês de junho de 2006. Segundo o presidente Clemildo Cândido da Silva, esta associação foi criada para substituir a Associação dos Produtores de “Cinturão Verde” que foi desativada, e teve seus documentos extraviados.

Existe a expectativa da filiação de aproximadamente 30 sócios. O principal

objetivo da associação é industrializar a produção de legumes e viabilizar a exportação para o Estado de São Paulo e Paraná.

5.13 Associação da Escola Família Agrícola de Itaquiraí

A associação da Escola Família Agrícola de Itaquiraí é uma associação peculiar, pois foi criada com o objetivo de dar apoio à escola. A presidenta Guiomar Grace de Oliveira afirma que a associação atua na definição do regimento interno da escola, na escolha dos monitores e na alocação de recursos. A escola que comporta 120 alunos em dois turnos se mantém através de recursos de emendas parlamentares, e também por doações. Em 2006 a escola foi beneficiada com o repasse de R\$104.000,00 da ONG Manus Unidas sediada em Madri, na Espanha.

A associação foi criada em setembro de 2002, e conta com aproximadamente 400 sócios, pais de alunos.

Foto: Claudio R. Anjos



Fig. 15 – PA Lua Branca. Alunos da Escola Família Agrícola.

5.14 Grupo Semi-coletivo do cinturão verde

Criado sob a orientação do MST e participação da Associação do Distrito Verde, o grupo era composto de oito assentados, que possuíam um viveiro comunitário de mudas e cultivavam horticultura. Para Fabrini (1996), neste grupo semi-coletivo, cada família colocava a disposição da horta um membro adulto que trabalhava e recebia a produção proporcional ao número de horas trabalhadas. (FABRINI, 1996, p. 149).

O grupo semi-coletivo foi criado em 1992 e durou apenas até a primeira colheita sendo logo abandonado pelos assentados por falta de estímulo, diante dos resultados produzidos.

5.15 Associação dos Pequenos Produtores do Lua Branca

Associação criada em julho de 2001. Tem como presidente o Sr. José Vitorino Andrade, conhecido como Ivo. Foi a primeira associação formada no PA Lua Branca. Chegou a ter 90 sócios, mas atualmente conta com apenas 10.

No início, a associação recebeu do PRONAF trator, equipamentos e recursos para aquisição de calcário. É uma das associações mais criticada do município. Dalgallo¹⁷ relata que o trator pertencente a associação é usado em benefício do presidente realizando preparo do solo em fazendas. A maioria dos sócios entrevistados acusa o presidente de não fazer prestação de contas e usar a associação em benefício próprio. O assentado Valdivino Lobo Porto relata que no final de 2004, os associados enviaram pelo correio um abaixo-assinado se desligando da associação.

Atualmente a associação encontra-se praticamente desativada, realizando apenas preparo de solo para um grupo restrito de pessoas.

¹⁷ Assentado. PA Lua Branca.

5.16 Grupo das Mulheres do Indaiá

No ano de 2003 foi organizado no PA Indaiá um grupo de mulheres com o objetivo principal de trabalhar com artesanato.

Foto: Claudio R. Anjos



Fig.16 – Santina R. dos Santos mostrando o trabalho do grupo das mulheres do Indaiá.

Segundo a líder do grupo Santina Ribeiro dos Santos, o grupo envolve o trabalho de 20 mulheres trazendo retorno econômico para suas famílias, evitando assim que busquem emprego fora, como doméstica ou bóia-fria. Assim, as mulheres trabalham o artesanato numa visão econômica e social focado na produção e comercialização. A comercialização é geralmente realizada nas cidades de Bonito e Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. As mulheres estão

animadas com os trabalhos, mas reclamam da escassez de matéria-prima, pois atualmente só dispõem da palha da bananeira, entretanto, afirmam que para isto, esperam contar com o apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que já realizou reunião com as mulheres. As mulheres afirmam que pretendem, aos poucos chegar-se a uma organização coletiva mais ampla.

São fabricados chapéus, bolsas, fruteiras e cestos. Para o futuro, as mulheres já pensam em conseguir financiamento para a confecção de outros produtos.

5.17 Mutirão

O mutirão é uma forma de cooperação social, existente tanto no PA Indaiá como no PA Lua Branca. De certa maneira, configura-se como uma forma de troca de dias de serviço, pois, aqueles que recebem a ajuda, se comprometem a devolver o favor em um outro dia ou outro mutirão.

O mutirão é informal, pois não existe o contrato de trabalho, por outro lado existe o compromisso moral, qual seja o “pagamento com a mesma moeda”.

Além de constituir-se numa atividade coletiva para realizar uma tarefa (colheitas do algodão, por exemplo), o mutirão reveste-se de caráter festivo determinado seja pelo encontro e bate-papo entre vizinhos e parentes, seja pela alimentação oferecida pelo beneficiário.

6 PROJETO DE VIDA E POTENCIALIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA NOS ASSENTAMENTOS INDAIÁ E LUA BRANCA

6.1 Potencialidades de geração de renda monetária a partir de um ensaio

A princípio pensou-se em desconsiderar as análises contidas neste item em virtude das críticas recebidas no exame de qualificação. No entanto, ao término da pesquisa e diante da complexidade que envolve a análise da reforma agrária e da produção camponesa decidiu-se mantê-lo pelas seguintes questões:

- Sua análise, não se propõe a ser o caminho único de leitura da produção camponesa, muito menos desconsiderar a crise ambiental e de organização na qual se encontram os assentados estudados a despeito das médias de renda “elevadas”.
- Por se tratar de um ensaio com recorte específico e datado, esta análise não se propõe a desconsiderar os fatores estruturais que tem subordinado a produção camponesa aos ditames do mercado, visto que hoje, passado quase dois anos da análise o resultado em relação à renda familiar seria outro em função da crise do leite e da mandioca. Ou seja, atualmente os preços dos produtos (leite e mandioca) que alavancaram a renda das famílias entrevistadas nos assentamentos, caiu drasticamente. O leite que na época da pesquisa estava a R\$ 0,50 o litro aproximadamente, em 2006 caiu para aproximadamente R\$ 0,30 o litro. A mandioca reduziu de R\$ 240,00 para algo em torno de R\$ 70,00 a R\$ 80,00 a tonelada.
- Por entender que uma análise como esta tem sua validade menos como retrato do assentamento e mais como demonstração da diversidade de situações existentes do ponto de vista produtivo, o que impede portanto leituras do tipo “sucesso” ou “fracasso” da reforma agrária, o mais interessante é pensar em sujeitos sociais escrevendo diversos caminhos, uns de integração ao mercado, outros de resistência.

Conforme Leite et al. (2004), a análise da renda dos assentados tem sido um aspecto bastante abordado no que se refere aos “impactos internos” dos

assentamentos rurais, sendo constante o debate, por alguns, para provar o sucesso, por outros, para indicar a pouca eficácia dos assentamentos de reforma agrária. (LEITE et al, 2004, p. 233).

Para análise das condições de vida das famílias nos assentamentos pesquisados apoiou-se em Romeiro et al. (1994) no que se refere a:

a) renda agrícola líquida monetária: é a renda obtida com a venda dos produtos agrícolas, segundo os preços declarados pelos assentados, diminuídas dos correspondentes custos de produção;

b) renda animal líquida monetária: é a renda gerada pela venda dos animais e derivados, avaliados conforme item anterior;

c) renda de outros trabalhos: incluem-se aqui os salários obtidos como remuneração por empregos temporários ou permanente dos membros da família;

d) renda de outras receitas: são as vendas ocasionais de produtos não-agrícolas, como por exemplo, madeira, carvão, extrativismo, pequeno comercio, e artesanato. (ROMEIRO et al., 1994, p. 22).

Além desses, foi possível acrescentar a renda de programas ou projetos do governo federal como Bolsa Escola, auxílio alimentação e outros.

Assim, com base nas informações coletadas a campo, foi possível quantificar a renda monetária das famílias em relação ao período agrícola 2003/2004.

A leitura da tabela seguinte, deve-se levar em consideração que os valores expressos refere-se a dados coletados para o período de um ano agrícola (de julho de 2003 a julho de 2004). Para a mensuração da renda monetária mensal, dividiu-se os dados coletados totais da safra agrícola 2003/2004 por 12 meses.

Tabela 15. Composição do rendimento médio líquido familiar total – 2003/2004
(Média por lote, em % e em R\$ correntes)*.

Localidade		PA Lua Branca (D)		PA Indaiá (E)		Total (D+E)	
Discriminação	Produto	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Renda média dos produtos agrícolas (A)	Mandioca	148,0	22,9	195,0	20,9	171,5	21,9
	Algodão	8,0	1,2	7,0	0,8	7,5	1,0
	Café	0	0	10,0	1,1	5,0	0,5
	Outros	10	1,5	37,0	3,9	23,5	2,7
Renda média dos produtos de origem animal (B)	Leite	298,0	46,1	217,0	23,2	275,5	34,7
	Desc animais	79,0	12,2	75,0	8,0	77,0	10,1
	Bicho-da-seda	19,0	2,9	104,0	11,1	61,5	7,0
	Avicultura	0	0	14,0	1,5	7,0	0,8
Renda média extra (C)	Aposentadoria	43,0	6,7	169,0	18,1	106,0	12,4
	Arrendamento	0	0	23,0	2,4	11,5	1,2
	Trab. externo	35,0	5,5	77,0	8,2	56,0	6,8
	Outras	6,0	1,0	7,0	0,8	6,5	0,9
Rendimento médio familiar total (A+B+C)		646,0	100,0	935,0	100,0	790,5	100,0

Fonte: pesquisa de campo, 2004 – Questionários.

(*) Renda média considerando o total de informantes.

Cabe assinalar que a pesquisa foi realizada em um período agrícola em que os produtos estavam com preços “elevados” em relação aos preços dos produtos agrícolas obtidos nas safras anteriores. No caso da mandioca e do leite, dois produtos com pesos elevados na renda total das famílias, 21,9% e 34,7% respectivamente (média dos dois PAs), os produtos foram comercializados em média a R\$ 240,00/tonelada no caso da mandioca e R\$ 0,50/litro no caso do leite.

Conforme se pode verificar na Tabela 15, a renda média mensal gerada por uma família de assentado do PA Lua Branca foi de R\$ 646,00, enquanto que do PA Indaiá foi de R\$ 935,00. São valores bastantes díspares em se tratando de assentamento de reforma agrária.

A explicação para esse fenômeno pode estar relacionada a uma série de fatores que tentaremos elucidar adiante.

Os agricultores que trabalham com sericicultura, por exemplo, possuem uma renda média mensal geralmente maior que os demais. Em média são R\$ 1.170,00 no PA Lua Branca e R\$ 1.179,00 no PA Indaiá, porém, do PA Lua

Branca apenas 2,4% dos produtores (Três barracões de bicho-da-seda) praticam esta atividade, enquanto que do PA Indaiá são 10% (66 barracões de bicho-da-seda). Vale lembrar que os agricultores que trabalham com sericicultura possuem também outras atividades.

Desta maneira a renda total referente a sericicultura no PA Lua Branca corresponde a 2,9% do total das rendas familiares enquanto que do PA Indaiá corresponde a 11,1%, fato que contribui para elevação da renda dos assentados do PA Indaiá.

A renda referente à aposentadoria também possui um peso bastante diferenciado entre os dois PAs. Das famílias amostradas, do PA Lua Branca, 8,8% são aposentados enquanto que do PA Indaiá são 42%. Assim, a renda referente a aposentadoria do PA Lua Branca corresponde a apenas 6,7% do total das rendas, enquanto que do PA Indaiá corresponde a 18,1%.

Em relação à renda agrícola observa-se que não há diferença significativa no total das rendas entre os dois assentamentos, o que não ocorre no caso da renda pecuária. Conforme se pode verificar na tabela, as rendas dos PAs está distribuída em média da seguinte forma: no PA Lua Branca, da renda total das famílias, 61,2% refere-se à renda pecuária, 25,6% refere-se à renda agrícola e 13,2% refere-se a rendas extras incluindo aposentadoria, trabalho externo e outros (6,7% + 5,5% + 1,0%). No PA Indaiá da renda total das famílias, 43,8% refere-se à renda pecuária, 26,7% refere-se a renda agrícola e 29,5% refere-se a rendas extras incluindo aposentadoria, arrendamento, trabalho externo e outros (18,1% + 2,4% + 8,2% + 0,8%).

Os dados demonstram que a renda dos assentados baseia-se numa combinação de diversas fontes de renda. Isto explica em parte o sucesso dos assentamentos estudados. Segundo Romeiro (1994), as fontes de renda não agrícolas também são importantes para as famílias assentadas visto que em determinado período do ano, parte dos assentados ficam subempregados, principalmente no período da entressafra, e, nessas épocas, assumem outras atividades temporárias.

Este fato não deve ser avaliado, como tem sido feito, pelo seu aspecto negativo, qual seria, as dificuldades da pequena produção em gerar suficiente renda agrícola para a manutenção dos produtores na terra. Ele deve ser avaliado, ao contrário, pelo seu aspecto positivo, na medida em que ele revela a capacidade de sobrevivência da pequena produção [...] (ROMEIRO, 1994, p. 78).

Na amostragem, verificou-se que existem grandes disparidades de renda entre os assentados. No PA Lua Branca a renda média da família variou de R\$ 228,00 a R\$1.260,00 enquanto que no PA Indaiá variou de R\$118,00 a R\$2.896,00. Assim, a situação geral observada não reflete a situação de todos os assentados, exatamente por se tratar de médias.

Conforme se pode verificar na tabela seguinte, existe um alto grau de diferenciação de renda entre as famílias assentadas: um grupo de famílias, formados por aproximadamente 11% do total (11,45%), que sobrevive com menos de R\$300,00 da renda total; um segundo grupo de aproximadamente 24% das famílias, cujas rendas oscilam R\$300,00 e R\$600,00 por família e, finalmente, um grupo formado por 64,6% das famílias, que ganha mais de R\$600,00 em média.

Tabela 16. Distribuição de renda por família em R\$ correntes)*.

Localidade	Até R\$ 300,00	De R\$ 300,00 a R\$ 600,00	Acima de R\$ 600,00
PA Lua Branca (A)	16,6%	25,0	58,4
PA Indaiá (B)	6,3	22,9	70,8
A+B	11,45	23,95	64,6

Fonte: pesquisa de campo – Questionários.

(*) Renda média considerando o total de informantes.

Vale ressaltar, que os valores de renda dos grupos referem-se à renda total obtida pela unidade familiar. Em relação à renda per capita, o quadro muda significativamente. Considerando que cada família é formada por aproximadamente 4 pessoas (4,2 pessoas no PA Lua Branca e 4,3 pessoas no PA Indaiá), e que a força de trabalho familiar no assentamento é de 3,18 pessoas por lote no PA Indaiá e 2,71 pessoas por lote no PA Lua Branca, temos o seguinte quadro.

Tabela 17. Renda média familiar per capita e renda média por trabalhador (em R\$ correntes)*.

Localidade		Renda média per capita	Renda média por trabalhador
PA Lua Branca (A)	R\$	153,80	238,37
PA Indaiá (B)	R\$	217,44	294,02
A+B	R\$	185,62	266,19

Fonte: Pesquisa de campo, 2004 – Questionários.

Este resultado revela-se bastante significativo se comparado com a média salarial da população de baixa renda do município, onde 47,28% da população com 10 anos ou mais de idade não possui qualquer rendimento, conforme os dados do IBGE 2000.

Cabe assinalar, que os valores de rendas dos PAs pesquisados, que à primeira vista parecem bastante altos, se explicam, quando se considera os dados da produção agropecuária total dos assentamentos (Tabela 18).

Tabela 18. Desempenho dos principais produtos agropecuários dos assentamentos e do município*.

Localidade		PA Lua Branca	PA Indaiá	Município
Produto	Unidade			
Algodão	Área (ha)	5	82	1.554
	Kg/ha	1000	1800	2.050
	Total/ton.	5	147,6	3.185,7
Amendoim	Área (ha)	—	1,5	3
	Kg/ha	—	1.800	1.667
	Total/ton.	—	2,7	5
Mandioca	Área (ha)	92	300	1.403
	Kg/ha	15.000	17.000	16.000
	Total/ton.	1.380	5.100	22.448
Milho 1ª e 2ª safra	Área (ha)	17	108	6.110
	Kg/ha	1.900	2.200	4.093
	Total/ton.	32,3	237,6	25.008
Soja 1ª e 2ª safra	Área (ha)	—	60	16.958
	Kg/ha	—	2.600	1.701
	Total/ton.	—	156	28.828,6
Rebanho Bovino	Unidade/animal	1.900	14.536	231.950
Sericicultura	Barracão	3	62	125
	Kg/barracão/mês	196	196	159,2
	Kg/ano	4.116	85.064	238.758
Vacas ordenadas	Cabeça	600	2500	6.618
	Litro/cabeça/dia	3,5	3,6	3,16
	Total/l/ano	768.600	3.294.000	7.542.000
Cana-de-açúcar	Área (ha)	37	153	13.629
	Kg/ha	50.000	60.000	80.000
	Total/ton.	1.850	9.180	1.090.320

Fonte: - Assentamentos. Pesquisa de campo – Questionários.

- Município. IBGE, 2004. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) e Levantamento da Produção Pecuária por Município (PPM).

(*) Os valores da Tabela referem-se às áreas totais dos assentamentos e do município

Acredita-se que a análise da produção geral dos assentamentos é fundamental para a compreensão da renda familiar individual.

Os valores obtidos foram coletados por ocasião das entrevistas com os assentados e lideranças e também junto as fecculárias e laticínios que comercializam os produtos. Cabe assinalar que durante as entrevistas, outros fatores correlatos também foram levantados. Perguntou-se, por exemplo, sobre

os meios de produção praticados por outros assentados. Conforme a resposta anotou-se o nome da pessoa, área e produto de forma que não possibilitasse ocorrer duplicidade nas respostas. Com isto, foi possível produzir um banco de dados onde se apurou o valor descrito na Tabela 19.

Tabela 19. Produtos agropecuários identificados nos assentamentos Indaiá e Lua Branca, em Mato Grosso do Sul e freqüência(*) em porcentagem de agricultores por produto**

Assent/Qtide produtores		PA Indaiá	Qtide produtores	PA Branca	Lua Qtide produtores
Produto	Unidade	Total	%	Total	%
Algodão	ha	82	6,2	5	3,2
Amendoim	ha	1,5	0,3	0	0
Amoreira	ha	162	10,0	8	2,4
Arroz	ha	3	2	0	0
Café	ha	11	4,0	0	0
Cana de açúcar	ha	153	65	37	75
Capim elefante	ha	102	55	25	70
Fruticultura	ha	3,5	0,5	0	0
Feijão	ha	20,0	12	3	2
Horticultura	ha	5,5	0,5	0	0
Mandioca	ha	300	25	92	30
Milho	ha	108	6,0	17	8,0
Pepino	ha	3	0,15	0	0
Leite	Litro/ano	3.294.000	81	768.600	95
Rebanho Bovino	Unid/animal	14.536	81	1900	95
Sericicultura	Kg	12.152	10	588	2,4
Soja	ha	60	1	0	0

Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

(*) No caso da freqüência (quantidade de produtores), não considerou-se as famílias que praticavam a atividade somente para consumo próprio.

(**) A Tabela traz a listagem dos produtos, as unidades de medida utilizados, o total e a porcentagem de produtores que praticam no total dos PAs.

Segundo dados obtidos no PA Lua Branca, por exemplo, colheu-se na safra 2003/2004, 92 hectares de mandioca, produzindo 1.380 toneladas (15 toneladas por hectare). Como o preço por tonelada foi praticado a aproximadamente R\$240,00/ton., tem-se então, somente com a cultura da mandioca uma renda média bruta de R\$222,00 por família no assentamento. No caso da produção de leite, que possui um peso maior na renda do assentado (46,1%), foi comercializado aproximadamente 1.010.880 de litros conforme

informação dos laticínios que compram o produto na região. Como o preço por litro foi praticado a aproximadamente R\$0,50, tem-se uma renda média bruta mensal de R\$339,67 por família somente com a comercialização do leite. O mesmo tipo de cálculo pode ser aplicado ao PA Indaiá que colheu aproximadamente 300 hectares de mandioca e produziu aproximadamente 3.294.000 litros de leite.

Quando se observa os dados de todo o assentamento e não apenas das amostras, admite-se que o cálculo da renda média das famílias amostradas pode ser considerado suficientemente representativo no conjunto das famílias dos assentamentos.

Segundo Romeiro (1994), os assentados gastam em média 15% de sua renda bruta para produzir, percentual bastante baixo se comparado com a agricultura moderna.

[...] a baixa incidência dos custos de produção do assentamento de reforma agrária deve ser entendidos no contexto da pequena produção familiar do campo, cuja lógica de reprodução é diferente da agricultura comercial, principalmente no que diz respeito à não imputação de salário ao trabalho familiar (ROMEIRO, 1994, p. 25).

Exemplificando, pode-se citar a produção de leite do PA Indaiá onde os produtores que exploram a pecuária leiteira com tecnologia mais avançada (fornecimento de ração concentrada e capineira), têm um custo de produção de R\$0,22 por litro enquanto aqueles com tecnologias rudimentares têm um custo de produção de R\$0,10 por litro. Isto diminui em parte, as perdas pela baixa produtividade dos assentados que dispõem de menos recursos.

6.2 Os fatores endógenos e o projeto de vida

Ao escolher para a realização desta pesquisa um assentamento criado em 1999 e outro criado em 2001, objetivou-se trabalhar com áreas que permitissem uma análise mais ampla da realidade dos assentamentos, bem como investigar se essas duas realidades possuem características distintas quanto a organização da produção.

A análise procurou também comparar a situação atual com a situação anterior solicitando aos informantes sua condição de vida e de trabalho atual e anterior ao assentamento.

Constatou-se durante a pesquisa que a passagem para a condição de assentado proporcionou melhores condições econômicas e sociais para os camponeses. Evidencia-se assim, que a conquista do espaço físico traz segurança ao assentado.

“A terra para mim é a vida e agora eu me sinto dono, não sou mandado por ninguém. Quando saio sei que tenho um lugar para onde voltar, tenho um lar para mim e para minha família. Por isso eu digo que valeu a pena toda luta, todo sacrifício (SANTOS¹⁸).

Neste relato percebe-se a importância da propriedade da terra para os camponeses. O assentamento para ele é antes de tudo o lugar de realização da vida, onde ele pode sobreviver de forma digna. Estas palavras dão um sentido de liberdade ao camponês, como já destacou Almeida (2003):

A conquista da terra e, portanto, do assentamento se insere numa concepção de liberdade que se contrapõe a ilusória liberdade burguesa, porque dá ao indivíduo a possibilidade de se realizar como ser portador de sonhos, de aspirações como, por exemplo, do desejo de se enraizar. (ALMEIDA, 2003, p. 325).

Frente ao exposto, cumpre-nos afirmar que o acesso a terra significa para o camponês a obtenção de um lar onde eles podem sonhar com um futuro melhor para sua família. Quando inquiridos se a situação melhorou, afirmam sentirem-se mais seguros hoje, quando comparados com a situação anterior. Krausky¹⁹ arrisca-se em dizer: “aqui todo mundo vive bem!”.

Constatou-se também que a inserção de novos trabalhadores no local,

¹⁸ Assentado PA Lua Branca

¹⁹ Assentado PA Indaiá

trouxe conseqüências não somente para suas vidas, mas para a região onde estão inseridas.

Analisando-se a dinâmica do município em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) (Tabela 20), observa-se que os resultados são bastante expressivos em relação aos municípios vizinhos e ao Estado.

Em relação ao ranking no PIB do Estado, o município de Itaquiraí aparecia em 47º lugar em 1997, subindo para 27º em 2003, enquanto que Iguatemi, Naviraí e Mundo Novo regrediram.

Tabela 20. Produto Interno Bruto de alguns municípios vizinhos de Itaquiraí e do Estado (MS) a preço de mercado em valores correntes nos anos de 1997 e 2003.

Município	Valor do PIB		PIB Per Capita		% crescimento 1977-2003	Ranking no PIB/MS	
	1997	2003	1997	2003		1997	2003
Eldorado	36.552.780	92.084.796	3.576	8.316	151,9	50º	46º
Iguatemi	48.419.650	122.901.031	3.916	8.404	153,8	36º	41º
Itaquiraí	42.782.975	175.043.666	3.295	10.393	309,15	47º	27º
Mundo Novo	42.153.005	82.821.984	2.642	5.164	96,4	48º	50º
MS	9.292.086.000	18.969.504.600	4.729	8.633,8	104,15	-	-

Fonte: Secretaria de Planejamento e de Ciências e Tecnologia – SEPLANCT/MS - 2006

Observa-se na Tabela que o crescimento do PIB do município de Itaquiraí foi muito superior ao dos municípios vizinhos e ao do Estado

Acredita-se que estes resultados podem estar relacionados ao grande número de assentamentos que se instalou no município nos últimos anos. Vale à pena lembrar que Itaquiraí, possuindo apenas 0,58% da área do Estado detém 10,43% das famílias assentadas, distribuídas em oito assentamentos, e 4,2% das famílias assentadas em sete acampamentos.

Uma das principais mudanças trazidas pelos PAs refere-se a oferta de uma maior diversidade de produtos agropecuários na economia local.

O volume de dinheiro que circula em função dos financiamentos produz impacto na economia local.

Com relação a *organização da produção*, não observou-se diferença significativa entre um e outro assentamento. Foram encontradas diversas experiências que não deram certo, ao mesmo tempo que novas tentativas são iniciadas em ambos assentamentos. Praticamente todas as formas cooperativas antigas faliram ou nunca funcionaram.

A COPRAIL teve suas atividades encerradas em 2005, enquanto a COPERSUÍ foi criada em 2002, mas não chegou a atuar. A COPERLEITE, criada em 2003, está ainda em fase de estruturação. A COPASUL não é acessível a todos os trabalhadores devido a alta taxa de adesão dos associados e a forma como atua. As colônias Z-13, Z-16 E Z-18 situam-se no Estado do Paraná; são entidades bem organizadas e obrigatórias devido a legislação brasileira de pesca.

O grupo de mulheres do assentamento Indaiá é um exemplo de associativismo que vem dando certo; sucesso que pode ser comprovado no contato com as associadas. “Tudo que a gente fabrica vende”, afirma Santos²⁰.

Quanto às associações, cinco delas estão desativadas, três foram criadas recentemente portanto estão se estruturando, e uma, da escola agrícola, funciona normalmente.

As formas cooperativas que são obrigatórias ao trabalhador, como é o caso da associação do colégio agrícola e as colônias de pescadores funcionam normalmente.

As diferenças significativas entre os dois assentamentos dizem respeito as explorações agropecuárias. Produtos como amendoim, café, arroz, hortícola, são encontradas apenas nos PA Indaiá.

Quanto à sericicultura, uma atividade que produz bons resultados nos assentamentos, é mais adotada no PA Indaiá, talvez pela jovialidade do PA Lua Branca. Da renda total do PA Indaiá 11,1% refere-se a sericicultura enquanto que do PA Lua Branca somente 2,9% da renda refere-se a esta atividade. O que significa frequência de 10% no PA Indaiá e 2,4% no PA Lua Branca.

Produz bons resultados também a atividade pesqueira, embora seja praticada por um número reduzido de camponeses. Existem em torno de 25

²⁰ Assentada e líder do Grupo de Mulheres do PA Indaiá.

camponeses no PA Indaiá. É uma atividade que não pode ser adotada por qualquer pessoa já que depende do aspecto cultural e ideológico de cada um.

Observa-se que o uso sustentável do solo é uma necessidade eminente para a melhoria da qualidade de vida dos colonos, porém, a falta de informações sobre o assunto é geral. Dentre os aspectos relacionados à produção agropecuária, a conservação do solo é prioridade, pois a produtividade tende a cair ainda mais em decorrência de fatores que aceleram a degradação, como a erosão. Em diversos pontos dos assentamentos foi observada a má utilização do solo inclusive promovendo um avanço do processo erosivo nas partes mais declivosas.

Observou-se que mesmo aqueles assentados que usam fertilizantes químicos e agrotóxicos, o fazem com pouco conhecimento, e sem qualquer equipamento de proteção individual (Figura 17), podendo acarretar sérios riscos à sua saúde. O pulverizador é abastecido, na maioria dos casos, com água de poço comum, a mesma que o produtor usa para o abastecimento da casa.

Foto: Claudio R. Anjos



Fig. 17 – PA Indaiá. Assentados aplicando o agrotóxico sem o EPI (Equipamento de Proteção Individual)

Nas terras dos assentamentos, principalmente no Lua Branca existem sérios riscos de degradação ambiental, devido ao solo arenoso aliado a acentuada declividade das vertentes.

A situação se torna ainda mais agravante porque os trabalhadores

desconhecem os riscos da destruição das matas ciliares (Figura 18) e de galerias, e as instituições governamentais responsáveis pela fiscalização das áreas que deveriam ser preservadas, trata o caso com desdém, facilitando o uso das margens dos córregos de forma inadequada. O próprio INCRA invadiu as áreas de preservação permanente ao recortar os lotes mostrando incompetência ou pouco caso ao tratar a questão ambiental.

Foto: Claudio R. Anjos



Fig. 18 – Córrego Itaquiraí. Inexistência da mata ciliar.

Com base nas informações efetuadas constatou-se que mesmo com a proibição do INCRA da venda dos lotes, muitos assentados os vendem (são aproximadamente 33% do PA Indaiá e 14,5% do PA Lua Branca, conforme a amostragem). Os motivos das vendas são os mais diversos: idade avançada, frustrações de safras, doenças e atração da oferta. Além disto, entre os assentados, existem pessoas que não possuem afinidade com o trato agrícola por estar há muito tempo em outras atividades. Outras pessoas, por terem sido sorteadas com terras “fracas” ou por encontrar dificuldade em gerenciar suas atividades, vendem seus direitos e novamente retornam para a cidade. Outros ainda, vendem seus lotes e compram em outro assentamento.

É possível observar que a maioria dos compradores obtêm rendimentos superiores em suas explorações. Isto se deve principalmente ao potencial de investimento e empreendedorismo dos que compram.

Um dos maiores entraves do assentamento Lua Branca é a baixa fertilidade natural de suas terras, que se acentuou devido a sucessivos cultivos de cana-de-açúcar que abastecia uma usina da região. Sob o ponto de vista agrônomo, pode-se considerar que a terra ali, encontra-se imprópria para a agricultura devido a baixa capacidade de investimento do agricultor. Talvez, por isto, a atividade desenvolvida em 95% das propriedades é a pecuária leiteira.

Conforme pesquisa de campo, do PA Indaiá, 81% tinham a pecuária como atividade principal, 10% a sericicultura e 9% a agricultura. Do PA Lua Branca, 95% tinha a pecuária como atividade principal, 2,4% a sericicultura e 2,6% a agricultura.

Tabela 21. Principais atividades desenvolvidas nos PAs Indaiá e Lua Branca, em Mato Grosso do Sul e freqüência (*) em porcentagem de agricultores por produto**.

Assent/Qtde produtores		PA Indaiá freqüência		PA Lua Branca freqüência	
Produto	Unidade	Total	%	Total	%
Agricultura	Ha	594	09	117	2,6
Rebanho Bovino	Unid/animal	14.536	81	1900	95
Sericicultura	Kg	12.152	10	588	2,4

Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

(*) Praticam a atividade como principal fonte de renda monetária.

(**) A Tabela traz a listagem dos produtos, as unidades de medida utilizados, o total e a porcentagem de produtores que praticam no total dos PAs.

Algumas questões emergem desta realidade marcada com encontros e desencontros na esfera produtiva dos assentamentos estudados, tais como: por que assentamentos com histórico e formação distintos possuem tanta similitude principalmente no tocante aos limites produtivos? Por que as formas de organização da produção voltadas para a inserção do assentado no mercado estão em crise?

Para pensar estas questões é necessário entender qual é o projeto de vida dos assentados e não para os assentados. É necessário destacar que não se trata de eximir o Estado da responsabilidade com a falta de políticas agrícolas, muito menos negar as dificuldades de produção, comercialização e geração de renda monetária que a unidade de produção camponesa atravessa, mas localizar outros

parâmetros que indiquem na percepção dos assentados a busca de caminhos outros que aqui chamaremos de projeto de vida.

Desta forma, um olhar acerca da produção para o autoconsumo²¹ se revela como possibilidade de pensarmos os impactos internos positivos da reforma agrária.

O fato de não mensurar-se a renda consumo no cálculo da renda dos assentados deve-se a enorme complexidade que envolve a sua apuração. “Tirar” do camponês esses detalhes exige tempo e recursos indisponíveis nesta pesquisa. Entretanto acredita-se que a prática de autoconsumo é fundamental na gestão da vida dos assentados.

A renda consumo tem que ser considerada ao avaliar a renda dos assentamentos. Segundo Romeiro (1994, p. 89), a estimativa de renda equivalente às práticas de autoconsumo aparece como a parcela de maior magnitude significando até 37% da renda total em poder das unidades familiares dos assentados.

Conhecer melhor as práticas de autoconsumo e seus efeitos econômicos e sociais parece ser fundamental sob vários ângulos. Não levá-las em consideração significa na prática ou aceitar como inevitável a pauperização crescente dos contingentes mais desprovidos ou acreditar na possível transferência de recursos através do Estado ou de instituições de caridade que assegurem a sobrevivência de tais parcelas. (ROMEIRO, 1994, p. 92).

A maioria dos camponeses dispõe, por exemplo, de leite, galinhas, queijo, mandioca e verduras. Os principais produtos consumidos nos dois PAs são pela ordem: leite, aves, verduras, mandioca, queijos e frutas.

²¹ Renda de autoconsumo: é a renda gerada pela atividade de consumo de sua própria produção (...). (...) trata-se da renda que o agricultor obteria se vendesse ao invés de consumir esta parcela da produção; (ROMEIRO et al., 1994, p. 22).

Em geral, as unidades que adotam a sericicultura ou a pecuária tendem a apresentar pior nível de autoconsumo enquanto que aqueles que cultivam lavouras temporárias tendem a apresentar melhor nível.

No caso específicos dos assentamentos estudados, a renda de autoconsumo é relativamente baixa porque poucos produtores plantam arroz e feijão, por exemplo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou analisar a produção e organização produtiva em dois assentamentos de reforma agrária numa determinada região de Mato Grosso do Sul. Buscou-se entender o desenvolvimento dos aspectos produtivos em um assentamento antigo, Indaiá implantado em 1989 e um assentamento mais jovem, implantado em 2001.

No trabalho de campo observou-se que a agropecuária praticada nos assentamentos apresenta produtividade aquém do potencial produtivo das explorações em vista da baixa capacidade de investimento do camponês. Acredita-se que se faz necessário uma política agrícola que contemple os camponeses com subsídios como o seguro agrícola e a garantia de preços mínimos. Mas, apenas subsidiar a produção familiar não resolveria a questão, visto que as tecnologias disponíveis requerem conhecimento para a sua aplicação. Qualquer investimento desta natureza deve vir acompanhado de assistência técnica de qualidade visando melhores índices de produtividade agrícola e pecuário e assim proporcionar melhores condições de reprodução ao camponês.

A presença de técnicos agrícolas e agrônomos é essencial para o planejamento da produção em função das necessidades atuais de recuperação e conservação dos recursos naturais. A ausência de profissionais que oriente a produção, na verdade demonstra a ausência do Estado, quando afirma que está realizando reforma agrária.

Através da análise teórica percebeu-se que o INCRA e o MST tentam criar alternativas na tentativa da inserção do assentado no mundo da produção de mercadoria. Assim, através dos sistemas cooperativos procura explorar o ideal de solidariedade dos camponeses para construir a resistência nos assentamentos ao mesmo tempo integrando-os ao mercado.

As evidências encontradas no decorrer desta pesquisa deixam claro que a orientação produtiva tanto do INCRA como do MST encontra-se em crise nos assentamentos estudados.

Os dados coletados a campo indicam que os sistemas cooperativos existentes passam por um momento de pouca credibilidade, em vista dos fracassos apresentados; por outro lado, observa-se que os assentados estão constantemente em busca da cooperação. Nos últimos anos observou-se a desintegração de cooperativas e associações ao mesmo tempo em que outras foram e estão sendo criadas.

Acredita-se que a situação que ora se manifesta nos assentamentos em relação ao cooperativismo tem estreitas relações com a forma em que são criados.

Neste sentido, procurou-se através da análise teórica compreender as razões que conduziram a esta realidade. Compreendeu-se desta forma que o coletivismo tem que partir das relações sociais de produção, ou seja, da realidade social e cultural dos assentados, e não conforme o modelo do MST, que tem como proposta a produção de mercadorias como forma de resistência nos assentamentos e entende que a cooperação seria a única forma de se atingir esse objetivo.

Fabrini (2003) entende que as cooperativas agrícolas, sustentadas na inserção do camponês no mercado como forma de viabilização, como quer o MST, poderá encontrar uma série de obstáculos em seu desenvolvimento.

Os fatos têm demonstrado muitas dificuldades de sobrevivência das cooperativas na esfera do mercado, tanto aquelas tradicionais, como as de resistência, que não contam com o apoio do poder público (Estado) como ocorre com os empreendimentos capitalistas privados (FABRINI, 2003, p. 116).

Embora a forma hegemônica de cooperação nos assentamentos seja a associação, os dados coletados mostram uma realidade cercada de desconfiança e revolta. Seja porque as atividades programadas não são cumpridas no prazo, seja porque surgem grupos de poder manipuladores geralmente liderados pelos presidentes das associações conforme pode-se perceber no relato de Botelho²²

²² Botelho. Engenheiro agrônomo do IDATERRA e vice-prefeito de Naviraí.

que há muitos anos dedica-se aos assentamentos:

Hoje a associação tem pouca credibilidade. Os maus exemplos dos presidentes usufruírem da associação em benefício próprio tem afastado o produtor rural. Tem associação que tem presidente eterno. Ele não faz reunião, pega umas assinaturas dos mais chegados para continuar presidindo.

Os motivos declarados para o insucesso das organizações são os mais diversos, porém, a principal argumentação está relacionado com a falta de confiança nas lideranças, que na maioria das vezes são taxados de paternalistas. Como podemos perceber também na fala de Dalgallo²³.

Atualmente o pessoal se desligou totalmente por causa de alguma coisa que está acontecendo, prestação de conta, uma verba que veio de fora, aí o pessoal desacreditou. Era uma associação de interesse de dois, três sócios. E aqui no município tem várias associações desse jeito.

Por outro lado existem líderes também insatisfeitos como percebe-se nas palavras de Batista²⁴.

Os movimentos sociais não abona sequer cinquenta centavos de troco os serviços de lideranças. Você tem que fazer milagre, você tem que ser um cristo. Acontece que você tem que comer, vestir, e se você não tem assim uma ajuda de custo, você vai à pique.

Neste contexto, observa-se que o pouco conhecimento em questões associativas tem contribuído para a aversão dos assentados a práticas coletivas.

Outro fator de conflito dentro da associação está relacionado ao uso coletivo das máquinas e equipamentos.

O trator, por exemplo, pode transformar-se em objeto de discórdia, pois pertence a um grupo de pessoas com ideais e necessidades diferentes. Os

²³ Dalgallo. Assentado do PA Lua Branca.

²⁴ Gonçalves. Assentado do PA Indaiá (Distrito Verde)

problemas podem surgir e evoluir, formando um grupo de descontentes, que podem desligar-se da associação.

O partidarismo político também causa rompimento de relações no seio de uma associação. Em época de eleição geralmente aparece um político a fim de fazer conchavos com os presidentes. O presidente passa então a fazer política em favor desse candidato causando rompimento de relações entre associados.

Através das informações contidas nos livros de atas, pode-se comprovar que a maioria das associações atua na ilegalidade. Talvez por isto, ao invés de regularizar uma associação que esteja paralisada, prefere-se abrir outra. Exemplo disto está na Associação dos Pequenos Produtores do Indaiá, que funcionou até 1999. Para sua reabertura é necessário recolher uma taxa de aproximadamente R\$4.000,00, (encargos financeiros não quitados nos últimos anos) valor que os assentados preferem não dispor, optando por abrir uma outra associação.

Observa-se desta maneira que a maioria das associações está sob o poder de gestores incapacitados ou desonestos. Neste sentido, o relato de Botelho²⁵ é revelador:

Salvo exceções você tem um presidente bem escolhido, porque aquele cara esperto, conversador, manipulador, passa a ser o presidente. Tem que fazer uma nova propositura de associação de produtores porque o sistema está desgastado. Temos que preparar a comunidade antes de eleger um presidente, levando em conta o perfil que queremos.

Entretanto, o fato de observarem-se vários sistemas cooperativos sendo organizados, significa um forte indicativo de que os camponeses acreditam no associativismo; e fica evidente que a cooperação tem que nascer por necessidade e iniciativa dos próprios camponeses e não por imposição do MST, das instituições governamentais ou financeiras.

As dificuldades encontradas pelos assentados para geração de renda monetária, obrigam-os a buscarem informações tecnológicas, conhecerem fontes

²⁵ Ronaldo Botelho. Engenheiro Agrônomo do IDATERRA e vice-prefeito de Naviraí

externas para aquisição de insumos e comercialização, empreenderem ações no sentido da obtenção da infra-estrutura desejada e dos benefícios dos programas do governo. Como essas necessidades estão aquém da força familiar do assentado, a cooperação pode ser a forma mais adequada de obtenção de sucesso em suas reivindicações e satisfação de suas necessidades. Atualmente, o camponês depara-se com problemas que só podem ser resolvidos coletivamente, assim, os indivíduos acabam instituindo uma associação para concretizar um interesse comum, sendo que os objetivos serão mais motivadores caso se aproximarem dos interesses do grupo; por outro lado, se uma organização for instituída com um objetivo muito restrito, como a aquisição de máquinas, por exemplo, logo deixará de ser interessante para os associados.

Assim, as organizações serão mais estáveis e duradouras, quando forem criadas para atender necessidades de interesse comum, preferencialmente de longo prazo, isto é, serão viáveis e em condições de perpetuar-se se o projeto inicial for sólido e bem estruturado e não quando for criada por interesse restrito como a aquisição de uma máquina ou a liberação de um recurso financeiro, pois, sendo assim, logo que o interesse for atendido, deixará de ser interessante para o grupo.

O Grupo de Mulheres que trabalha com artesanato é um exemplo de cooperação que está dando certo. Pouco a pouco vai solidificando-se e pode transformar-se em uma forma de organização mais ampla, que pode ser uma associação.

A imposição por parte do MST e de outras instituições públicas ou financeiras de um modelo ideal de organização da produção, limita o tempo de funcionamento dessas organizações. Assim, essas organizações que são impostas por indivíduos alheios ao meio rural já nascem fadadas ao insucesso. Por outro lado, aquela organização coletiva que é construída a partir da participação dos camponeses, isto é, de dentro para fora do assentamento tem grandes possibilidades de concretizar-se.

Cumpram então reafirmar que a crise por que passa a cooperação dentro dos assentamentos estudados pode estar relacionadas à forma como essas

organizações foram criadas, isto é, sem embasamento.

Para Fabrini, (2003a) a consciência coletiva dos camponeses é fabricada fora da esfera da produção e não procurando integrar o assentado ao mundo da mercadoria, como prega o MST:

(...) trata-se de uma consciência coletiva que se materializa enquanto força social sem necessariamente o desenvolvimento de forças produtivas e produção de mercadorias (...) (FABRINI, 2003a, p. 16).

Neste sentido, as formas de cooperação só se tornarão viáveis quando for fabricada, respondendo aos desígnios internos vindos dos associados.

Acredita-se que o associativismo deve obedecer a um processo dinâmico, de forma que suas atuações possam evoluir durante sua existência. Assim, os objetivos centrais que devem ser criados através das relações sociais de produção, podem adaptar-se abrindo novos horizontes. A compra em conjunto de insumos como fertilizantes, defensivos e sementes, a comercialização da produção, o transporte, a luta pela obtenção de infra-estrutura, o financiamento, a construção de armazéns, o lazer, são ações que podem ser realizadas por intermédio da associação.

Uma organização social estável poderia entre outros aspectos, reivindicar e cobrar uma atuação concreta dos organismos públicos de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, visto que a assistência técnica e social é uma necessidade eminente nos assentamentos estudados.

Tendo em vista o baixo conhecimento tecnológico dos assentados aliado às deficiências dos solos se faz necessária a presença de uma assistência técnica de qualidade na agropecuária. Desassistidos, os camponeses acabam não aproveitando o potencial produtivo dos empreendimentos. O IDATERRA, órgão oficial que deveria dar assistência técnica aos assentados e promover a extensão rural²⁶ está sucateado e com a maioria dos técnicos desqualificados. Os técnicos

²⁶ A extensão rural era um programa de assistência ao trabalhador rural desenvolvido pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), extinta no início dos anos 1990 durante o governo Collor. Iniciou-se no Brasil em Minas Gerais, em 1948, e foi sendo estendida a outros Estados. Tinha o papel de processar mudanças na maneira de cultivar a terra,

da empresa, que deveriam dar assistência às famílias no campo, somente dão conta da elaboração dos projetos de crédito rural e dos relatórios, trabalho que deveria estar sendo feito pelo banco.

Ao pensar em uma estratégia que possa contribuir para superação das dificuldades enfrentadas pelos assentados, evidencia-se a necessidade de uma política agrícola voltada ao pequeno produtor que inclua o resgate da extensão rural que teve seu fim decretado em Mato Grosso do Sul, em 1998. A extensão rural, baseada no modelo adotado pela Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (EMPAER) nos anos oitentas, poderia desenvolver estruturas e canais de diálogo que contribuísse para a escolha de lideranças, além do que poderia levar ao campo, novos conhecimentos científicos e assistência técnica proporcionando ao camponês condições dignas de reprodução e ao mesmo tempo preservando suas raízes culturais.

Cabe assinalar ainda que para pensar-se Reforma Agrária e Produção Camponesa é necessário avançar além do esquema da viabilidade econômica que está por trás da mensuração da renda monetária. Ou seja, não termina-se esta pesquisa prontos a responder se os assentamentos Indaiá e Lua Branca são viáveis economicamente ou não, se são um “sucesso” ou um “fracasso”, mas sim, cientes da complexidade que envolve a Reforma Agrária no tocante às estratégias internas à unidade de produção familiar, bem como das situações de bloqueio estrutural que cercam a produção camponesa gerando ora ganho monetário, ora perda de renda.

de criar o gado, de defender a saúde da família, de educar os filhos, e por fim de trabalhar em favor da própria comunidade. (SILIPRANDI, 2002, p. 40).

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O MST civiliza o campo**. In: UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS. Notícias destacadas. 16/07/2003.

Disponível em:

<http://www.ihu.unisinos.br/instituto/ihu/destaquesg/destaque.php?dest>.

Acesso em: 02/06/2005.

ALMEIDA, Rosemeire A. *Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul*. 2003. (doutorado em geografia) FCT, UNESP, Presidente Prudente, 2003.

AMARAL FILHO, J. P. R.; FORNASIERI, FILHO, D.; FARINNELLI, R.; BARBOSA, J. C. **Espaçamento, densidade populacional e adubação nitrogenada na cultura do milho**. Revista brasileira de ciências do solo. v. 29, n. 3. Viçosa: mai/jun. 2005.

ATLAS Multirreferencial. Mato Grosso do Sul: **Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral**. Campo Grande: convênio com o governo do Estado e fundação IBJE. 1990. 28p.

BARROS, M. A. L.; SANTOS, R. F. **Desempenho da Cotonicultura brasileira nas safras 1999/2000 e 2000/2001**. In: Anais do III Congresso Brasileiro de Algodão. Campo Grande, 2001.

BATISTA, L. C. **Uma Contribuição a formação do Professor de Geografia e a sua Atuação em Zona Rural**. Caderno de Formação. Campo Grande: UFMS, 1995.

BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. **A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000. 264p.

_____. **Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade**. Dissertação (mestrado em Geografia) Faculdade de Filosófica, letras e Ciências Humanas. USP, 1990.

_____. **Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade (estudo da vida camponesa na fronteira com o Paraguai)**. In: BATISTA, L. C. Movimento pelo repatriamento dos brasiguaios. UFMS, 1994. (Cartilha).

BRENNEISEN, E. C. **Relações de poder, dominação e resistência: a organização social e da produção em assentamentos rurais na região Oeste do Paraná**. Tese de doutorado. PUC/ São Paulo. 2000.

CARVALHO, Horacio Martins. **Formas de associativismo vivenciados pelo trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil.** ILCA/MEPF/NEAD. Curitiba, 1998.

Disponível em: <http://www.nead.org.br/download.php?form=pdf&id=199>
acessado em: 11-07-2005.

CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad econômica campesina. Buenos Aires: Nueva visión, 1974.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo – Brasil 2004.** Goiânia: CPT, 2005.

CONCRAB. **Quatro anos organizando a cooperação.** São Paulo: Revista Concrab, 1996.

_____. **Cooperativa dos assentados.** Caderno de cooperação nº 5. São Paulo, 1997.

DULLEY, R. D. ; CARVALHO, Y. M. C. **Uso do solo e meio ambiente nos assentamentos.** In: ROMEIRO, Ademar ; GUANZIROL, Carlos ; PALMEIRA, Moacir ; LEITE, Sérgio P. (Orgs.). **Reforma agrária, Produção emprego e renda: o relatório da FAO em debate.** Petrópolis: Vozes/lbase/FAO, 1994.

FABRINI, João E. **A Posse da Terra e o Sem-terra no sul de Mato Grosso do Sul: O Caso Itaquiraí.** Pres. Prudente: faculdade de Ciências e tecnologia / UNESP, 1996 (dissertação de mestrado).

_____. **Assentamentos de trabalhadores Sem-Terra: Experiências e Lutas no Paraná.** Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Edunioeste. Cascavel – PR, 2.001.

_____. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2003. 275 p.

_____. **As cooperativas nos assentamentos de sem-terra.** Revista de geografia. Campo Grande n. 18, Jul – Dez 2003a, p. 7-16.

GORDIN, M. H. O.; OLIVEIRA, T. C. M. **Cadeia produtiva e desenvolvimento local. (O caso da carne de frango em Mato Grosso do Sul).**

Disponível em: www.ucdb.br/coloquio/arquivos/mara.pdf. Acesso em 10 jul 2006.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MATO GROSSO DO SUL – IDATERRA. **Projeto de desenvolvimento do assentamento Lua Branca em Itaquiraí-ms - PDA:** Itaquiraí, 2002.

ITAQUIRAÍ. Prefeitura Municipal de Itaquiraí. Histórico: **Capitão João Paulo Cabreira era dono do município de Itaquiraí.**

Disponível em: <<http://www.itaquirainews.hpg.com.br/prcidade.htm>>. Acesso em 22/jul./05.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária.** 3 ed., São Paulo: Proposta, 1980.

LAMAS, et. al. **Perfil Socioeconômico dos produtores do assentamento Indaiá, Itaquiraí, MS.** Dourados, 2000 (Embrapa – CPAO. Documento, 17).

LEITE, Sérgio P. **Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais.** In: Seminário sobre a Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Fortaleza: SDR/MDA, 23-25, nov. 1998. Anais... p. 37-54.

LEITE, Sérgio P. ; HEREDIA, Beatriz ; MEDEIROS, Leonilde ; PALMEIRA, Moacir ; CINTRÃO, Rosângela (org.). **Impactos nos assentamentos: Um estudo sobre o meio rural brasileiro.** São Paulo: Editora da UNESP, (Estudos NEAD; nº 6), 2004.

LOURENÇO, Gilmar Mendes ; SOUZA, Mario Romeiro Pelegrini. **Indicadores econômicos.** In: MENDES, Judas Tadeu Grassi (Org.). **Economia empresarial.** Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus – AFESBJ / FAE BUSINESS School e da Editora Gazeta do Povo, 2002. 64 p. (Coleção Gestão Empresarial, 1)

MACEDO, M. C. M.; KIECHEL, A. “, ZIMMER, A. H. **Degradação e alternativas de recuperação e renovação de pastagens.** Campo Grande: EMBRAPA – CNPGC, 2000. 4p (Comunicado Técnico, 62).

MARTINEZ, H. E. P. et al. **Nutrição mineral, fertilidade do solo e produtividade do cafeeiro nas regiões de Patrocínio, Manhuaçu, Viçosa, São Sebastião do Paraíso e Guaxupé.** 2. ed., rev. e aum. – Belo Horizonte, 2004. 60p. (Epmig. Boletim técnico, 72)

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** 4 ed., Petrópolis: Vozes, 1990.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e de Ciência e Tecnologia. SEPLANCT-BDE/MS. **Produto Interno Bruto Municipal.**

Disponível em: www.iplan.ms.gov.br/ acesso em 01/08/2006.

_____. Secretaria de Planejamento e de Ciência e Tecnologia. SEPLANCT-BDE/MS. **Indicadores sócio-demográficos.**

Disponível em: <<http://www.seplanct.ms.gov.br>> acesso em: 11/05/2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Relatório da ouvidoria agrária.**

Disponível em: <http://www.mda.gov.br/arquivos/ouvidoria_5_2005.pdf>. Acesso em: 21/jul/05.

_____ **II Plano Nacional de Reforma Agrária. Paz, produção e qualidade de vida no meio rural.**

Disponível em: <http://www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf> acesso em: 21/03/ 2005.

_____ **Livro Revela Potencial Transformador de assentamentos no Brasil.**

Disponível em:

<<http://www.incra.gov.br/noticias/news/ano/2004/mes/Abril/semana4/23>> Acesso em: 21/06/2005.

MEDEIROS, L. ; FRANCO, M. ; BARBOSA, M. V. ; ESTERCI, N. ; LEITE, S. (Orgs.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** 1. ed. São Paulo: Edunesp, 1994. v. 1. 329p.

MIZUSAKI, Márcia Yukari, **Monopolização do território e reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul.** São Paulo/SP: FFLCH/USP, 2003. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo.

MST. **Associativismo e Desenvolvimento Rural.** Disponível em: <<http://www.mst.org.br/setores/concrab/indice.html>>. Acesso em: 25/jul./05.

NASCIMENTO, Clovis Eduardo de Souza. **A importância das matas ciliares do submédio São Francisco.** Petrolina: Embrapa Semi-árido, 2003. 26p (Documentos, 179).

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Modo capitalista de produção.** São Paulo: Ática, 1990.

_____ **“A não reforma agrária do MDA/INCRA no governo Lula.** Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural – CIRADR-FAO, Porto Alegre, RS. Mar 2006.

OLIVEIRA, E. A. M. **Efeito da distribuição espacial e da arquitetura de plantas no comportamento vegetativo e produtivo da mandioca (manihot esculenta crantz).** Dissertação de mestrado. Escola Superior “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo. Piracicaba, 1995. 62 p.

OTSUBO, A. A; LORENZI, J. O. **Cultivo da mandioca na Região Centro-Sul do Brasil.** Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste; Cruz das Almas: Embrapa Mandioca e fruticultura, 2004. (sistema de Produção), 116 p.

PRONAF. **Plano Safra para a agricultura familiar 2003/2004: Produzindo alimentos para um Brasil sem fome.**

Disponível em:

<http://www.pronaf.gov.br/plano_safra/documentos/pl_2003_4.doc>

ROMEIRO, Ademar ; GUANZIROL, Carlos ; PALMEIRA, Moacir ; LEITE, Sérgio P. (Orgs.). **Reforma agrária, Produção emprego e renda: o relatório da FAO em debate.** Petrópolis: Vozes/lbase/FAO, 1994.

ROSA, Pedro Ângelo da. **Resenha histórica de Mato Grosso (fronteira com o Paraguai).** Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2004.

SCOPINHO, R. A.; MARTINS, A.F.G. **Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de produção agropecuária:** Reflexo sobre o método. Revista Psicologia & Sociedade; 15 (2): 124-143; Jul./ 2003.

SCHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: v.18, n.51, 2003, p. 99-121.

SCHNEIDER, S. ; RADOMSKY, G. F. W. **A pluriatividade e as transformações do mercado de trabalho rural gaúcho: estudo de caso no município de Barão.** In: III seminário sobre o Novo Rural Brasileiro: Projeto Rurbano. Instituto de Economia Rural –UNICAMP. Campinas. jun/2003.

SILIPRANDI, Emma. **Desafios para a extensão rural: o “social na transição agroecológica.** Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v 3, n 3, jul/set 2002.

Disponível em: www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n3/

SOUZA, Maria Antônia. **As formas organizacional de produção em assentamentos rurais do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra/MST.** Tese de doutorado em educação. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

SPRANDEL, Márcia Anita. Brasiguaios: **Conflito e identidade em fronteiras internacionais.** Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

_____. Brasiguaios: **conflitos e identidade em fronteiras internacionais.** In: BATISTA, L. C. Movimento pelo repatriamento dos brasiguaios. UFMS, 1994.(Cartilha).

STÉDILE, João Pedro; GOERGEN, Frei Sérgio (orgs.) **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária.** Petrópolis, Vozes. 1991.

STÉDILE, João Pedro ; GOERGEN, Frei Sérgio. **A luta Pela Terra no Brasil**. SP. Scritta, 1993

STÉDILE, J. P. (Coord.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da universidade. UFRGS, 1994.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

TINOCO, S. T. J. (Coord.). **Manual de sericicultura**. Campinas: CATI, 2000. 71 p. (CATI. Manual Técnico, 75)

TOLEDO, Eliziário. **Organizar para produzir**. FETAG/RS, 2004. <<http://www.fetags.com.br/site/home/noticiasdet.php>>. Acesso em: 07/06/2005

UNIRCOOP. **Panorama do Cooperativismo Brasileiro: história, cenário e tendências**. Março de 2003. Ed. Rede Universitária das Américas para Estudos Cooperativos e Associativismo Regional Brasileiro). Disponível em: <<http://www.neticoop.org.uy/documentos/dc0325.pdf>> Acesso em: 06/06/2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Em 7 anos, mais famílias assentadas do que em três décadas**. Disponível em: <www.agr.feis.unesp.br/reforma_agraria.pdf>. Acesso em: 21/03/2005.

VAZZOLER, M. R.; EID, F. **Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária: A sobrevivência de cooperativas do MST na economia capitalista**. Anais do 2º congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004.

WOORTMANN, KLAAS. **Modo de produção doméstica em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins**. Departamento de antropologia. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Brasília, 2001. (Série antropológica).

_____. **“Com parente não se neguceia”**. O campesinato como ordem moral. In: Anuário Antropológico/87. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro. 1990.

YOSHII, Kazuhiro; CAMARGO, Amabilio J. A.; ORIOLI, Alvaro Luiz. (Orgs.) **Monitoramento ambiental nos projetos agrícolas do Prodecer**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2000. 162p. : il.

YOKOYAMA, L. P.; STONE, L. F. **Cultura do feijoeiro no Brasil: características da produção**. Santo Antonio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2000, 75p.

ANEXO

Mapa 3 - Brasil

Município das áreas pesquisadas



Fonte: Leite et al., 2004.
Modificado por: Anjos, 2005.

Mapa 4 - Mato Grosso do Sul

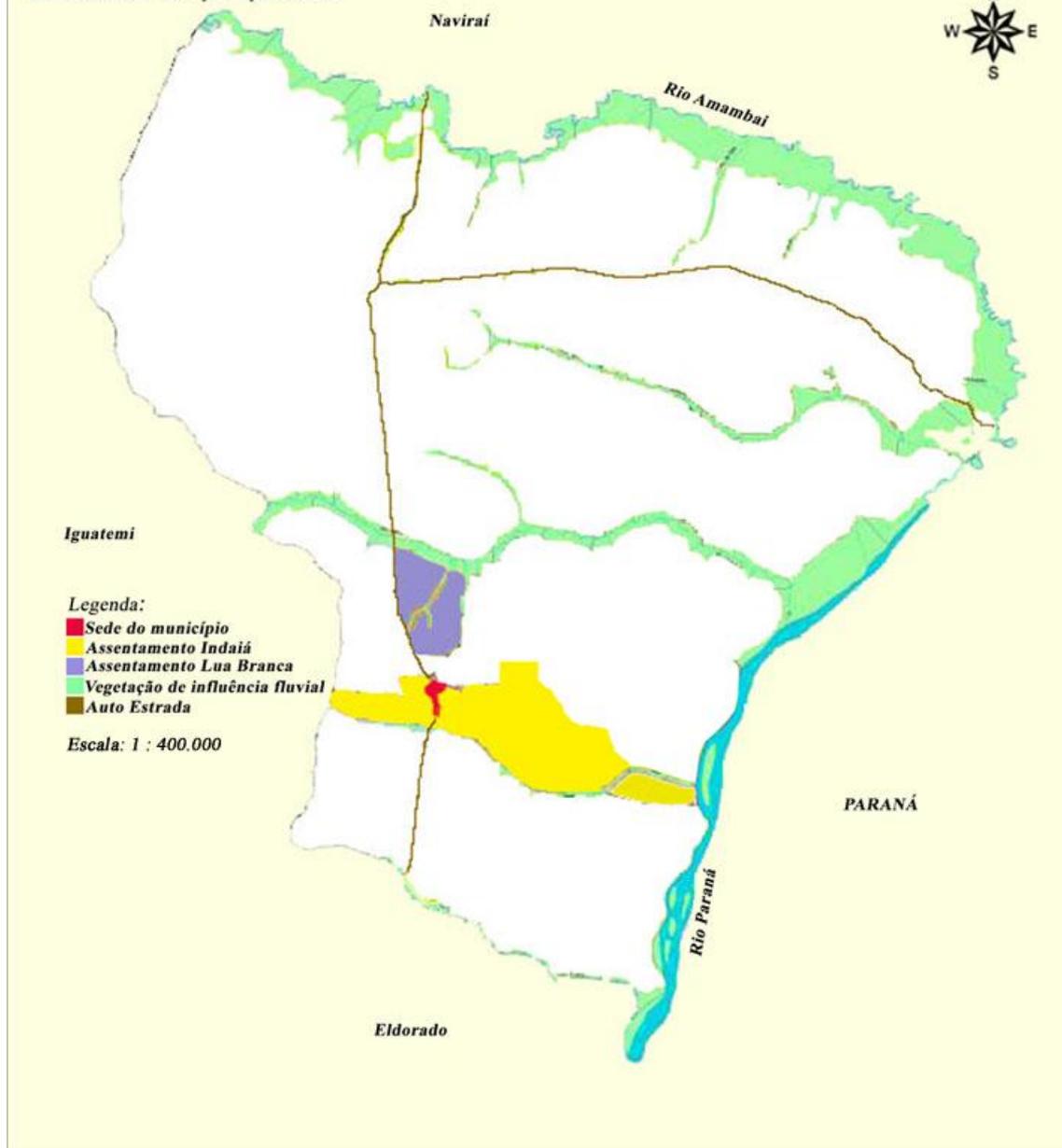
Município das áreas pesquisadas



Fonte: Pesquisa de campo.
Org.: Anjos, 2005.

Mapa 5 - Município de Itaquiraí - MS

Assentamentos pesquisados



Fonte: Pesquisa de campo.

Org.: Anjos, 2005.

QUESTIONÁRIO DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA EM ASSENTAMENTOS RURAIS.

Dissertação de mestrado- UFMS

Assentamento.....

1- Identificação

- a) Nome..... b) contato.....
c) Endereço.....

2- Detalhes históricos

- a) Origem..... b) Data de posse..... c) Área da propriedade.....
d) Número de filhos..... e) Que vive da propriedade..... f) Pessoas que trab. na propr.....

3- Atividade agrícola (área/hectare)

- a) b) c) d).....

4- Atividade pecuária (hectare) (cabeça)

- a) Pecuária de corte..... b) Pecuária de leite

5- Criação de pequenos animais (cabeça)

- a) b) c) d)

6- Atividade fora da propriedade

- a) Possui outras áreas..... b) Arrenda terras de outros.....
c) Arrenda terras para outros..... d) Possuir meeiros/rendeiros.....
e) Possui outros tipos de renda?.....

7- Alguém da família possui outro tipo de renda? Quais?

- a) assalariamento..... b) Diaristas..... c).....

8- Existe alguma parceria com o comprador ou indústria? De que forma?

- a)..... b)

9- Teve financiamentos?

- a)..... b)..... c)..... d)

obs.: PRONAF – proceca - rural rápido/BB- proger – Feaper – Empréstimo Particular – FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste – Moderfrota - outros.

10 – programas de inclusão social dos quais participa.

- a) b) c) d)

obs.: Assent vivo – Prove pantanal – banco do povo – bolsa escola – segurança alimentar – renda mínima – saúde da família - Outros.

11) Projetos em que participa.

- a)..... b) c)..... d).....

obs.: Casulo – Lumiar – Novo mundo rural – Pronera – outros.

12) Organização dos produtores rurais.

- a) Há união em assuntos de interesse comum?.....b) Em reuniões, a maioria opina?.....
b) A associação ou cooperativa atua melhorando as condições de trabalho?.....

13) Como o senhor faz a escolha do que vai produzir?

- a) Experiência própria.....b) Tradição local?.....
c) Atividade de fácil manejo?.....d) Possibilidade de lucro.....

14) Detalhe da unidade de produção

- a) o que planta para a subsistência?.....
b) Usa fertilizantes com que intensidade?.....
c) Usa agrotóxicos com que intensidade?.....
d) Faz agricultura orgânica?.....
e) Faz vacinações do rebanho?..... quais?.....

15) Sistemas de cultivo

- Usa: a) Consórcio de culturas.....b).Rotação de culturas.....
c) Plantio direto.....d) Plantio convencional?.....

15a- *Quais são os principais problemas enfrentados na lavoura? (Assistência técnica, máquinas, financiamento, etc.)*

- a)..... b)c).....

16) Sistema de criação. Manejo.

- a)..... b).....

16a- *Quais os principais problemas enfrentados com as criações?*

- a)..... b).....

17) Pluriatividade.

- a) Beneficiamento da produção.....b) feiras.....
c)Assalariamento.....d) outros.....

18) Demais usos do solo

- a) Pousio.....b) Mata.....c) Reserva legal.....d) Lazer.....

19) Eventos em que participa

- a) Festas religiosas.....b) Cultos.....c) Festas tradicionais.....

20) Como o senhor fica sabendo das tecnologias desenvolvidas para o meio rural?

- a) Empresa pública oficial? (Idaterra?).....b) Empresas privadas?.....
c) Reunião em associações e sindicatos?.....d) Mídia?.....
e) Cursos.....Outros?.....

21) O senhor está feliz pela conquista da terra?

.....
.....

22) – Em termos de profissão, como o senhor gostaria de ser denominado?

- Peq. Produtor () produtor rural () Peq. Agricultor () colono () agricultor familiar ()
sem-terras () Camponês () lavoureiro () Outros.....

Formas de cooperação agropecuária

Características	Quem participa?	N.º de sócios	Formas de participação nas decisões	Para que se juntam	Uso da terra (Associativismo)	Divisão do trabalho	Estatuto ou registro
Grupo de família							
Associações							
Grupos de máquinas							
Grupo de produção semi-coletivo							
Grupo de produção coletivizada							
Cooperativa de produção agropecuária (CPA)							
Cooperativa de comercialização							
Cooperativa de crédito rural							
Condomínios							
Ajuda mútua entre camponeses (Multirão, troca de dias)							
Parceria camponesa (divisão de custos e ganhos)							

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)